

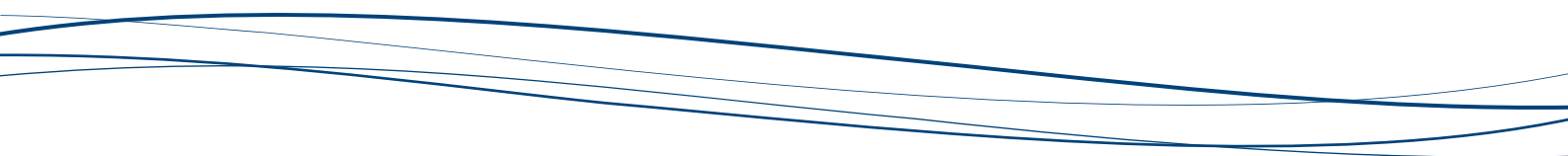


# Relatório e Contas 2011





Águas do Oeste, S.A.  
**Relatório e Contas 2011**





Pelo seu volume, as lamas constituem o maior fluxo de resíduos a gerir e representam uma das principais preocupações da Águas do Oeste, enquanto entidade responsável pelo destino final dos resíduos gerados no âmbito da sua atividade.

Tradicionalmente, a valorização agrícola tem sido a solução de destino final privilegiada para as lamas de ETAR em Portugal e, em particular, na região do Oeste. Estas lamas contêm nutrientes, elementos indispensáveis para o crescimento e desenvolvimento das plantas, que importa aproveitar na fertilização do solo, economizando, com isso, em adubos químicos. Por outro lado, contêm, também, teores elevados de matéria orgânica em que a maior parte dos solos portugueses são bastante pobres e de que carecem para a melhoria das suas características físicas, químicas e biológicas, tornando-se, assim, mais férteis e produtivos.

# Índice

Mensagem do Presidente .....	6
A Empresa.....	9
Empresa.....	9
Principais Acontecimentos .....	12

## A - Governo da Sociedade

1. Missão, Objetivos e Políticas .....	17
2. Regulamentos Internos e Externos .....	21
3. Informação sobre Transações Relevantes.....	22
3.1 Informação sobre Contratos de Prestação de Serviços .....	23
4. Modelo de Governo.....	23
4.1. Órgãos Sociais.....	23
4.2. Estrutura Organizacional .....	26
5. Remunerações e Outros Encargos .....	33
6. Análise de Sustentabilidade.....	34
7. Gestão do Capital Humano.....	35
8. Investigação & Desenvolvimento e Inovação .....	38
9. Ética e Prevenção da Corrupção.....	38
10. Controlo de Risco.....	39
11. Prevenção de Conflito de Interesses .....	40
12. Divulgação de Informação .....	41
13. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional.....	41
14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa.....	43
15. Cumprimento dos Princípios de Bom Governo .....	45
16. Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho do Administrador executivo da Águas do Oeste, S.A. ....	49

## B - Atividade da Empresa

1. Introdução .....	51
2. Enquadramento Macroeconómico.....	52
3. Enquadramento do Setor.....	53
4. Regulação .....	57
5. Análise Económica e Financeira .....	59
6. Atividade Operacional.....	76
7. Objetivos de Gestão .....	86
8. Perspetivas para o Futuro .....	86
9. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício .....	87
10. Sucursais da Sociedade.....	87
11. Considerações Finais .....	87
12. Proposta de Aplicação de Resultados .....	88
13. Anexo ao Relatório .....	88

## C - Contas do Exercício de 2011

1. Introdução .....	91
Contas Individuais .....	91
Demonstração da posição financeira .....	92
Demonstração dos resultados .....	93
Demonstração das variações do capital próprio .....	93
Demonstração dos fluxos de caixa .....	94
Notas às demonstrações financeiras .....	95
Relatório e Parecer do Fiscal Único .....	143
Certificação Legal das Contas .....	147

# Mensagem do Presidente



O exercício de 2011 continuou a ser marcado pela situação económica e financeira do país, nomeadamente pela aplicação do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC) e a consequente fixação dos limites anuais ao crescimento do endividamento, de 2010 a 2013, para as empresas do Setor Empresarial do Estado.

Igualmente a imposição de um corte nos custos com pessoal e fornecimento de serviços externos da Águas do Oeste (AdO), veio a condicionar a atividade da Empresa que se viu obrigada a um esforço muito acrescido de contenção de custos.

O investimento em construção que se cifrou em 6,2 milhões de euros, ficou claramente aquém do previsto, em parte pelo desfazamento do investimento para anos seguintes, fruto das medidas restritivas que foram impostas, e por outro, das restrições decorrentes da situação financeira de adjudicatários de diversas empreitadas e que, nalgumas situações, resultaram na respetiva declaração de insolvência. O investimento acumulado atingiu no final do ano o valor de 280,8 milhões de euros.

***O ano 2011 foi ainda fortemente marcado pela colocação em serviço de um total de 19 infraestruturas de dimensão variável (condutas, pontos de entrega e EE) e pelo final do arranque de 5 ETAR (Alenquer e Carregado, em Alenquer, Pontes de Monfalim, em Arruda dos Vinhos, Sancheira, em Óbidos e Casal do Camarão que serve Bombarral e Cadaval).***

***A nível de abastecimento de água, é de salientar, em 2011, o início do fornecimento ao município de Alcobça, embora apenas ao ponto de entrega de Turquel, passando a AdO a fornecer a totalidade dos 15 municípios.***

Entraram ainda em funcionamento os pontos de entrega de Delgada e de Vale do Leito (Bombarral), de Cercal e do Farol (Azambuja), da Quinta da Pataca (Arruda dos Vinhos) e ainda o sistema de captação da Arrifana e respetivo ponto de entrega, em Azambuja.

O conjunto das infraestruturas em exploração compreende, 55 captações, 2 ETA, 21 reservatórios, 29 EE, 99 pontos de entrega e cerca de 367 km de condutas.

Apesar dos volumes fornecidos a Óbidos e Rio Maior, nos quais a AdO tem o exclusivo mas que mantém em funcionamento captações próprias, e a Alcobça, município Cliente, ficarem muito aquém do expectável, houve um crescimento significativo dos caudais fornecidos e faturados em 2011 comparativamente ao ano transato, passando dos 24,2 milhões de metros cúbicos para os 27,1 milhões de metros cúbicos, o representa um aumento de 11,2%. Mesmo assim, por razões várias entre as quais as descritas acima, o valor ficou abaixo dos volumes associados aos valores mínimos garantidos em cerca de 27,3%.

Para esta evolução positiva contribuiu mais decisivamente o crescimento em cerca de 50% do volume fornecido e faturado aos municípios Clientes, tendo-se igualmente registado um aumento do volume fornecido e faturado aos municípios Utilizadores, o que representou um crescimento em cerca de 3%.

A faturação do abastecimento de água atingiu cerca de 23,3 milhões de euros, mais 28,7% do que no ano anterior.

A água fornecida com origem em captações próprias, correspondeu a cerca de 9% do volume total de água fornecido, sendo os restantes 91% sido fornecidos pela EPAL.

Relativamente ao controlo de qualidade da água fornecida e com base no Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) o grau de conformidade das suas características qualitativas correspondeu, para a globalidade do ano de 2011, a uma taxa de conformidade de 99,96%.

Na atividade de saneamento de águas residuais foram tratados e/ou transportados cerca de 20,9 milhões de metros cúbicos, e a faturação atingiu o valor de cerca de 10,3 milhões de euros encontrando-se em operação, no final do ano, 70 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), 126 Estações Elevatórias (EE) e 448 Km de emissários.

No que respeita ao cumprimento de parâmetros legais relativos a ETAR já licenciadas e com investimento concluído, os resultados obtidos foram de 99,13% de cumprimento dos parâmetros de descarga.

Considera-se de relevar, a nível da telegestão, a integração em 2011 da maioria das 49 estações elevatórias e 10 ETAR que, atendendo à sua dimensão e/ou localização se consideraram prioritárias.

A Empresa conseguiu em 2011 a manutenção da certificação no âmbito das normas que regulam a atividade de Gestão da Qualidade do Serviço (normas NP EN ISO 9001:2008) e o aumento das infraestruturas certificadas pela NP EN ISO 14001:2004, que regula a Gestão Ambiental (mais 16 ETAR e 22 pontos de entrega de abastecimento).

Ainda no decurso de 2011 obteve a certificação na Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008) das atividades administrativas e de telegestão de abastecimento de água no Centro de Exploração da Charneca, de operação e manutenção na ETAR da Charneca e de armazenamento desenvolvidas no armazém das Gaeiras.

A nível de investigação e desenvolvimento a Empresa deu continuidade ao projeto AQUASAFE em particular ao módulo GIBDQA (gestão integrada de bases de dados de qualidade da água), no qual a Empresa funcionou como piloto e que terminou no final do ano.

A Empresa manteve como habitualmente a sua atividade de monitorização da qualidade da água, da água das ribeiras, das lagoas e dos meios recetores. No âmbito dos planos e programas de monitorização da qualidade da água de controlo operacional, foram realizadas um total 30.640 determinações analíticas, distribuídas por diferentes planos de controlo.

Ao nível da educação ambiental, a Águas do Oeste deu continuidade a diversos projetos sendo de destacar, pela significativa participação que teve, a organização de um seminário, integrado no Projeto EcoCasa - Água da Quercus, intitulado "Uso Eficiente da Água no Setor Residencial".

Para finalizar, resta-me agradecer a colaboração e o apoio institucional que nos foram dados pelos Concedente, ERSAR e Acionista, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia Geral e ao Auditor Ernst & Young.

O nosso agradecimento também a todos os colaboradores pela sua dedicação e empenho nunca regateado.

  
**Arnaldo Lobo Moreira Pêgo**  
 Presidente do Conselho de Administração



# ÁGUAS DO OESTE

Grupo Águas de Portugal

Criada a 24 de novembro 2000, por Decreto-Lei n.º 305-A/2000, a Águas do Oeste tem como objeto a concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste por um período de 35 anos.

Os seus Acionistas são a Águas de Portugal, SGPS, S.A., a Associação de Municípios do Oeste e os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.



# A Empresa

## Empresa

A Águas do Oeste, S.A. (adiante designada também por AdO ou Águas do Oeste ou Empresa ou Sociedade), criada a 24 de novembro 2000, por Decreto-Lei n.º 305-A/2000, tem como objeto a concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste por um período de 35 anos.

Responsável pela captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios da região, a Empresa tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações do Oeste e a recuperação da qualidade ambiental, garantindo sempre a qualidade do abastecimento público de água, bem como a despoluição de todas as bacias hidrográficas da região e permitindo a valorização ambiental da região e o desenvolvimento do potencial económico e turístico do Oeste.

## Acionistas

Os seus Acionistas são a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., a Associação de Municípios do Oeste e os municípios de Alcobaca, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

## Cadeia de Valor

Ainda que a operação seja a atividade mais visível da Águas do Oeste, a Empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital Acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Nas representações gráficas abaixo apresentadas é exposta a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.



## Operação - Saneamento



## Indicadores

### Indicadores financeiros

Unidade: euros

Indicadores Financeiros	2009	2010	2011
Volume de Negócios	22.634.821,01	26.226.749,95	33.734.658,48
EBITDA	5.889.484,79	10.107.996,86	15.266.428,33
Volume de Investimento	20.426.488,32	14.359.436,65	6.192.585,89
Ativos	297.996.966,08	308.580.840,15	304.036.686,27
Resultado Líquido do Exercício	(3.409.064,19)	(780.623,94)	395.800,67

Unidade: dias

	2009	2010	2011
Prazo Médio de Pagamentos	87	58	62

Unidade: dias

	2009	2010	2011
Prazo Médio de Recebimentos	92	131	193

### Rácios

Unidade: euros


Rácios	2009	2010	2011
Liquidez geral	1,19	1,90	1,61
Solvabilidade	0,08	0,08	0,08
Cobertura do Imobilizado	9,45%	9,30%	10,08%
Autonomia Financeira	7,64%	7,51%	7,75%

## Indicadores de Atividade

Unidade: euros

	Unid.	2009	2010	2011
<b>Volume de Água</b>				
Volume de água produzida	m <sup>3</sup>	24.006.487	24.931.978	<b>27.613.693</b>
Volume de água distribuída	m <sup>3</sup>	23.693.300	24.336.271	<b>27.097.222</b>
<b>Volume de Efluentes</b>				
Volume de efluente recolhido	m <sup>3</sup>	20.205.141	23.600.474	<b>22.466.459</b>
Volume de efluente tratado	m <sup>3</sup>	17.706.840	20.878.613	<b>20.010.871</b>
<b>Municípios Abrangidos</b>				
Abastecimento	-	15	15	<b>15</b>
Saneamento	-	14	14	<b>14</b>
<b>Municípios Servidos</b>				
Abastecimento	-	13	14	<b>15</b>
Saneamento	-	14	14	<b>14</b>
<b>População Abrangida</b>				
Abastecimento	Habitantes	350.781	355.738	<b>358.636</b>
Saneamento	Habitantes	353.385	357.300	<b>361.215</b>
<b>População Servida</b>				
Abastecimento	Habitantes	288.302	307.607	<b>326.271</b>
Saneamento	Habitantes	293.773	311.775	<b>321.345</b>

# Principais Acontecimentos



Com vista a aumentar os índices de eficiência e eficácia da sua exploração, a Águas do Oeste implementou recentemente o novo Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais. Este sistema integra, para além do tratamento da informação proveniente de 99 infraestruturas de abastecimento de água para consumo, já incluídas no sistema existente, 66 novas infraestruturas de saneamento. Tudo acontece remotamente e em tempo real no novo Centro de Comando Central, o que permite o controlo e/ ou monitorização dos equipamentos e instalações, com a racionalização dos custos de energia elétrica, dos recursos disponíveis, aumentando os índices de eficiência e eficácia da sua exploração, e, conseqüentemente, aumentando a fiabilidade e os índices de qualidade do serviço prestado aos seus clientes. Este sistema integra também a deteção de intrusão nestas infraestruturas, assim como a gestão de acessos às mesmas remotamente.

A atividade da Empresa em 2011 foi desenvolvida num quadro de grandes restrições, com limitações ao nível do financiamento, agravado pelo aumento das dívidas dos clientes, e com um esforço para a redução de custos de pessoal e de fornecimentos e serviços externos, sem afetar a qualidade do serviço prestado. Dos principais acontecimentos ocorridos em 2011, destacam-se:

- O início do fornecimento ao município de Alcobaça, embora apenas ao ponto de entrega de Turquel, passando a AdO a fornecer a totalidade dos 15 municípios previstos no Contrato de Concessão;
- O início do fornecimento de água através dos pontos de entrega de Delgada e de Vale do Leito (Bombarral) e de Cercal (Azambuja), subsidiários do Sistema Norte/ Centro, do ponto de entrega de Quinta da Pataca (Arruda dos Vinhos), subsidiário do Sistema Arruda dos Vinhos/ Sobral de Monte Agraço, e do ponto de entrega de Farol (Azambuja), subsidiário do Sistema do Farol;
- O início do fornecimento a partir do Sistema de Captação da Arrifana (Azambuja);
- A manutenção da posição dos municípios de Alcobaça (cliente), Óbidos e Rio Maior de não autorizar a AdO a iniciar o fornecimento de água a alguns pontos de entrega previstos no Contrato de Concessão;
- A manutenção da situação dos municípios de Óbidos e de Rio Maior de continuarem a utilizar captações próprias em áreas onde a AdO detém o exclusivo do fornecimento de água;
- A elevada taxa de qualidade da água fornecida, correspondendo a 99,96% de cumprimento dos parâmetros, e o cumprimento integral do Plano de Controlo da Qualidade da Água;
- O desenvolvimento dos diversos planos de monitorização da qualidade da água;
- A introdução de alterações na exploração de alguns sistemas de abastecimento que permitiram reduzir a percentagem de água fornecida com origem nas captações próprias e aumentar a percentagem proveniente da EPAL;
- A conclusão do sistema de telegestão do abastecimento de água, contribuindo para uma melhoria da gestão do respetivo sistema;
- A otimização de recursos afetos à operação dos sistemas de abastecimento que permitiram a redução de custos, nomeadamente com horas extraordinárias, análises externas, combustível de viaturas e jardinagem;
- A receção das licenças de descarga de todas as fossas sépticas existentes em infraestruturas de abastecimento;
- O crescimento do volume de água fornecido aos municípios em 2011 em cerca de 11,2%, para os 27,1 milhões m<sup>3</sup>, comparativamente aos 24,3 milhões m<sup>3</sup> fornecidos no ano de 2010;
- A realização de estudo com vista à avaliação das necessidades de água em “alta” dos municípios da região Oeste, no âmbito do processo de revisão do contrato de concessão da Águas do Oeste;
- O aumento do número de infraestruturas de saneamento de águas residuais em exploração, correspondendo a 70 ETAR (mais uma nova e uma desativada), 126 estações elevatórias e cerca de 448 km de emissários;
- A continuação da externalização da exploração das ETAR de Atouguia da Baleia e da Zambujeira;
- A conclusão da prestação de serviços de exploração da ETAR de Rio Maior, em março de 2011, tendo o serviço passado a ser efetuado com recursos da AdO, provocando uma redução de custos;
- A continuação da elaboração dos processos para a obtenção/renovação das licenças necessárias à exploração das infraestruturas, designadamente das licenças de descarga de águas residuais, tendo havido uma redução do número de licenças ainda não emitidas;
- A otimização de recursos afetos à operação dos sistemas de transporte e tratamento de águas residuais que permitiram a redução de custos, nomeadamente com horas extraordinárias, combustível de viaturas e consumo de água potável;
- O elevado resultado, 99,13%, na avaliação da conformidade da qualidade dos efluentes tratados e descarregados pelas infraestruturas de tratamento em “alta” da Águas do Oeste;
- O volume anual faturado em 2011 situou-se em 20,9 milhões de m<sup>3</sup>, valor que inclui o caudal tratado e transportado nas infraestruturas em “alta” da Águas do Oeste;
- A continuação do recurso a uma prestação de serviços de trabalhos de manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento;
- Ao nível da segurança e saúde no trabalho, um forte incremento das ações de comunicação, informação e formação, e da entrega de diversos equipamentos e materiais de suporte à atividade, com uma forte interação entre os serviços de segurança e os serviços de saúde no trabalho e as áreas de operação;
- A manutenção da certificação no âmbito das normas que regulam a atividade de Gestão da Qualidade do Serviço (normas NP EN ISO 9001:2008) e o aumento das infraestruturas certificadas pela NP EN ISO 14001:2004, que regula a Gestão Ambiental (mais 16 ETAR e 22 pontos de entrega de abastecimento);
- A certificação em Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008) das atividades administrativas e de telegestão de abastecimento de água no Centro de Exploração da Charneca, de operação e manutenção na ETAR da Charneca e de armazenamento desenvolvidas no armazém das Gaeiras;

- O cumprimento integral do programa de auditoria interna, com a integração de auditorias a fornecedores;
- A implementação da aplicação informática GIBQDA, enquadrada no projeto de Investigação e Desenvolvimento AQUASAFE, que permite tratar os resultados analíticos referentes ao controlo da qualidade da água para consumo humano, de uma forma mais prática e célere;
- A conclusão, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2010, do contrato de assistência técnica à Trevoeste, a pedido desta, dado que a sua atividade é, atualmente, praticamente nula;
- A aprovação da Reprogramação física e temporal das Candidaturas ao Fundo de Coesão, Grupo de Projetos de Saneamento, FC 2004/PT/16/C/PE/006 - "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste (2º Grupo de Projetos de Saneamento)", em 23 de setembro de 2011 e FC 2004/PT/16/C/PE/008 - "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste (3ª Fase – Abastecimento de Água)", em 17 de novembro de 2011;
- A apresentação de 47 pedidos de pagamento das candidaturas ao Fundo de Coesão;
- A Elaboração do Relatório Final da Candidatura FC2000/PT/16/C/PE/001 – 1º Grupo de Projetos de Saneamento.

A execução do Plano de Investimentos da Empresa esteve condicionado pelas orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado, em particular para o grupo AdP, no que se refere aos limites de endividamento e ao financiamento, sendo de salientar:

- A conclusão de 9 empreitadas e o início e o desenvolvimento de outras 14 intervenções, com conclusão prevista para o ano de 2012;
- O desenvolvimento de cerca de 30 processos de contratação para construção e remodelação de infraestruturas;
- Um investimento em empreitadas de 6,2 milhões de euros, inferior ao previsto em cerca de 3,8 milhões de euros, sendo explicada, na sua grande maioria, pela dilação no tempo, decorrente, em grande parte, das orientações emanadas para o setor Empresarial do Estado, mas também das restrições decorrentes da situação financeira de adjudicatários de diversas empreitadas e que, nalgumas situações, resultaram na respetiva declaração de insolvência;
- A colocação em serviço de um total de 19 infraestruturas de dimensão variável (condutas, pontos de entrega e EE) a que acresce a conclusão do processo de arranque de 5 ETAR (Alenquer, Carregado, Pontes de Monfalim, Sancheira e Casal do Camarão);
- A continuação do processo de negociação com os proprietários das parcelas de terrenos, necessárias para a construção das infraestruturas, tendo-se já atingido as 3.590 parcelas, bem como do processo para a obtenção da respetiva Declaração de Utilidade Pública;

- A conclusão de 8 processos de receção definitiva de empreitadas, num total de 16 entretanto iniciados.

É de salientar a intensa atividade desenvolvida no sentido de criar condições para que pudessem ser celebrados acordos de pagamento com os clientes/utilizadores com dívidas à Empresa, tendo sido assinados cinco acordos.

A Empresa desenvolveu toda a sua atividade de uma forma que se pretendeu franca e de cooperação com os Acionistas, designadamente com os municípios integrados no sistema multimunicipal, tendo sempre como objetivo a melhoria contínua da atividade desenvolvida e a resolução dos problemas com que a Empresa se debate.





O tratamento de águas residuais urbanas deve ser considerado um serviço público importante na prevenção da saúde pública, no combate à poluição dos recursos hídricos e do ambiente em geral e na proteção das águas subterrâneas. A escolha de um sistema de tratamento é determinada por vários fatores: localização do sistema, objetivos de qualidade que se pretendem, características e usos do meio recetor.

O tratamento biológico tem como objetivo, a retenção por processos de adsorção e oxidação, dos elementos poluentes do caudal a tratar, através da ação biológica realizada pela massa bacteriana presente e desenvolvida no meio aquoso.





# A - Governo da Sociedade

## I. Missão, Objetivos e Políticas

### Missão

A Missão, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de março de 2010, é abastecer de água os Municípios, recolher e tratar as águas residuais deles provenientes, investindo no Oeste e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

### Objetivos Estratégicos

- Assegurar progressivamente o abastecimento de água a todos os Municípios do Oeste;
- Completar o investimento necessário para prosseguir a Missão da Águas do Oeste;
- Explorar as infraestruturas necessárias para o tratamento das águas residuais provenientes dos Municípios do Oeste;
- Fornecer um serviço que cumpra as expectativas e necessidades dos Clientes e da Comunidade;
- Cumprir as normas legais e o Contrato de Concessão, nos termos decorrentes da regulação aplicável;
- Prosseguir o equilíbrio económico e financeiro da concessão, assegurando aos Acionistas as condições para a remuneração dos capitais investidos;
- Assegurar a melhoria contínua da eficácia do Sistema Integrado da Qualidade e Ambiente, envolvendo todos os colaboradores;
- Assegurar a proteção e salvaguarda da segurança e saúde dos colaboradores, prevenindo potenciais danos decorrentes das atividades desenvolvidas;
- Contribuir para o Desenvolvimento Sustentável da região que a Empresa serve, garantindo a proteção do Ambiente e monitorizando a eficiência ambiental da sua atividade.

A 17 de março de 2010, em sede de Assembleia Geral, foram definidas as orientações estratégicas e definidos e aprovados os objetivos de gestão para o exercício de 2011.

### Objetivos e Políticas

#### Orientações Estratégicas Gerais

Na gestão da Águas do Oeste, S.A. serão observadas as orientações fixadas nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de

dezembro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril, que define o enquadramento geral da atuação do Setor Empresarial do Estado, e que determina:

- Que a Empresa deve, sem prejuízo da sua independência em matéria de gestão, prosseguir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Que a Empresa deve ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Que a Empresa, sendo prestadora de serviços de interesse económico geral, deve promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental.

Com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que aprova os princípios de bom governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado, a administração da Águas do Oeste, S.A., na qualidade de Empresa pública, obriga-se a:

- Adotar metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes, analisando o perfil e a variação das reclamações e realizando inquéritos que possibilitem avaliar os resultados obtidos nessa matéria (qualidade de serviço);
- Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da Empresa (política de recursos humanos);
- Conceber e implementar planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da Empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, designadamente a Inspeção-Geral de Finanças e o Tribunal de Contas (sistemas de informação e controlo de riscos).

A administração da Águas do Oeste, S.A., está, ainda, obrigada ao envio da informação, e em prazos fixados, à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, constante do Despacho n.º 14277/2008, 23 de maio, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, para efeitos de acompanhamento.

## Orientações Estratégicas Específicas

Com base no Despacho conjunto n.º 6008/2009, 23 de fevereiro, do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece e aprova a recomendação ao Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., a administração da Águas do Oeste, S.A., no quadro da missão definida deverá prosseguir, para cada uma das linhas de orientação estratégica, os seguintes objetivos específicos:

- Prosseguir com a execução das políticas públicas e contribuir para alcançar os objetivos nacionais para o setor, através da implementação das medidas definidas e previstas nos PEAASAR e ENEAPAI, de modo a atingir os resultados aí estabelecidos,
  - ✓ Prosseguir e intensificar os planos de investimento em curso, de modo a atingir os níveis de serviço previstos nos diferentes planos estratégicos (taxas de cobertura, padrões de qualidade, etc.),
  - ✓ Desenvolver os procedimentos necessários ao alargamento dos sistemas multimunicipais existentes aos municípios que nisso manifestem interesse, dando maior dimensão às Empresas e diminuindo os custos de operação,

- ✓ Apoiar a criação e o desenvolvimento de novos sistemas multimunicipais, nomeadamente aqueles em que a atividade é complementar, e que se insiram na mesma região, no quadro do PEAASAR,
- ✓ Apoiar a criação de parcerias Estado - Autarquias para a prestação de serviços de água e saneamento em baixa, com especial ênfase para aquelas que são servidas por sistemas multimunicipais, no quadro do PEAASAR, e
- ✓ Apoiar a instalação de unidades para tratamento de efluentes da agropecuária e da agro-indústria no quadro do ENEAPAI;
- Zelar pelo cumprimento dos contratos que a obrigam e prestar os serviços nas melhores condições de qualidade e preço, para o que deve promover a melhoria da eficiência económica, ambiental e energética da Empresa,
  - ✓ Dotar a Empresa com os títulos autorizativos requeridos na lei,
  - ✓ Concluir o processo de certificação da Empresa, nos referenciais de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, até ao final do ano de 2010, bem como assegurar a continuidade da Empresa como entidade certificada,
  - ✓ Publicar e divulgar o Relatório de Sustentabilidade da Empresa relativo ao ano de 2010, devendo o dos anos subsequentes ser devidamente certificado e auditado;
  - ✓ Promover, sempre que economicamente sustentada, outras atividades complementares prestadas pelas concessionárias de sistemas multimunicipais, em volume significativo,
  - ✓ Adotar medidas, de racionalização e economia de meios, tendentes a aumentar a eficiência na prestação dos serviços concessionados, designadamente, promovendo ganhos de escala,
  - ✓ Prosseguir com a política de externalização de atividades de operação e manutenção de infraestruturas integradas no sistema multimunicipal, e
  - ✓ Promover políticas tendentes à redução dos prazos médios de recebimento e de pagamento;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira das operações em que está envolvida, promovendo a correção de situações contratuais desajustadas,
  - ✓ Rever o estudo de viabilidade económica e financeira do sistema multimunicipal e identificar, em conjunto com os Acionistas, as soluções que assegurem a sua sustentabilidade económica e financeira,
  - ✓ Aproveitar todas as formas de energias alternativas passíveis de instalação nas suas infraestruturas de tratamento, em particular a eólica e a solar (fotovoltaica ou térmica/elétrica),
  - ✓ Aproveitar o potencial hidroelétrico existente nas infraestruturas da Empresa e na região onde se insere, e
  - ✓ Apoiar a criação e instalação de unidades de valorização energética de lamas de ETAR e CDR, em condições sustentáveis.

Relativamente ao aproveitamento de todas as formas de energias alternativas passíveis de instalação nas suas infraestruturas, a administração da Águas do Oeste, S.A., está, ainda, obrigada:

- À promoção sistemática da melhoria da eficiência energética nas suas operações, e à procura ativa de novas oportunidades que permitam extrair potencialidades ao nível do trinómio Resíduos – Ambiente – Energia;
- À consulta prévia obrigatória dos seus Acionistas relativamente à tomada de decisão relativamente a parceria ou investimento a efetuar, assim que identificada a possibilidade de desenvolvimento de nova área de negócio no domínio das energias renováveis ou na promoção da reciclagem e do escoamento dos subprodutos resultantes dos processos de tratamento.

Sem prejuízo dos desafios identificados, a administração da Águas do Oeste, S.A., está igualmente obrigada a dar continuidade aos esforços com vista à implementação das medidas de carácter geral e intemporal, estabelecidas no Despacho conjunto n.º 169/2006, de 10 de fevereiro, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que mantém plena atualidade.

A administração da Águas do Oeste, S.A., está igualmente obrigada a cumprir as medidas e ações que venham a ser emanadas pelo Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., em particular aquelas que resultem de orientação da tutela.

O Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. deve, no âmbito dos assuntos de gestão geral, assumir a responsabilidade por:

- Assegurar a gestão operacional da Empresa em todas as suas vertentes, garantindo uma articulação eficaz entre as áreas técnica, financeira e administrativa;

- Garantir o bom funcionamento das infraestruturas cumprindo os objetivos de qualidade do serviço e assegurando o cumprimento da legislação;
- Garantir junto das entidades financiadoras, com o suporte do Acionista maioritário, acrescido dos apoios do Fundo de Coesão e de outros programas comunitários, quando existam, os meios financeiros e os recursos necessários à prossecução dos objetivos definidos no Orçamento e nos Planos de Atividade e de Investimento;
- Assegurar que os seus membros e os colaboradores da Empresa se comportem com isenção, neutralidade, rigor e equidade no relacionamento e colaboração com os Municípios - Acionistas e utilizadores -, as entidades públicas e as Empresas privadas;
- Adotar as medidas e as ações que possibilitem cumprir as orientações com vista à implementação de procedimentos uniformizados, em todas as Empresas concessionárias de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento.

No âmbito das relações com os Acionistas, o Conselho de Administração deve:

- Colaborar ativamente com os Acionistas, ou os seus representantes no desempenho das suas funções, garantindo a permanente manutenção de rotinas de fornecimento de informação interna, inerente ao controlo Acionista;
- Informar os Acionistas sobre todos os assuntos em análise com o Concedente e com o Regulador, designadamente:
  - ✓ Orçamentos, planos de atividade e projetos tarifários,
  - ✓ Alteração da configuração técnica do Sistema Multimunicipal,
  - ✓ Avaliação de infraestruturas, e
  - ✓ Abertura a novas áreas de negócio complementares;
- Reportar, com a devida oportunidade, todos os aspetos críticos relacionados com o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão e dos respetivos contratos de fornecimento de água e recolha de efluentes.

No âmbito das relações com o grupo Águas de Portugal, o Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. obriga-se a:

- Garantir a qualidade de toda a informação remetida, nomeadamente informação mensal de controlo de execução do Plano de Atividades, Plano de Investimentos, controlo de gestão e informação financeira;
- Celebrar e garantir a execução de contratos de gestão corporativa;
- Propiciar o desenvolvimento na Empresa de uma cultura de grupo, que se traduza pela permanente articulação e colaboração com outras Empresas concessionárias de Sistemas Multimunicipais e as Empresas gestoras de parcerias Estado - Autarquias e as estruturas centrais do grupo Águas de Portugal e das suas Empresas instrumentais.

A Águas do Oeste, e a sua administração, pautou a sua atividade no sentido do cumprimento das orientações estabelecidas pelo Concedente e pelos Acionistas, e das recomendações emitidas pela Entidade Reguladora do setor.

O quadro de forte restrição, particularmente financeira, bem como as orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado, levou a que algumas das orientações, caso da certificação em responsabilidade social e das associadas ao plano de investimentos não fossem totalmente atingidas.

Apesar de a Empresa ter tido condições de apresentar a revisão do contrato de concessão, a indefinição relativamente a alguns pressupostos dos volumes de abastecimento de água a considerar para alguns dos utilizadores/clientes, não permitiu que o processo de revisão tivesse o desenvolvimento desejado.

## Objetivos de Gestão

Indicadores		2010	2011	2012
<b>INDICADORES FINANCEIROS – RENTABILIDADE E CRESCIMENTO</b>				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
1.	ROCE (*)	(%)	100%	100%
2.	EBITDA / Receitas (*)	(%)	100%	100%
<b>INDICADORES FINANCEIROS – EFICIÊNCIA</b>				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
3.	Custos com Pessoal / EBITDA (*)	(%)	100%	100%
4.1	Cash-Cost Abastecimento (*)	(%)	100%	100%
4.2	Cash-Cost Saneamento (*)	(%)	100%	100%
<b>INDICADORES FINANCEIROS – INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO</b>				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
5.	Investimento (*)	(%)	100%	100%
<b>INDICADORES FINANCEIROS - PMR e PMP</b>				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
6.	Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	63	60
7.	Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	67	57
<b>INDICADORES DE SERVIÇO – QUALIDADE DO SERVIÇO</b>				
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objectivos nacionais no domínio do ambiente)				
8.	Volume de Atividade (*)	(%)	100%	100%
9.1	Taxa de Cobertura de AA Potencial	(%)	98%	99%
9.2	Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	85%	89%
10.1	Qualidade da Água Fornecida	(%)	100%	100%
10.2	Cumprimento dos Parâmetros de Descarga	(%)	100%	100%
11.	Reforço da Eficiência Contratual	(%)	93%	95%
<b>INDICADORES DE REPORTE – CUMPRIMENTO DE REPORTE</b>				
(Desenvolvimento da cultura de grupo na Empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)				
12.1	Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	3	3
12.2	Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100%	100%

Valores fixados pela Assembleia Geral de 17 de março de 2010.

(\*) O objetivo indicado corresponde a atingir a percentagem fixada com base nos valores constantes do Orçamento e Projeto Tarifário aprovado pelo Concedente em cada ano ou para períodos até três anos, ou, no caso de não obtenção de aprovação, com base nos valores constantes no Orçamento e Projeto Tarifário apresentado pela Empresa em cada ano ou para períodos até três anos, ajustado às tarifas praticadas e aprovadas pelo Concedente.

## 2. Regulamentos Internos e Externos

Em 2011, a Águas do Oeste, S.A. manteve a sua certificação relativa à qualidade do serviço que presta à comunidade e à qualidade ambiental que promove na região onde a sua atividade se desenvolve. E, em outubro deste mesmo ano, obteve a certificação no sistema de gestão da segurança, com base nas normas OHSAS 18001 e NP 4397.

O Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIQAS) desenvolvido na Águas do Oeste, incluiu um mapeamento, integração e a iteração entre processos estruturais da Empresa, que são monitorizados numa lógica de melhoria contínua muito sustentada em indicadores mensuráveis, com resultados analisados e com metas revistas anualmente pela gestão de topo.

Estrategicamente a Águas do Oeste tem também implementados um conjunto de regulamentos e manuais internos que ajudam a definir regras mediante determinadas vertentes de atuação, a saber: Manual de Recursos Humanos Corporativos, Manual de Acolhimento, Manual de Estrutura Orgânica, Manual de Avaliação de Desempenho, Regulamento de Carreiras, Regulamento de Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual, Regulamento de atribuição de patrocínios, Manual dos Indicadores de Sustentabilidade, Manual dos Indicadores de Gestão UNA-PD, Código de Conduta e Ética, Código de Conduta Empresas e VIH, Regulamento de Atribuição e Utilização de Viaturas de Serviço, Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, Manual do Sistema Integrado de

Qualidade e Ambiente, Manual de Apresentação do SIQAS: Principais linhas orientadoras para uma adequada prestação do serviço, Planos de Segurança Internos para diversas instalações, Regulamento de Atribuição de Patrocínios, Regulamento Interno de Prevenção de Risco de Alcoolémia.

### 3. Informação sobre Transações Relevantes

A Empresa, durante o ano de 2011, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor em matéria de empreitadas e de aquisição de bens e serviços e, designadamente, promoveu no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia a lista das obras adjudicadas durante o ano de 2011.

Após o início da vigência do novo Código dos Contratos Públicos, a Águas do Oeste promoveu a adaptação dos seus procedimentos em função das orientações recebidas do grupo Águas de Portugal.

A nível dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2011 ou mais de 5% do universo dos FSE's da Empresa:

Unidade: euros

Fornecedor	Montante	% Relativa aos FSE
EDP - Serviço Universal, S.A.	3.123.006,74	33%
MANVIA-EFACEC-Man. Tec. AdO, ACE	1.062.718,14	11%
Dégremont, S.A.	593.284,21	6%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	498.964,89	5%

Estas quatro Empresas, que representam cerca de 55% do total dos custos com FSE, fornecem a energia (EDP), realizam a maioria da manutenção das infraestruturas (MANVIA), operam duas das ETAR da Empresa (Dégremont) e prestam serviços técnicos de administração e gestão, faturados de acordo com o volume de negócios (AdP).

Em termos entidades relacionadas, apresenta-se quadro resumo com os montantes de transações durante o ano 2011:

Unidade: euros

	Proveitos	Custos
AdP SGPS	9.735,79	(1.947.959,31)
AdP Serviços	0,00	(257.590,36)
Aquasis	0,00	(102.835,00)
Simria	160,00	0,00
Sanest	160,00	0,00
Simtejo	160,00	0,00
Epal	0,00	(11.217.864,40)
Águas da Região de Aveiro	(5.360,83)	0,00
Valorsul	116.252,55	0,00
Paulo José Salvador Ferreira	0,00	(3.761,24)

O valor transacionado com a AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A., trata-se da imputação à AdO de Fees de Gestão e Administração, tendo em vista a promoção de um aproveitamento de esforços, assegurar condições de segurança relativamente às atividades desenvolvidas que envolvam riscos estratégicos, nomeadamente riscos de financiamento, obtendo vantagem por via da definição de uma estratégia de partilha de encargos associados.

O relacionamento da Águas do Oeste com a unidade de serviços partilhados do Grupo, a AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A., funciona no quadro de uma relação "in house" estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.

A AdO no exercício da sua atividade tem necessidade de recorrer com alguma frequência aos serviços de suporte partilhados pela AdP Serviços, já que, em termos de estrutura organizacional se encontra impossibilitada de realizar internamente, não possuindo os recursos humanos e técnicos indispensáveis para o efeito. São exemplo serviços prestados no âmbito de compras e apoio geral,

engenharia (designadamente apoio à elaboração de processos de concurso e à apreciação de propostas e acompanhamento de empreitadas), assessoria jurídica aos negócios da Empresa, comunicação institucional, de sistemas de informação, recursos humanos, serviços financeiros e de contabilidade.

Com a Aquasis, a AdO adquire serviços de natureza técnica e consultoria, relativos a acompanhamento, fiscalização de fornecimento, montagem e colocação em serviço do sistema de telegestão do sistema de abastecimento e saneamento de águas residuais. Com a EPAL, a relação trata-se de aquisição de água para fornecimento aos municípios clientes da Águas do Oeste.

O valor transacionado com o Eng. Paulo Ferreira diz respeito a prestação de serviços de responsabilidade de exploração das instalações elétricas nos termos da legislação em vigor.

Com a Valorsul, a Empresa prestou serviços de tratamento de efluentes, decorrente de descarga de águas residuais lixivantes provenientes do Aterro Sanitário do Oeste, em instalações de tratamento a cargo da Águas do Oeste.

### 3.1 Informação sobre Contratos de Prestação de Serviços

Em matéria de contratação pública, cumpre assinalar que na atividade desenvolvida pela Águas do Oeste, S.A. foi implementada a orientação vertida no Despacho n.º 438/10 - SETF, de 10 de maio de 2010, transmitida pela Comissão Executiva da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., em cumprimento do estabelecido no Ofício Circular n.º 6132, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 6 de agosto de 2010, que determina que nos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a €125.000 (cento e vinte e cinco mil euros) devem ser cumpridas as seguintes formalidades:

- A adjudicação deve ser precedida de justificação da necessidade de contratar, tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objetivos que se pretende alcançar;
- Os resultados obtidos sejam objeto de avaliação;
- Os desvios quanto à realização temporal e financeira sejam justificados.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2011 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela Águas do Oeste, S.A. foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

Em cumprimento do disposto no artigo 472.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, até 31 de março de 2012 será submetido à Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., o reporte estatístico relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos celebrados pela Águas do Oeste no ano de 2011.

## 4. Modelo de Governo

### 4.1. Órgãos Sociais

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da Águas do Oeste, o Conselho de Administração é composto por três ou cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

#### 4.1.1 Mesa da Assembleia Geral

A Assembleia Geral é convocada e reúne nas condições previstas no Estatuto da Águas do Oeste e é dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

**Presidente:** José Manuel Dias Custódio, Presidente da Câmara Municipal de Lourinhã

**Vice-Presidente:** Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

**Secretário:** Dr.ª. Ana Cristina Rebelo Pereira

## 4.1.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Nos termos do artigo 19.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe foram concedidos pela lei e pelos estatutos da Sociedade e pelas deliberações dos Acionistas.

Para além do acompanhamento do Presidente do Conselho de Administração da atividade da Empresa, verificou-se a contribuição de todos os administradores para a atividade corrente da Águas do Oeste.

### Administrador-Delegado

Atualmente, o Conselho de Administração é constituído por cinco membros e, em função da determinação dos Acionistas para a organização do Conselho de Administração no mandato 2010-2012, a gestão corrente está delegada num único Administrador Executivo, Eng. Arménio de Figueiredo, a quem reportam todos os serviços da Águas do Oeste.

### Conselho de Administração

**Presidente:** Eng. Arnaldo Lobo Moreira Pêgo

**Administrador-Delegado:** Eng. Arménio de Figueiredo

**Vogal:** Eng. José Manuel Leitão Sardinha

**Vogal:** Dr. Fernando José da Costa, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha

**Vogal:** Dr. Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras

### Curriculum Vitae dos Administradores

#### Engº Arnaldo Lobo Moreira Pêgo

Nasceu em Matosinhos a 20 de dezembro de 1946.

#### Habilitações Académicas

Licenciado em Engenharia Químico-Industrial, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1971, tirou um curso de pós-graduação em Engenharia Sanitária pela Universidade Nova de Lisboa em 1977 e o curso de Alta Direção de Empresas (AESE) em 1993.

#### Carreira Profissional

Iniciou a sua atividade profissional em 1972, como Técnico-Investigador da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, onde permaneceu até 1977, ano em que ingressa na empresa Hidroprojecto como Engenheiro projetista do Departamento de Tratamento. Entre 1979 e 1983 foi Diretor Técnico na Divisão de Controlo de Fluidos na Efacec. Entre 1983 e 1988, chefiou a Delegação no Porto do grupo de Empresas da Hidroprojecto integrado nos quadros da Hidrocontrato. De 1986 a 1988 e cumulativamente com as anteriores funções, desempenhou as funções de Diretor Comercial Adjunto da Hidrocontrato. Entre 1988 e 2000, foi Membro do Conselho de Gerência da Hidrocontrato. De 1996 a 2000, como representante da Hidrocontrato, exerceu o cargo de Vogal do Conselho de Administração da empresa Indáqua Fafe e, a partir de 1998, Vogal do Conselho de Administração das Empresas Indáqua Santo Tirso e Indáqua Feira. Em 2000 ingressou no grupo Águas de Portugal, como Diretor Geral da Região Norte. Entre 2000 e 2004 foi Presidente não executivo do Conselho de Administração da Águas do Minho e Lima, S.A. Entre abril e dezembro de 2001 foi Presidente executivo do Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. e Vogal executivo da mesma empresa, entre 2002 e 2004. Foi Vogal não executivo do Conselho de Administração das empresas Águas do Cávado, S.A., entre março de 2002 e setembro de 2003, da AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A., entre outubro de 2004 e junho de 2005, e Vogal executivo da AdP -



Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A., entre novembro de 2002 e abril de 2007. Foi ainda Vogal não executivo do Conselho de Administração da Aquasis, Sistemas de Informação, S.A., entre novembro de 2003 e novembro de 2005, tendo passado nessa altura a Presidente do Conselho de Administração da empresa, cargo que exerceu até março de 2010.

#### **Funções Atuais**

Atualmente e desde 2007 exerce as funções de Gestor da UNA-PD (Unidade de Negócios de Água – Produção e Depuração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.), acumulando este cargo com o de Presidente não executivo do Conselho de Administração das Empresas, Águas do Oeste, S.A., Sanest - Saneamento da Costa do Estoril, S.A., Simarsul - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal S.A., e Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

É membro do Conselho de Região Hidrográfica da ARH Tejo, I.P. em representação das entidades gestoras dos Sistemas Multimunicipais.

### **Eng. Arménio de Figueiredo**

Nasceu em Aveiro, em 19 de dezembro de 1958.

#### **Habilitações Académicas**

Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro.

#### **Carreira Profissional**

Na área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, foi membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Loures, de fevereiro de 1991 a abril de 1998, data em que ingressou no grupo Águas de Portugal, onde atualmente se encontra, tendo desempenhado diversas funções, designadamente associadas à constituição de novos Sistemas Multimunicipais.

Desempenhou funções de Administrador executivo da Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., de janeiro de 2000 a março de 2002, e, até março de 2006, foi Presidente do seu Conselho de Administração.

De julho de 2000 a março de 2003, foi vogal não executivo do Conselho de Administração da Águas do Zêzere e Côa, S.A. e, de março de 2003 a março de 2006, foi Presidente do seu Conselho de Administração.

De julho de 2001 a março de 2007, foi presidente do Conselho de Administração da Águas do Centro, S.A..

De março de 2007 a abril de 2009, desempenhou funções associadas aos estudos técnicos desenvolvidos para a Parceria para a organização dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais "em baixa", abrangendo os municípios integrados nos Sistemas Multimunicipais da Ria de Aveiro, do Lis, do Oeste, do Baixo Mondego, de Raia, Zêzere e Nabão e do Alto Zêzere e Côa; De abril de 2008 a maio de 2009 desempenhou funções de vogal do Conselho de Administração da Trevo Oeste - Tratamento e Valorização de Efluentes Pecuários, S.A.

#### **Funções Atuais**

Desde 6 de maio de 2009 desempenha as funções de Administrador-Executivo da Águas do Oeste, S.A.

É membro do Conselho de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros.

### **Eng. José Manuel Leitão Sardinha**

Nasceu em Castelo Branco em 26 de março de 1967.

#### **Habilitações Académicas**

Licenciatura em Engenharia do Ambiente (Sanitária) pela Universidade Nova de Lisboa.

#### **Carreira Profissional**

Iniciou a sua atividade profissional, em 1991, na consultadoria na área de águas, águas residuais e resíduos sólidos urbanos e também como colaborador do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, assumindo, a partir de 2000, a atividade de Docente Convidado na área de tratamento de águas, de águas residuais urbanas e de efluentes industriais. De 1998 a 2002 foi também colaborador da Hidrocontrato onde exerceu funções na direção técnica/comercial, de produção e de exploração. Em março de 2002 integrou o grupo Águas de Portugal, tendo assumido as funções de Administrador-Delegado da Águas do Oeste, S.A. até novembro de 2004.

#### **Funções Atuais**

É Vogal não executivo do Conselho de Administração Águas do Oeste, S.A. desde novembro de 2004.

É Vogal executivo do Conselho de Administração da Simarsul, S.A., desde março de 2004.

É Docente Convidado do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, desde setembro de 2000.

É Vogal do Conselho Diretivo da Região Sul da Ordem dos Engenheiros, no mandato 2010-2013.

É Coordenador do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia do Ambiente da Ordem dos Engenheiros no mandato 2010-2013, tendo anteriormente sido Vogal daquele Conselho, nos mandatos 2004-2007 e 2007-2010.

É Vogal do Conselho de Região Hidrográfica da ARH Alentejo, em representação do Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

## Dr. Carlos Manuel Soares Miguel

Nasceu em 17 de janeiro de 1957.

### Habilitações Académicas

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa.

### Carreira Profissional

Exerceu advocacia de 1985 a 2002.

### Funções Atuais

Exerce as funções de Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras.

## Dr. Fernando José da Costa

Nasceu em 20 de abril de 1950.

### Habilitações Académicas

Licenciado em Direito.

### Funções Atuais

Exerce as funções de Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha.

## 4.1.3 Fiscal Único

Nos termos do artigo 24º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da atividade da Sociedade compete a um oficial revisor de contas ou Sociedade revisora de contas.

### Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada por Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC n.º. 1119) ou Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC n.º.896)

**Suplente:** Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira

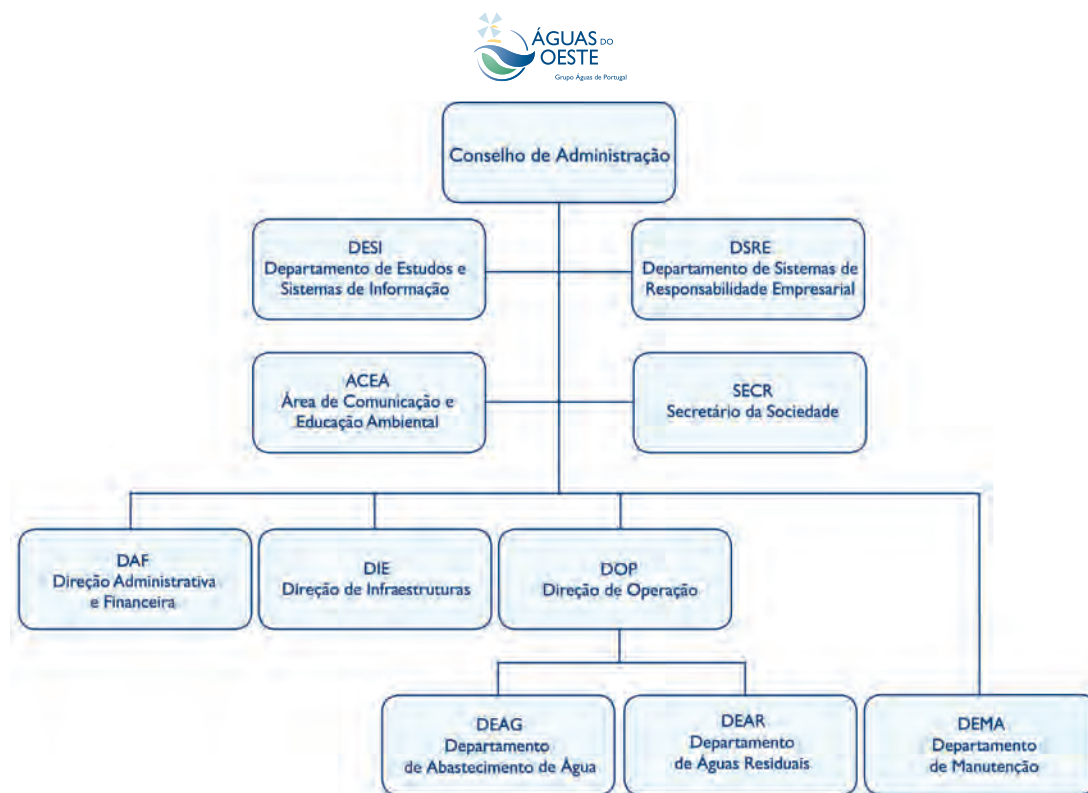
## 4.2. Estrutura Organizacional

O reporte de todas as Áreas e de todos os Departamentos é feito ao Administrador Executivo, com base nas atribuições de cada Serviço, aprovadas pelo Conselho de Administração.

Para cada função existente na Empresa está feita a determinação clara dos objetivos, supervisão e “rede operacional” de relações internas e externas, bem como a definição das respetivas áreas de responsabilidade.

O Conselho de Administração, para além da delegação geral da gestão corrente no Administrador Executivo, procedeu também a algumas delegações pontuais associadas à natureza de algumas funções.

## Organograma



### Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)

#### Atribuições

- Promover e realizar estudos adequados ao desenvolvimento da Empresa e à plena utilização das potencialidades da sua atividade, bem como estudos adequados à prossecução dos requisitos de funcionamento da Empresa;
- Assegurar o acompanhamento no plano técnico do EVEF da Empresa e dos estudos e análises necessários para a sua aplicação e evolução;
- Coordenar as atividades necessárias para candidatar a Empresa aos vários programas de financiamento, em parceria com os restantes Serviços da Empresa, e proceder à coordenação da realização das candidaturas aprovadas;
- Estruturar as respostas de natureza técnica relativas à atividade global da Empresa que não decorram de atribuições específicas de outros Serviços;
- Proceder à preparação e resposta de elementos técnicos de suporte à articulação de financiamentos junto do BEI;
- Articular com os Municípios da área de atividade da Empresa as questões relativas ao relacionamento entre os sistemas da Empresa e os sistemas municipais, em especial no que respeita ao redimensionamento das necessidades dos Municípios emergentes de licenciamentos urbanísticos e ao tratamento das consultas recebidas para o efeito;
- Assegurar a gestão global dos sistemas informáticos da Empresa e proceder à sua coordenação e compatibilização;
- Gerir e atualizar os equipamentos informáticos e o sistema de informação geográfica da Empresa;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

## Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)

### Atribuições

- Apoiar o CA na definição, acompanhamento e revisão dos objetivos estratégicos da Empresa;
- Assegurar o acompanhamento do processo de certificação da Empresa;
- Assegurar a gestão e manutenção do Sistema Integrado da Qualidade, e Ambiente, Segurança e Saúde (SIQAS) prestando o apoio necessário às restantes unidades orgânicas;
- Definir e assegurar a implementação de normas, procedimentos e outros documentos no âmbito do SIQAS;
- Colaborar com outras unidades orgânicas na formação dos Recursos Humanos relativamente às normas e procedimentos do SIQAS;
- Criar condições para a certificação da Empresa em matéria de segurança, assumindo as colaborações adequadas para a sustentação prévia dessas condições e tutelando o respetivo acompanhamento;
- Garantir a coordenação dos projetos de Investigação e Desenvolvimento da Empresa, em articulação com os diferentes serviços;
- Assegurar a preparação do PCQA, a realização atempada do seu reporte para a Entidade Reguladora, as demais entidades envolvidas nos termos da lei e os Clientes da Empresa, bem como do suporte dos resultados do PCQA e dos seus eventuais incumprimentos;
- Garantir o tratamento e reporte dos Indicadores de Desempenho à Entidade Reguladora e dos Indicadores de Sustentabilidade à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

## Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)

### Atribuições

- Assegurar as publicações e outros meios adequados à comunicação institucional da Empresa;
- Planear e propor ações de comunicação em concertação com a Comunicação e Imagem do Grupo, de forma a assegurar uma boa imagem institucional da Empresa e uma perceção correta da sua atividade;
- Gerir as atividades e momentos de comunicação, de forma a cumprir os objetivos propostos;
- Coordenar os instrumentos de comunicação periódica com os Clientes da Empresa e organizar os níveis de avaliação do grau de sua satisfação;
- Preparar, propor e assegurar a realização de ações de educação ambiental relacionados com a atividade da Empresa e dirigidos à população em geral ou, em particular, ao universo escolar;
- Colaborar no desenvolvimento e garantir a implementação na Empresa do plano de contingência do Grupo, em articulação com a *holding* visando antecipar situações de crise e contribuir para a solução dos problemas detetados, de forma a manter a boa imagem institucional da Empresa e do Grupo;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

## Secretário da Sociedade

### Atribuições

- Autenticar os despachos e decisões do Conselho de Administração;
- Assegurar a disponibilização interna dos normativos relevantes para a Empresa;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

## Direção Administrativa e Financeira (DAF)

### Atribuições

- Assegurar o acompanhamento, no plano económico-financeiro, do EVEF da Empresa e dos estudos e análises necessários para a sua aplicação e evolução;
- Assegurar a elaboração do orçamento da Empresa, propor a sua aprovação e acompanhar a sua execução, com elaboração dos necessários relatórios, de forma a identificar e analisar desvios e contribuir para as decisões de gestão e o cumprimento dos objetivos;
- Controlar a preparação e disponibilização atempada de informação de gestão sobre a Empresa e o seu reporte atempado para os Acionistas e diversas Entidades externas;
- Assegurar a realização das operações e procedimentos relativos à contabilidade, garantindo a correta aplicação dos princípios contabilísticos e o cumprimento das correspondentes normas legais;
- Assegurar a gestão da tesouraria, gerindo linhas de crédito e aplicações financeiras;
- Garantir a correta aplicação e a atualização das tarifas para o fornecimento de água e recolha/transporte de efluentes, no âmbito dos contratos de concessão;
- Colaborar com a Administração e os outros Serviços na contratação e gestão dos Recursos Humanos da Empresa;
- Assegurar a gestão administrativa da Empresa, nas suas diversas vertentes, designadamente, instalações, frota automóvel, seguros e faturação a clientes;
- Assegurar o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa;
- Garantir a implementação e atualização do cadastro de infraestruturas e equipamentos;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

## Direção de Infraestruturas (DIE)

### Atribuições

- Colaborar na elaboração e propor o Plano dos Investimentos, de forma a responder às necessidades de criação/otimização das infraestruturas do Sistema e garantir o cumprimento dos objetivos definidos pela Administração;
- Assegurar a realização de todos os investimentos da Empresa, com exceção dos que não alterem significativamente a configuração pré-existente das infraestruturas e não estejam organizados em empreitadas gerais específicas para o efeito;
- Assegurar o acompanhamento da execução de projetos para as obras a realizar pela Empresa;
- Proceder às diligências adequadas para obtenção de licenciamentos necessários para a realização dos investimentos;
- Assegurar a gestão das obras de construção executadas por empreiteiros, em termos de prazos, custos e qualidade, garantindo o cumprimento dos objetivos disposições legais em termos ambientais e de segurança e saúde no trabalho e assegurar a realização das inspeções/vistorias/coordenação de segurança para o efeito das receções provisórias;
- Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão, relativos à atividade da Direção, visando aferir o desempenho das atividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;
- Assegurar progressivamente a implementação de um sistema de gestão de ativos, com a colaboração dos restantes Serviços;
- Proceder à avaliação funcional das infraestruturas da Empresa e apresentar propostas para melhorar as suas eficácia e eficiência, garantindo a implementação da codificação de localização funcional de todas as infraestruturas, bem como as suas etiquetagem e valoração;
- Assegurar a realização de processos de expropriação e constituição de servidões de prédios necessários para a concretização dos objetivos da Empresa e proceder às diligências necessárias para a sua aquisição ou oneração, bem como ao correspondente registo predial;
- Garantir a aplicação de critérios de salvaguarda ambiental e de SST nos novos projetos da Empresa, em colaboração com o DSRE;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, nomeadamente na execução dos investimentos, e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

## Direção de Operação (DOP)

### Atribuições

- Coordenar e dirigir a atividade do DEAG e do DEAR;
- Prosseguir as atribuições do DEAG e do DEAR;
- Assegurar a articulação com os sistemas municipais relativa a todas as questões operacionais da Empresa, incluindo o reporte de todas as situações inerentes ao funcionamento dos sistemas da Empresa, com exceção das que se referem à preparação aprovação do PCQA.
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

## Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)

### Atribuições

- Assegurar a operação dos sistemas de abastecimento de água, em função da procura existente e dos parâmetros de qualidade exigidos, visando a rentabilidade da Empresa e a prestação do melhor serviço à população, salvaguardando a segurança e saúde dos colaboradores e de outras partes interessadas;
- Identificar e propor projetos/obras de beneficiação e, ou ampliação das infraestruturas do sistema de abastecimento visando melhorar a sua capacidade e eficiência e assegurar a consecução dos objetivos de médio/longo prazo da Empresa;
- Assegurar a vigilância e monitorização das infraestruturas do sistema de abastecimento e o reporte regulado das ocorrências ao DEMA;
- Assegurar o cumprimento de ações de manutenção preventiva especificamente atribuídas ao DEAR, em estreita articulação com o DEMA;
- Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão relativos à atividade do Departamento, visando aferir o desempenho das atividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;
- Assegurar uma boa articulação e cooperação entre o sistema de abastecimento de água da Empresa e os sistemas que lhe estão associados;
- Garantir a verificação e registo dos consumos, nos pontos de entrega, e o seu reporte à DAF para faturação;
- Colaborar com o DSRE na preparação e execução do PCQA e assegurar o controlo laboratorial operacional dos parâmetros de qualidade de água fornecida extraindo as consequências para a adequada beneficiação da qualidade sempre que se justificar;
- Identificar novas soluções a nível tecnológico e do processo, analisar a sua aplicabilidade, de forma contribuir para a melhoria da eficiência, diminuindo custos e promovendo a qualidade do serviço;
- Assegurar a gestão corrente das instalações da Empresa exclusivamente afetas a abastecimento de água;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

## Departamento de Águas Residuais (DEAR)

### Atribuições

- Assegurar a recolha, transporte e tratamento e rejeição de águas residuais a cargo da Empresa;
- Colaborar na erradicação de descargas poluentes nos meios recetores, em cooperação com entidades externas;
- Identificar e propor projetos/obras de beneficiação e, ou ampliação das infraestruturas do sistema de saneamento de forma a garantir a sua funcionalidade e o cumprimento dos objetivos de médio/longo prazo da Empresa;

- Assegurar a vigilância e monitorização das infraestruturas do sistema de abastecimento e o reporte regulado das ocorrências ao DEMA;
- Assegurar o cumprimento de ações de manutenção preventiva especificamente atribuídas ao DEAR, em estreita articulação com o DEMA;
- Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão, relativos à atividade do Departamento, visando aferir o desempenho das atividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;
- Assegurar uma boa articulação e cooperação entre o sistema de águas residuais da Empresa e os sistemas que lhe estão associados;
- Garantir a verificação e o registo dos caudais nos pontos de recolha e o seu reporte ao DAF para faturação;
- Garantir o controlo analítico do processo e da monitorização da qualidade das águas residuais afluentes, dos efluentes tratados e meios recetores, visando a sua melhoria contínua e o cumprimento da legislação em vigor;
- Garantir a remoção dos resíduos e subprodutos provenientes do funcionamento do sistema e assegurar o seu encaminhamento para destino final adequado;
- Identificar novas soluções a nível tecnológico e do processo, analisar a sua aplicabilidade de forma a otimizar o processo, diminuir custos e promover a qualidade do serviço;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS;
- Assegurar a gestão corrente das instalações da Empresa exclusivamente afetas a tratamento de águas residuais (água, luz).

## Departamento de Manutenção (DEMA)

### Atribuições

- Assegurar o planeamento, orçamentação e execução da manutenção dos equipamentos e infraestruturas da Empresa, de forma a garantir a funcionalidade e a fiabilidade do sistema da Empresa e o cumprimento dos objetivos, incluindo os correspondentes investimentos que não alterem significativamente a configuração pré-existente das infraestruturas e não estejam organizados em empreitadas gerais específicas para o efeito;
- Assegurar a realização atempada de ações de manutenção preventiva, corretiva e condicionada de equipamentos e a limpeza e desobstrução de infraestruturas, de forma a garantir a otimização da sua exploração e a melhor relação entre custos e benefícios;
- Colaborar com a DIE na preparação de projetos tendo em vista a otimização das condições de manutenção, na perspetiva da eficiência associada à implantação progressiva da gestão de ativos;
- Assegurar a monitorização dos consumos energéticos e propor medidas visando a sua racionalização e redução de custo;
- Adotar práticas e procedimentos de salvaguarda dos colaboradores e de outras partes interessadas nas questões de proteção ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho;
- Garantir a gestão eficaz dos materiais e peças sobressalentes e sua correta armazenagem;
- Colaborar na receção de novos equipamentos e instalações;
- Gerir o sistema de telegestão da Empresa, em articulação com as funções de coordenação global do DESI, e proceder à implementação dos novos subsistemas;
- Preparar e assegurar o cumprimento do plano de calibração de equipamentos de monitorização e medição, bem como a sua manutenção;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

## Relações com Stakeholders

É a seguinte a estrutura acionista da Empresa (participação do capital em euros):

Unidade: euros

Entidade	Valor total do Capital
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	15.300.000
Associação de Municípios do Oeste	5.000
Município de Alcobaça	1.540.190
Município de Alenquer	1.702.670
Município de Arruda dos Vinhos	439.665
Município de Azambuja	1.784.885
Município de Bombarral	462.200
Município de Cadaval	465.230
Município de Caldas da Rainha	1.051.340
Município de Lourinhã	1.206.915
Município de Nazaré	468.505
Município de Óbidos	501.430
Município de Peniche	660.685
Município de Rio Maior	789.820
Município de Sobral de Monte Agraço	324.910
Município de Torres Vedras	3.296.555
<b>Total</b>	<b>30.000.000</b>

A Águas do Oeste cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, Concedente, Entidade Reguladora, Acionistas, parceiros, utilizadores e instituições financeiras.

A Águas do Oeste tem procedido ao cumprimento das suas obrigações de reporte e tem solicitado as autorizações e aprovações necessárias previstas no seu Contrato de Concessão, quer em relação ao Concedente, quer em relação à ERSAR, tendo recebido uma profícua colaboração.

Os Acionistas têm procedido a um cuidado acompanhamento da gestão da Empresa, tendo as relações de reporte assentado na própria relação dos administradores com os seus Acionistas e, no que respeita à Águas de Portugal, SGPS, S.A. também no apoio em dossiês mais complexos e no acompanhamento técnico e de reporte com base em vários instrumentos específicos.

A colaboração dos Municípios Acionistas permitiu também, como já foi referido, dar passos essenciais em algumas questões institucionais de relacionamento, que não foram possível resolver em anos anteriores.

A Águas do Oeste tem conseguido manter um ambiente de trabalho muito positivo, apesar do enorme esforço que tem sido pedido a todos os serviços.

É da mais elementar justiça reconhecer o desempenho dos colaboradores da Empresa, que têm sabido dar o melhor de si para o exigente desempenho e esforço a que a atual situação da Empresa obriga.

A complexidade própria da fase de desenvolvimento em que a Águas do Oeste se encontra, com permanentes desafios, novos e maiores, precisa desta colaboração empenhada, que tem recebido.

A Águas do Oeste tem um número limitado de clientes, como decorre da própria natureza da Empresa, com uma complexidade resultante da multiplicidade de planos em que se desenvolve o relacionamento Municípios / Empresa: Acionistas, clientes, autarquias em cujo território se efetua o investimento, cedentes de infraestruturas para exploração pela Águas do Oeste.

Apesar dessa complexidade e da especial dificuldade de algumas dessas vertentes, tem sido possível manter um clima de franca colaboração e análise conjunta de todos os dossiês.

No que respeita aos prestadores de serviços à Águas do Oeste, a pendência de dezenas de empreitadas, correspondentes fiscalizações, acompanhamento de projetos e, por outro lado, a prestação de todos os serviços inerentes às múltiplas infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento em exploração, são também qualitativa e quantitativamente complexas.

Apesar disso e de um nível de exigência que se tem mantido elevado, não tem havido situações de rotura no relacionamento.



## 5. Remunerações e Outros Encargos

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17º dos Estatutos da Águas do Oeste, é à Assembleia Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

Na Assembleia Geral de 17 de março de 2010 foram eleitos os atuais Órgãos Sociais.

A fixação da remuneração dos Órgãos Sociais é a decorrente da deliberação da Comissão de Vencimentos de 7 de setembro de 2010.

Os montantes totais de remunerações em 2011 auferidos pelos membros dos órgãos sociais foram os seguintes:

### 5.1 Mesa da Assembleia Geral

Unidade: euros

Mesa da Assembleia Geral			
Mandato 2010-2012	Presidente	Vice-Presidente (I)	
Ano de 2011	José Manuel Dias Custódio	Paulo Manuel Marques Fernandes	Ana Cristina Rebelo Pereira
I.1. Senhas de Presença (a)	0,00	415,00	0,00

(a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado

(I) Valores faturados pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

### 5.2 Conselho de Administração

Unidade: euros

Conselho de Administração					
Mandato 2010-2012	Presidente Executivo (I)	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo (I)	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
Ano de 2011	Arnaldo Lobo Moreira Pêgo	Arménio de Figueiredo	José Manuel Leitão Sardinha	Fernando José da Costa	Carlos Manuel Soares Miguel
<b>I. Remunerações</b>					
I.1. Remuneração Base Anual/Fixa (a)	34.412,00	93.926,23	22.820,00	0,00	0,00
I.2. Redução por Aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho	(1.720,60)	(4.696,31)	(1.141,00)	0,00	0,00
I.3. Redução por Aplicação da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro	(3.269,14)	(8.922,99)	(2.167,90)	0,00	0,00
I.4. Remuneração Fixa Efetiva (I.1 - I.2 - I.3)	29.422,26	80.306,93	19.511,10	0,00	0,00
I.5. Senhas de Presença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.6. Acumulação de Funções de Gestão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.7. Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.8. IHT (Isenção de Horário de Trabalho)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.9. Outros (identificar detalhadamente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Outras Regalias e Compensações</b>					
2.1. <i>Plafond</i> anual em comunicações móveis		2.100,00			
2.1. Gastos na Utilização de comunicações móveis	0,00	1.659,14	0,00	0,00	0,00
2.2. Subsídio de Deslocação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3. Subsídio de Refeição	0,00	1.282,00	0,00	0,00	0,00
2.4. Outros (identificar detalhadamente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3. Encargos com Benefícios Sociais</b>					
3.1. Regime de Proteção Social	0,00	12.200	0,00	0,00	0,00
3.2. Seguros de Saúde	0,00	588,47	0,00	0,00	0,00
3.3. Seguros de Vida	0,00	1.831,41	0,00	0,00	0,00
3.4. Seguros de Acidentes Pessoais	0,00	1.831,41	0,00	0,00	0,00
3.5. Outros (identificar detalhadamente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Conselho de Administração					
Mandato 2010-2012	Presidente Executivo (1) Arnaldo Lobo Moreira Pêgo	Vogal Executivo Arménio de Figueiredo	Vogal Não Executivo (1) José Manuel Leitão Sardinha	Vogal Não Executivo Fernando José da Costa	Vogal Não Executivo Carlos Manuel Soares Miguel
Ano de 2011					
<b>4. Parque Automóvel</b>					
4.1. Marca	-	VW	-	-	-
4.2. Modelo	-	Passat Vrt TDI	-	-	-
4.3. Matrícula	-	24-EU-39	-	-	-
4.4. Modalidade de utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	-	ALD	-	-	-
4.5. Valor de referência da viatura nova	-	32.619,86	-	-	-
4.6. Ano Inicio	-	2.007	-	-	-
4.7. Ano termo	-	2.010	-	-	-
4.8. N.º de Prestações (se aplicável)	-	36	-	-	-
4.9. Valor residual	-	-	-	-	-
4.10. Valor da renda/prestação anual da viatura de serviço	-	7.004,50	-	-	-
4.11. Combustível gasto com a viatura	-	4.263,84	-	-	-
4.12. <i>Plafond</i> anual de combustível atribuído	-	5.694,96	-	-	-
4.13. Outros - Portagens, seguro, estacionamento, reparações	-	3.290,27	-	-	-
<b>5. Informações Adicionais</b>					
5.1. Opção pelo Vencimento de Origem (S/N)	NA	N	NA	NA	NA
5.4. Exercício de Funções Remuneradas Fora do Grupo	N	N	S	S	S
5.3. Outras (identificar detalhadamente)	-	-	-	-	-

(a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem, caso essa opção tenha sido autorizada  
 (b) - Caso a Viatura de Serviço tenha sido adquirida através de contratos de *Leasing*, ALD, AOV, *Renting*, etc., deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas  
 S - Sim; N - Não; NA - Não Aplicável; (1) Valores faturados pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.; (2) Valor referente às rendas de AOV pagas durante o ano

## 5.3 Órgão de Fiscalização

Fiscal Único	2010	2011**
Mandato 2010-2012		
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	12.000,00	12.000,00

\*\* Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) Sim x Não \_\_\_

## 6. Análise de Sustentabilidade

Apesar de não ter sido possível, por constrangimentos de natureza financeira e por impossibilidade de admissão de novo colaborador, avançar para o processo de certificação no referencial da responsabilidade social, no decorrer de 2011 a Águas do Oeste manteve os objetivos estruturantes em matéria de sustentabilidade ambiental, económica e social, no sentido de criar mais-valias para a comunidade, Acionistas e para os próprios colaboradores.

Promoveu ações internas potenciadoras da utilização de energias renováveis e de minimização dos consumos energéticos. Com um plano de ação e metas futuras bem definidas, a Empresa pretende implementar medidas de redução e compensação de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), potenciar a minimização dos consumos de água e de energia mantendo assim a prestação de um serviço público com um elevado padrão de qualidade, zelando pela preservação das condições ambientais da região Oeste.

Apesar de se ter verificado uma diminuição significativa dos custos de atividades de educação e sensibilização ambiental, a Águas

do Oeste deu continuidade a diversos projetos, considerando-os como um dos vetores fundamentais para a adequada gestão do ciclo urbano da água, sempre apelando à preservação e à utilização racional deste bem cada vez mais escasso e essencial à vida. Um projeto estruturado que envolve desde 2002 não só as crianças e jovens da região, como também a população em geral. Das ações desenvolvidas neste âmbito, para além das visitas de estudo, dos dias abertos às suas infraestruturas e das ações de sensibilização integradas nas comemorações de dias temáticos, a Empresa destaca a organização de um seminário, integrado no Projeto EcoCasa - Água da Quercus, intitulado "Uso Eficiente da Água no Setor Residencial", que contou com a participação ativa de autarcas e quadros técnicos municipais dos setores do ambiente, água e saneamento da região, e o envolvimento de um número, cada maior, de equipas no âmbito do Projeto Rios, um projeto nacional da ASPEA, coordenado regionalmente pela Águas do Oeste, que tem por objetivo a participação pública e a sensibilização da população para a necessidade de preservação dos recursos hídricos.

No âmbito de uma iniciativa de solidariedade social, transversal a todas as Empresas do grupo AdP – Águas de Portugal com operação em Portugal, a Águas do Oeste apoiou uma vez mais a Seleção Portuguesa de Natação Adaptada na preparação para os Jogos Paralímpicos de 2012, em Londres. Depois da assinatura de um protocolo, que teve lugar em maio de 2010, entre a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., em representação das Empresas do Grupo, e a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, a Águas do Oeste, comprometeu-se, durante três anos (2009-2011), a entregar 50 cêntimos, por cada postal eletrónico de Natal enviado pelos seus colaboradores, para ajudar a Seleção Portuguesa de Natação Adaptada na preparação para os Jogos Paralímpicos de 2012.

Ao nível da Investigação e Desenvolvimento, a Empresa implementou e continua a gerir projetos potenciadoras de melhores práticas ambientais, destacando-se em 2011 com alguns associados ao controlo da qualidade da água, através da ferramenta informática GIBDQA (Gestão integrada de bases de dados da qualidade da água).

A atividade da Águas do Oeste tem sido, ao longo dos seus 10 anos de atividade, reconhecida por entidades externas, nomeadamente, através da atribuição de prémios e na obtenção da certificação em qualidade do serviço e ambiental e, mais recentemente, alargando-a à segurança e saúde dos seus trabalhadores. Também o seu desempenho é anualmente reconhecido, quer a nível distrital, considerando que anualmente a Águas do Oeste integra a lista das 250 Maiores Empresas do Distrito de Leiria, tendo em 2011 ficado posicionada no 38º lugar do *ranking*, quer a nível nacional, uma vez que a Empresa aparece também na "Galeria de Ouro" que é publicada na revista 1.000 Maiores Empresas, editada pelo Jornal de Notícias, onde estão incluídas mais sete Empresas do grupo AdP – Águas de Portugal.

## 7. Gestão do Capital Humano

<b>Evolução dos Recursos Humanos (n.º de trabalhadores em 31 de dezembro)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Total	130	130	132

<b>Decomposição dos Recursos Humanos (n.º de trabalhadores em 31 de dezembro)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Secretariado dos Órgãos Sociais	1	1	1
Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)	3	3	3
Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)	5	4	4
Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)	3	2	2
Direção Administrativa e Financeira (DAF)	10	10	10
Direção de Infraestruturas (DIE)	6	6	6
Direção Operacional (DOP)	2	2	9
Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)	27	29	25
Departamento de Águas Residuais (DEAR)	63	63	62
Departamento de Manutenção (DEMA)	10	10	10
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>130</b>	<b>132</b>

<b>Estrutura Etária – Anos</b>	
«19	0
»19«25	3
»26«35	71
»36«45	37
»46«55	16
»56«65	5
»65	0
Média Idades	36 anos e 11 meses

<b>Níveis Antiguidade - Anos</b>	
»0«1	6
»1«2	22
»3«5	38
»6«10	66
»11«15	0
»16	0
<b>Antiguidade Média</b>	<b>5 anos e 9 meses</b>

(nº colaboradores)

<b>Vinculo Laboral</b>	
Sem Termo	114
Termo Certo	17
Termo Incerto	0
Outro	1

(nº colaboradores)

<b>Habilitações Literárias</b>	
Ensino Básico	56
Ensino Secundário	37
Ensino Superior	39

(nº colaboradores)

<b>Sexo</b>	
Feminino	35
Masculino	97

(nº horas)

<b>Absentismo</b>	
Assistência Familiar	656
Doença	3.709
Consulta Médica	166
Licença de Casamento	400
Licença Parental	3.648
Acidentes de Trabalho	2.765
Outras Ausências	1.144

(nº horas)

<b>Formação</b>	
Total de horas de formação	3.708
Nº colaboradores envolvidos	119

Unidade: euros

<b>Evolução da massa salarial</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Total</b>	3.185.469,85	3.162.753,82	<b>2.936.980,65</b>

Unidade: euros

<b>Decomposição da massa salarial</b>			
<b>Serviço</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Secretariado dos Órgãos Sociais	31.068,14	26.225,30	<b>28.314,25</b>
Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)	136.883,76	129.399,33	<b>114.219,80</b>
Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)	177.311,57	184.743,41	<b>156.499,42</b>
Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)	100.744,04	66.601,80	<b>50.166,56</b>
Direção Administrativa e Financeira (DAF)	308.214,55	323.887,70	<b>329.449,83</b>
Direção de Infraestruturas (DIE)	278.885,72	258.131,14	<b>197.817,50</b>
Direção Operacional (DOP)			<b>112.196,01</b>
Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)	564.433,16	628.482,41	<b>525.998,45</b>
Departamento de Águas Residuais (DEAR)	1.291.566,02	1.250.338,05	<b>1.145.663,91</b>
Departamento de Manutenção (DEMA)	296.362,89	294.944,68	<b>276.654,92</b>
<b>Total</b>	3.185.469,85	3.162.753,82	<b>2.936.980,65</b>

A Empresa não aumentou os seus efetivos, conforme previsto no orçamento aprovado, seguindo as determinações de redução de custos entretanto estabelecidas. Tendo em consideração o aumento, com algum significado, da atividade da Empresa no abastecimento de água e no saneamento de águas residuais, e o trabalho desenvolvido na área da Segurança, esta situação obrigou a um esforço significativo dos trabalhadores e da Empresa para o cumprimento das suas atribuições, situação que se poderá agravar em 2012.

Em 31 de dezembro de 2011, o quadro de pessoal contava com 132 colaboradores. Embora se registre um acréscimo de dois colaboradores face à mesma data do ano anterior; a realidade reflete a substituição de duas saídas registadas antes do final de 2010, mas cujo processo apenas terminou em 2011.

Em novembro de 2010, como resultado das orientações estratégicas para o Setor Empresarial do Estado para 2011, que visam a redução e racionalização da utilização de recursos, nomeadamente financeiros, foi determinada a necessidade de redução dos custos com pessoal e fornecimentos de serviços externos para 2011.

Também neste ano terminou o contrato de prestação de serviços para a exploração da ETAR de Rio Maior, passando a exploração a ser efetuada *insourcing*, o que permitiu uma redução de custos. Face a esta situação, foi necessária a contratação de um novo técnico operativo para a exploração desta ETAR.

## Formação

A Águas do Oeste continuou a dar uma especial atenção aos programas de formação interna e externa, tendo em vista fomentar a articulação das necessidades empresariais com a evolução sócio-profissional dos trabalhadores.

O Plano de Formação para 2011 contribuiu para um enquadramento da formação, que se materializou em cursos de formação, conferências, jornadas, seminários e horas de trabalhador-estudante, representando um total acumulado de cerca de 3.708,47 horas de formação, abrangendo 90% dos 132 colaboradores da Águas do Oeste.

De acordo com o Código de Trabalho a formação contínua de ativos deve abranger, em cada ano, pelo menos 10% dos trabalhadores com contrato sem termo. Dos 132 colaboradores da Empresa, 114 têm contrato sem termo e representaram 80% das ações realizadas.

No Plano de Formação para 2011 estavam previstas 5.961.50 horas de formação e um orçamento de €86.999,00. O valor realizado durante o ano foi de €9.789,65.

O desvio verificado entre o planeado e o realizado deveu-se, essencialmente, à atual conjuntura económica que obrigou a um maior esforço de redução e contenção de despesa, pelo que a Empresa se viu na necessidade de introduzir alguns cortes nas ações de formação planeadas para 2011.

De realçar que, no intuito de reduzir o tempo e o custo de deslocações dos colaboradores para fora da área concessão, 26% das ações foram realizadas nas instalações da Empresa.

A formação externa representou 90% (3334 horas) da formação realizada. A formação interna representou os restantes 10% (374 horas), sendo composta por ações de sensibilização aos colaboradores e ações no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde.

A principal área de intervenção das ações de formação desenvolvidas, no ano de 2011, foi na Segurança e Saúde no Trabalho (representando 64% da formação total).

No entanto, a Empresa continua a investir na melhoria dos níveis de escolaridade dos seus colaboradores, tendo sido atribuído o estatuto de trabalhador estudante a 5 colaboradores. As horas de ausência para Frequência/Provas de Exame dos trabalhadores-estudantes representam 15% das horas de formações realizadas em 2011.

## 8. Investigação & Desenvolvimento e Inovação

### Aplicação GIBDQA/ AQUASAFE

Para a Águas do Oeste, enquanto entidade gestora do serviço de abastecimento de água para consumo humano, o controlo analítico da água abastecida sempre representou um dos principais objetivos da Empresa. Este acompanhamento do controlo da qualidade da água para consumo humano abastecida implica, naturalmente, elevadas exigências em termos de gestão de informação. Neste âmbito, surgiu a plataforma AQUASAFE, em particular o módulo GIBDQA (gestão integrada de bases de dados de qualidade da água), procurando tirar partido das mais recentes soluções tecnológicas que permitem agilizar o processo de integração e interação de diferentes fontes de dados.

A Águas do Oeste funcionou como Empresa piloto para o desenvolvimento da aplicação informática GIBDQA, sendo que, em 2011, o projeto foi dado como concluído, tendo sido carregada a informação histórica disponível para execução de vários testes de utilização.

Em 2011, a Águas do Oeste procedeu a uma verificação mais fina da fiabilidade do produto, produzindo paralelamente os relatórios pela forma tradicional e através da aplicação informática.

## 9. Ética e Prevenção da Corrupção

O grupo AdP acredita que a concretização dos seus interesses de longo prazo no desempenho da missão que lhe foi cometida pelo Estado Português está necessariamente alicerçada no estrito cumprimento dos mais elevados padrões de conduta ética.

O Código de Conduta e Ética do grupo AdP vem expressar o compromisso do Grupo com todos aqueles que se relacionam com as Empresas do Grupo nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, e que têm, por isso, interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética das Empresas do grupo AdP e dos seus colaboradores.

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de um grupo empresarial que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

O Código de Conduta e Ética do grupo AdP foi adotado e é aplicável à Águas do Oeste, enquanto Empresa do grupo Águas de Portugal, podendo ser consultado nos sítios institucionais da Águas de Portugal e da Águas do Oeste.

## Valores Éticos da Águas do Oeste e Princípios de Atuação

A Águas do Oeste tem como Valores Centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável

## 10. Controlo de Risco

A Águas do Oeste, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2011 foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na Empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído por cada Empresa para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando se avalia o impacto estão a ser consideradas para cada risco diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às Empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Considerando que reporta diretamente ao Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., é reforçada a sua independência perante as administrações das Empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Oeste, S.A., sendo periodicamente apreciados pelo Acionista maioritário (AdP SGPS, SA). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela Águas do Oeste, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do Acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a Empresa se encontra exposta são os seguintes:

- Envolvente política, económica e financeira
- Alterações de legislação, regulamentação e regulação;
- Relacionamento com os municípios;
- Continuidade do negócio;
- Cobranças; e
- Crédito e financiamento.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

## 11. Prevenção de Conflito de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.



Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Administração da Águas do Oeste, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

- (i) Entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na Empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (ii) Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- (iii) Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (iv) Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (v) Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

## 12. Divulgação de Informação

A Águas do Oeste cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com os seus *stakeholders*, nomeadamente clientes, Acionistas, Concedente, Regulador, outros parceiros e população em geral.

Para além da disponibilização dessa informação, feita anualmente, no seu Relatório e Contas (R&C), a Empresa utiliza também o seu sítio da internet ([www.aguasdooeste.pt](http://www.aguasdooeste.pt)) para divulgação de informação diversa, conforme evidencia a tabela seguinte:

Informação disponível no sítio da Empresa	Divulgação			Comentários
	Sim	Não	N.A.	
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organograma	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos Órgãos Sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA			X	
Identificação das Comissões existentes na Sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos Órgãos Sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do Cliente			X	

A informação que não está disponibilizada diretamente em [www.aguasdooeste.pt](http://www.aguasdooeste.pt), pode ser consultada no R&C (accedendo ao submenu Informação Financeira)

## 13. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional

De acordo com o definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público -, as entidades abrangidas por essa Resolução devem incluir no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e ações de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente Capítulo, consideram-se como publicidade institucional quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e ações realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for suscetível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Águas do Oeste têm sempre por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e são pautadas pelos princípios da verdade e da transparência, contudo a aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Águas do Oeste, durante o ano de 2011 foi praticamente inexistente. Apesar disso a Empresa continua a apostar na divulgação da sua atividade, tendo, no ano em análise, apostado na divulgação dos seus 10 anos de atividade, mas através da realização de campanhas sem recurso à aquisição onerosa de espaços publicitários, sempre com o objetivo de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública, quer ao nível da qualidade da água para consumo humano, quer do tratamento de águas residuais;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior; e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, a tabela seguinte resume a informação sintética requerida.

## Montante global investido em publicidade, no decorrer de 2011, discriminado por trimestres

Unidade: euros

Órgão	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Valor Global
Portal AmbienteOnline: Diretório de Empresas	-	-	225	-	225
Jornal de Leiria: Revista 250 Maiores do Distrito de Leiria	-	-	-	150	150
Total	-	-	225	150	375

Aos valores acima mencionados acrescem o IVA à taxa legal em vigor.

Apesar de já no ano de 2010 o montante gasto ser baixo (um total de 7.823 euros), a Águas do Oeste fez, no ano de 2011, um enorme esforço no sentido de diminuir os custos associados à publicidade institucional, face à política de contenção de custos adotada internamente, enquadrada no quadro de redução de custos a que as Empresas do Setor Empresarial do Estado estão obrigadas.

Como demonstram os dados constantes na tabela acima, no que se refere a Ações de Promoção e/ ou Sensibilização, no decorrer do ano de 2011, não se realizaram quaisquer iniciativas, cujo montante em publicidade tenha sido superior a quinze mil euros (€ 15.000).

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a Águas do Oeste cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho.

A informação constante do presente Capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM n.º 47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da Águas do Oeste divulgada neste Capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de atividades cujo conteúdo ou objetivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente atividade de serviço público desta Empresa.

## I 4. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

- Cumprimento das orientações sobre remunerações salariais, promoções e outras (Lei do OGE de 2011);
- Cumprimento da determinação de não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011 (despacho de 25 de março do Ministro de Estado e das Finanças);
- Cumprimento da orientação relativa às normas de contratação pública (despacho n.º 438/10-SETF);
- Cumprimento do previsto no art. 12.º da Lei n.º 12-A/2010 - redução da remuneração dos gestores em 5%);
- Cumprimento da Lei n.º 12-A/2010 no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado;
- Cumprimento das medidas previstas nos PEC's, em particular sobre o plano de redução de Custos com o Pessoal e FSE's (Atividade Comparável e no Consolidado) e redução do n.º de Órgãos Sociais e Chefias (Consolidado) (Despacho n.º 1315/10-SETF + RCM n.º 101-A/2010, de 27-12);
- Cumprimento da autorização prévia da AG relativa a investimentos que excedam 5% do capital estatutário ou social, dos limites estabelecidos aos níveis de endividamento (Consolidado) e da fixação da despesa máxima com Custos com Pessoal e FSE's em 85% do valor registado no ano anterior (Atividade Comparável e no Consolidado) (Despacho n.º 155/10-SETF, de 28 de abril).

### Cumprimento da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, relativa ao Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade da Empresa são desenvolvidas pela AdP SGPS, S.A, no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a *holding* a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das Sociedades que constam do seu portfólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS, S.A. tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas Empresas.

Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada autorização da tutela pela AdP SGPS.

### Cumprimento do Plano de Redução de Custos

Foi cumprido o plano de redução de Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos acordado com a tutela, que definia o compromisso de redução, concretizado em termos consolidados, conforme determinação para os grupos de Empresas, para a atividade de 2011 comparável com 2009.

O cumprimento deste plano está conforme com o disposto no Despacho n.º 1315/2010, de 15 de novembro, do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e no Despacho n.º 155/2011-MFAP, de 28 de abril, na medida em que a redução preconizada por este último despacho foi concretizada através do plano de redução de gastos de 2011 face à atividade comparável de 2009.

O grau de cumprimento destas medidas é reportado no Relatório e Contas consolidado da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão	x			2,08	Ver Capitulo B-Atividade da Empresa, ponto 7 -Objetivos de Gestão
Gestão do Risco Financeiro			x		Ver nota 3- Políticas de gestão do risco financeiro das demonstrações financeiras
Evolução do PMP a fornecedores	x			+ 5 dias	Ver Capitulo A-Governo da Sociedade, ponto 14.1-Evolução do Prazo Médio de Pagamentos
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x				Ver Capitulo A-Governo da Sociedade, ponto 14.1-Evolução do Prazo Médio de Pagamentos
Deveres Especiais de Informação			x		
Recomendações do Acionista na aprovação de contas:			x		
Remunerações (valores em euros):					
Não atribuição de prémios de gestão			x		
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	x			14.360,03	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			7.557,91	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010	x				
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	x			61.743,64	
<b>Contratação Pública</b>					
Normas de contratação pública			x		
Normas de contratação pública pelas participadas			x		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			x		
Limites de Crescimento do Endividamento			x		O valor do attingimento será reportados no R&C da holding
Plano de Redução de Custos					O valor do attingimento será reportados no R&C da holding
Gastos com pessoal			x		
Fornecimentos e Serviços Externos			x		
Princípio da Unidade de Tesouraria			x		O valor do attingimento será reportados no R&C da holding

## Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados, a AdP Serviços, S.A., que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as Empresas do que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja aquisição opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura privativa do Grupo justifica-se por um conjunto de particularidades bastante relevantes dos bens e serviços de que as Empresas participadas carecem. Trata-se de categorias de bens tão específicos como o sejam os reagentes e materiais de laboratório usados pelo segmento do tratamento da água ou dos efluentes ou contentores utilizados pela fileira dos resíduos. Estas particularidades encontram-se presentes igualmente no parque automóvel em as viaturas operacionais utilizadas obedecem a tipologias específicas adaptadas às atividades desenvolvidas que podem ir desde pick-up adaptadas a camiões de transporte de resíduos. O mesmo se diga no caso da eletricidade com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão. A escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido bons resultados ao nível da centralização de aquisições como o demonstra o mais recente concurso público para fornecimento de energia elétrica no Grupo.

## 14.1 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos

Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (RCM 34/2008 + Despacho n.º 9870/2009-SETF):

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	78	57	58	57	61	65	68	62

Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 maio:

Unidade: euros

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Combustível	155,85	-	-	-	-
Conservação e reparação	50.466,64	-	-	-	2.467,38
Empreitadas de obras públicas	2.134,47	2.695,98	34.387,32	134.967,50	186.335,43
Energia	-	-	-	-	37.548,15
Licenciamento de <i>software</i>	-	-	-	41.676,09	-
Outros bens e serviços	438,06	-	-	-	1.661,00
Outros trabalhos especializados	11.439,45	-	28.875,12	-	-
Preparação de refeições	1.627,20	-	-	-	-
Seguros	39,87	-	-	-	-
Vigilância e segurança	2.871,54	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-	-	6.282,69

## 15. Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A governação da Águas do Oeste, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º49/2007, de 28 de março.

No quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as Empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As Empresas detidas pelo Estado devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a Empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados.</li> </ul>	Total	A Águas do Oeste cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none"> <li>Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas para si e para as participadas que controla.</li> </ul>	Total	A divulgação da missão da Águas do Oeste, S.A., dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, do sítio da Empresa na internet, e do Portal do Colaborador.
<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos.</li> </ul>	Total	A Águas do Oeste elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objetivos fixados.
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.</li> </ul>	Total	O grupo AdP, e por consequência a Águas do Oeste, S.A., definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um ator principal no palco da sustentabilidade. A estratégia de sustentabilidade da Águas do Oeste, S.A. encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual, no sítio da Empresa na internet e do Portal do Colaborador.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> <li>Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.</li> </ul>	Total	<p>O grupo AdP, e por consequência a Águas do Oeste, S.A. preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência.</p> <p>A Águas do Oeste foi das primeiras Empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade.</li> </ul>	Total	<p>A Águas do Oeste cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela.</p> <p>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor; devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor; de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.</li> </ul>	Total	<p>Toda a atividade do grupo AdP e da Águas do Oeste é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</p> <p>Neste contexto, a Águas do Oeste adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.</li> </ul>	Total	<p>O grupo AdP e a Águas do Oeste apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</p> <p>A Águas do Oeste possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação.</p> <p>A Águas do Oeste aderiu ao Programa Novas Oportunidades enquadrado no seu plano de Valorização Profissional.</p> <p>A Águas do Oeste tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva desenvolvimentista e positivista.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.</li> </ul>	Total	<p>A Águas do Oeste respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.</li> </ul>	Total	<p>A Águas do Oeste divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da Empresa na internet.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Conduzir com integridade os negócios da Empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.</li> </ul>	Total	<p>O grupo AdP pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas.</p> <p>O Código de Conduta e Ética da Águas do Oeste expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado.</p> <p>Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas do Oeste o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros.</p> <p>A Águas do Oeste desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – 2010, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.</li> </ul>	Total	<p>O Código de Conduta e Ética da Águas do Oeste encontra-se disponível no sítio da Empresa na internet e no Portal do Colaborador.</p>

## Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As Empresas detidas pelo Estado devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da Empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em Empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo sector de atividade.</li> </ul>	Total	<p>Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas do Oeste estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no sector em que se insere.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das Empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa.</li> </ul>	Total	<p>O Modelo de Governo da Águas do Oeste em alinhamento com o definido para as Empresas participadas do grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A Assembleia Geral;</li> <li>O Conselho de Administração;</li> <li>O Conselho Fiscal;</li> <li>O ROC.</li> </ul> <p>Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.</p> <p>O Conselho Fiscal emite trimestralmente um relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da Empresa.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as Empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da Empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores.</li> </ul>	Total	<p>A auditoria anual às contas da Águas do Oeste é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal, a Direção Administrativa e Financeira, privilegiados a Administração, o Fiscal Único e a Direção Administrativa e Financeira.</p> <p>De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização</li> </ul>	Total	<p>Os membros dos Órgãos Sociais da Águas do Oeste são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.</p> <p>No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da Empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela Empresa.</li> </ul>	Total	<p>A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da Empresa Águas do Oeste.</p> <p>Neste contexto, a Águas do Oeste está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco – Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.</p>

## Remunerações e outros direitos

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As Empresas públicas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.</li> </ul>	Total	<p>A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Oeste, S.A. consta do Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na internet.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela Empresa.</li> </ul>	Total	<p>A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Oeste, S.A. consta do Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na internet.</p>

Prevenção de conflitos de interesse

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>Os membros dos órgãos sociais das Empresas públicas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.</li> </ul>	Total	<p>Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na Empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.</li> </ul>	Total	<p>Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas do Oeste, S.A. e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação. Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas Empresas onde exercem funções.</p>



## 16. Relatório dos Administradores não Executivos sobre o desempenho do Administrador Executivo da Águas do Oeste, S.A.

### Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º - A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, cumpre-nos, na qualidade de Administradores não Executivos, apresentar um relatório sobre o desempenho do Administrador Executivo referente ao exercício de 2011.

### Atividade

Nos termos da lei, e das competências que o novo estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhamos a gestão da Empresa e o desempenho do Administrador Executivo.

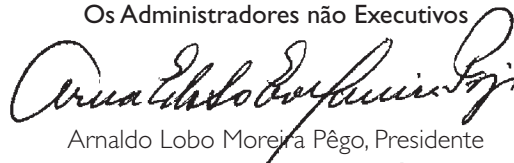
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere ao Administrador Executivo, livre e incondicionado.

### Parecer

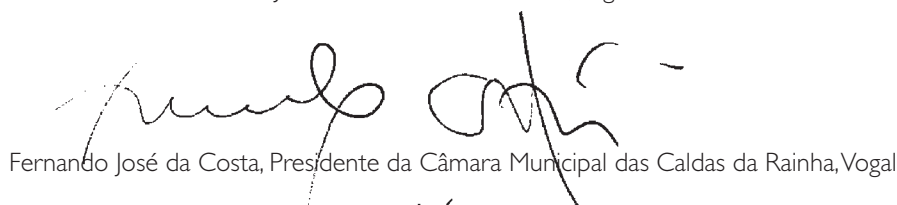
Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação do Administrador Executivo de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da Empresa.

Gaeiras, 20 de fevereiro de 2011

Os Administradores não Executivos

  
Arnaldo Lobo Moreira Pêgo, Presidente

  
José Manuel Leitão Sardinha, Vogal

  
Fernando José da Costa, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Vogal

  
Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Vogal



Com um investimento superior a 100 milhões de euros, a Águas do Oeste fornece água para consumo público, em qualidade e quantidade suficientes aos seus clientes, em 99 pontos de entrega e 21 reservatórios, operando aproximadamente 370 km de condutas de abastecimento de água nos 15 municípios abrangidos pela sua concessão, com cerca de 91% da água fornecida com origem na EPAL, tendo a restante origem em captações próprias, na sua maioria transferidas dos municípios.

Com uma taxa de qualidade da água, nos quatro últimos anos, superior a 99,94%, a Águas do Oeste monitoriza rigorosamente a água na origem e, após tratamento, sempre garantindo a qualidade do serviço prestado aos seus clientes e consequentemente à população em geral.

# B - Atividade da Empresa

## I. Introdução

A atividade da Águas do Oeste é já muito diversificada e extensa, tanto no que respeita ao investimento, como à exploração de sistemas de abastecimento de água e de sistemas de saneamento, com todas as consequências que essa complexidade envolve para todos os Serviços da Empresa, desde os de planeamento aos de monitorização e divulgação, passando pelo apoio administrativo e financeiro.

### **Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIQAS) e Gestão de Indicadores de Desempenho e de Sustentabilidade**

A Águas do Oeste encontra-se certificada nos referenciais que regulam a Gestão da Qualidade do serviço (ISO 9001), a Gestão Ambiental (ISO 14001), e no decurso de 2011 obteve ainda a certificação na Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001 e NP 4397).

Numa ótica global de gestão do SIQAS (assim se chama o Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde), destacou-se a verificação e registo dos diplomas legais relevantes e aplicáveis à realidade da Empresa, bem como a verificação da conformidade legal.

Produziram-se ainda e reviram-se diversos documentos do SIQAS, efetuaram-se auditorias internas e a fornecedores, auscultaram-se os clientes quanto ao seu grau de satisfação, acompanhou-se o tratamento dado às reclamações, às situações de não conformidade e às ações de melhoria, efetuaram-se reuniões gerais com os diversos serviços integrados na estrutura organizacional da Empresa, avaliaram-se os resultados dos indicadores/objetivos e acompanhou-se o desempenho do Sistema de Gestão numa ótica de qualidade, ambiente e de segurança.

Dando seguimento ao que já tinha sido realizado em 2010, também em 2011 se permutaram auditores com outras Empresas do grupo AdP. Esta troca de auditores refletiu-se numa ação eficaz para a Empresa uma vez que, sem quaisquer custos, criaram-se as condições necessárias para trocar experiências e conhecimentos, com colegas de outras Empresas que, para além de qualificados para a realização de auditorias, são também conhecedores da área de negócio em causa e, logo, dos requisitos que se impõem à atividade da AdO.

No que respeita ao processamento dos dados necessários para o acompanhamento, cálculo e reporte dos Indicadores de Desempenho da AdO, a reportar à ERSAR e à UNA-PD (AdP), todo o processo foi acompanhado numa lógica de indicadores referentes ao processo de monitorização do Planeamento Estratégico, incorporado no SIQAS e, portanto, acompanhados rotineiramente no âmbito do Sistema de Gestão.



Em 2011 foram ainda compilados os dados referentes aos Indicadores de Sustentabilidade, reportados à AdP e auditados pela *PriceWaterhouseCoopers*.

Foi ainda garantido o registo, no SIRAPA-Sistema Integrado da Agência Portuguesa do Ambiente, dos resíduos produzidos na atividade, tendo-se analisado detalhadamente a informação relatada.

## 2. Enquadramento Macroeconómico

### Global

A economia mundial sofreu, em 2011, da confluência de dois desenvolvimentos adversos, corporizados na lenta recuperação económica das economias mais avançadas e na elevada incerteza fiscal e financeira. Estes dois fatores são a justificação para que essas economias tenham crescido, neste ano, apenas cerca de 1,5%, enquanto a economia mundial cresceu aproximadamente 4% (em 2010, tinha crescido mais de 5%), novamente à custa das economias emergentes (China, Índia, Brasil, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.). 2011 é mais um ano da Grande Crise, que se iniciou em 2007 nos Estados Unidos da América, com a crise financeira do “subprime”, e que, em 2008-2009, se tornou numa crise económico-financeira quase global (de proporções nunca vistas desde 1929). No período 2010-2011 evoluiu para uma crise das dívidas soberanas, que atingiu de modo especial a Zona Euro, gerando a atual “crise sistémica”. As perspetivas para 2012 não são melhores: por um lado, a crise na Zona Euro parece não ter fim, uma vez que por um lado os compromissos políticos teimam em não sair do papel e a pacificar os mercados, e por outro, a instabilidade fiscal nos EUA, o seu débil mercado imobiliário e a deterioração das suas condições financeiras, não auguram um futuro próximo positivo.

### União Europeia

A economia da União Europeia registou novamente um crescimento insignificante (pouco mais de 1% em 2011), mantendo a tendência para a diminuição da procura interna e um enfraquecimento da confiança e agravamento das condições de financiamento em resultado do aumento da incerteza relacionada com a crise das dívidas soberanas e das revisões em baixa da procura externa. Este contexto de incerteza elevada, ampliado pela crescente crise de *deficits* excessivos das contas públicas de uma grande maioria dos países da Zona Euro, deu origem a riscos descendentes substanciais quanto às perspetivas económicas para a área do euro. Os riscos descendentes estão associados, em especial, a uma nova intensificação das tensões nos mercados financeiros da área do euro e ao seu potencial de repercussão na economia real. Estão também relacionados com a economia mundial, que poderá ser mais fraca do que o esperado, bem como com pressões protecionistas e a possibilidade de uma correção desordenada dos desequilíbrios mundiais. Os analistas referem a urgência na tomada de decisões estratégicas por parte dos líderes europeus, para acalmar os mercados e trazer maior segurança e a determinação necessárias para enfrentar estes tempos difíceis. O Banco Central Europeu tem atuado em duas frentes, mantendo as taxas de juro baixas (tendo inclusive baixado a taxa de juro de referência em novembro e em dezembro de 2011) no sentido de travar a tendência inflacionista da economia europeia, que deve rondar os 2% em 2011, e comprando dívida soberana dos países mais debilitados da Zona Euro.

### Portugal

Em Portugal, o ano de 2011 fica marcado pelo pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. Este pedido vem na sequência da ineficácia das medidas de consolidação orçamental e de contenção da despesa pública integradas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o período 2010-2013, aprovado em 2010 e com revisões posteriores. Neste contexto, é de referir a não aprovação na Assembleia da República, da quarta proposta de revisão (PEC VI) que veio a precipitar a demissão do Governo e a realização de eleições legislativas antecipadas. A evolução económica portuguesa em 2011 está, assim, fortemente limitada pelo processo de ajustamento macroeconómico no contexto do programa de assistência económica e financeira internacional, apontando todas as projeções para uma forte contração da economia portuguesa em 2011 e em 2012 e para uma provável estagnação em 2013. Esta retração traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada, uma redução significativa do investimento, em particular o público e um acesso cada mais difícil ao financiamento bancário, acompanhada por um importante crescimento das exportações.

Em 2011 o PIB português deverá cair 1,6%, o consumo público 3,2% e o privado 3,6%. A inflação deverá ser de 3,6%, influenciada pela subida do IVA (particularmente sobre o gás e a eletricidade) e de outros impostos específicos ao consumo. O *deficit* das contas públicas em 2011 deverá fechar nos 4% do PIB.

A taxa de desemprego em Portugal, de acordo com o Eurostat, situava-se em 13,2% (novembro de 2011), quase um ponto percentual acima do valor registado em 2010, sendo superior à média registada no conjunto dos 27 países da União Europeia, que se situava em 9,8%, mas ainda assim abaixo dos níveis registados em Espanha (22,9%), na Grécia (18,8%, em setembro de 2011) e na Irlanda (14,6%). Para Portugal e para o ano de 2012, as estimativas apontam para um aumento desta taxa.

Depois dos ganhos de mais de 30% em 2009, e de perdas de 10% em 2010, em 2011 o índice PSI 20 da bolsa portuguesa acentuou a queda, registando uma média de 20% de perdas. Em resultado, hoje as cotadas do principal índice português valem menos 12 mil milhões de euros em relação há um ano. O setor financeiro foi onde se registaram as maiores perdas (entre os 75% do BCP e os 53% do BES). Entre as não financeiras registaram-se perdas significativas, de 43% na Portugal Telecom e de 10%, na Sonaecom. A Jerónimo Martins foi a cotada que mais subiu (12%), embora longe do crescimento registado em 2010 (63%).

### 3. Enquadramento do Setor

#### Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

O setor dos serviços de águas vem registando nos últimos anos uma muito expressiva e importante evolução, salientada por diferentes entidades e evidenciada nos mais variados indicadores, dos quais merecem especial destaque os relativos à percentagem de água distribuída sujeita a controlo, à boa qualidade da água para consumo humano, ao aumento dos índices de cobertura de serviços com sistemas públicos e de tratamento de águas residuais urbanas, assim como à melhoria da capacidade de resposta aos períodos de menor pluviosidade, garantindo-se uma maior autonomia dos sistemas através de um aumento dos volumes estratégicos de reserva.

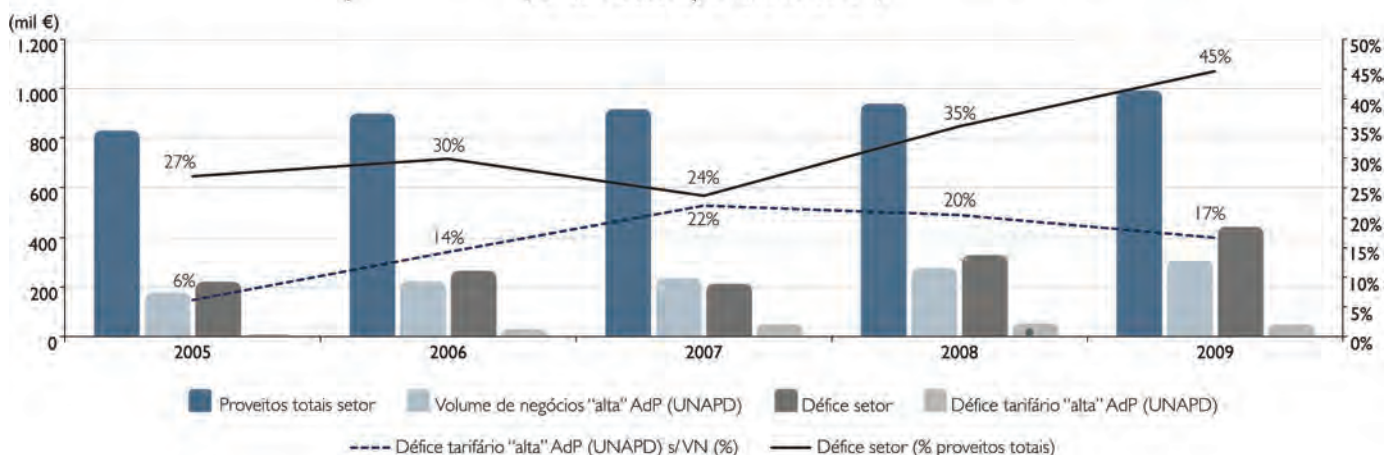
Sem embargo da evolução registada, o contágio da crise dos mercados financeiros para a dívida soberana dos Estados, com repercussões cada vez mais acentuadas e afetando com especial acuidade o país no decorrer de 2011, teve naturalmente consequências gravosas no setor de águas, em particular no capítulo relativo ao investimento.

Esta crise obrigou a repensar os planos de investimentos desenhados, inclusivamente aqueles que dispunham de apoio comunitário assegurado, uma vez que foi fortemente limitada a capacidade de subsidiação e de financiamento junto do setor financeiro.

Este facto contribuiu fortemente para o agravamento de um conjunto de dificuldades estruturais há muito diagnosticadas no setor; em particular as da sustentabilidade económica e financeira dos operadores, medido pelo acumular do défice tarifário, conforme ilustrado no gráfico<sup>1</sup>. Este agravamento contribuiu em grande medida para o acentuado crescimento que se vem verificando das dívidas dos utilizadores pelo serviço prestado.

#### Evolução do volume de negócios e défice nos serviços de águas do Continente

(Fonte: Relatórios INSAAR e AdP)



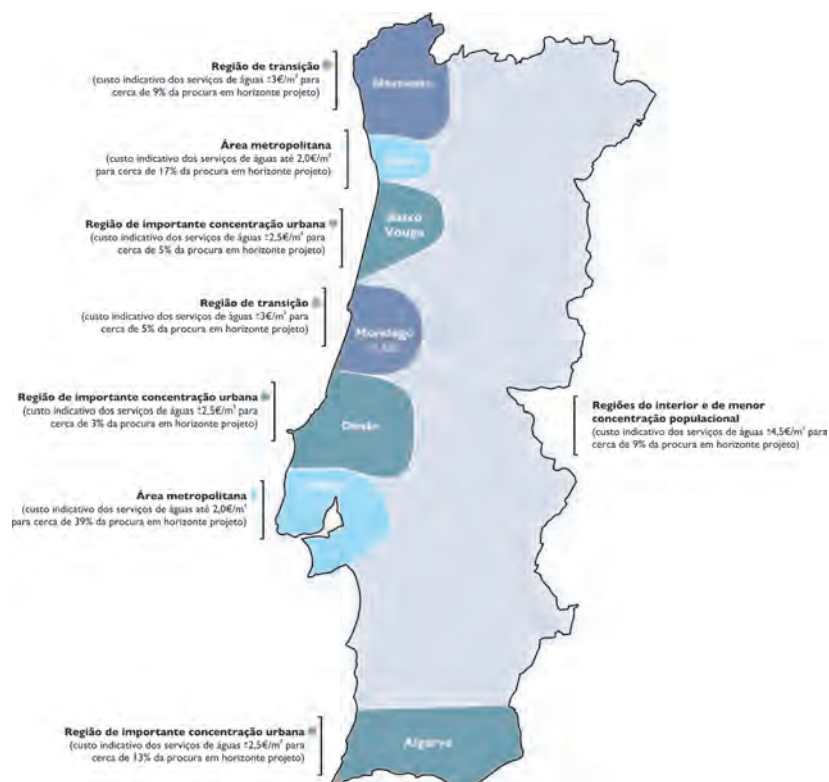
<sup>1</sup> A análise do presente gráfico deve atender que os valores apresentados não são totalmente comparáveis, particularmente na vertente do défice. Tal resulta das diferenças em termos de fiabilidade dos processos de apuramento e serviço associado, como das rubricas que concorrem para o cômputo dos gastos (custos), que no caso das entidades do grupo AdP integra ainda encargos de capital – alheio e próprio - e fiscais sobre resultados, assim como são objeto de um amplo escrutínio. O volume de negócios relativo às entidades gestoras de sistemas em "alta" do grupo AdP não inclui o fornecimento de água em "alta" pela EPAL.

Este contexto desfavorável veio assim tornar incontornável e ainda mais premente a necessidade de dar continuidade à consolidação do setor; cuja importância e imprescindibilidade já se encontrava espelhada no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II)<sup>2</sup>.

O reconhecimento dessa necessidade de consolidação e, em geral, de uma resposta mais abrangente e integrada, em escala e em âmbito, às exigências acrescidas do setor; pode medir-se pelo enorme esforço de infraestruturação realizado no nosso país nos últimos quinze anos, em particular pelo grupo AdP, com poucos paralelos a nível internacional.

A vantagem de uma maior integração, releve-se, foi de algum modo antecipada por um grupo muito alargado de municípios e pelo grupo AdP que, aquando do lançamento dos sistemas multimunicipais em várias regiões do país, celebraram protocolos para a integração dos respetivos sistemas municipais. Este espírito de colaboração entre municípios e AdP, posteriormente reforçado em várias ocasiões, a par do desenvolvimento de vários projetos e iniciativas relevantes no setor e de sinais de uma maior perceção por parte dos diversos intervenientes dos custos reais associados aos serviços, reforçam a nossa convicção quanto à existência de condições para se evoluir e ultrapassar os atuais e acentuados constrangimentos.

Papel importante tem sido igualmente desempenhado por diferentes entidades na realização de vários estudos, verificando-se uma assinalável convergência em aspetos importantes e contribuindo para fundamentar soluções para a consolidação do setor. Neste domínio também o grupo AdP procurou mais uma vez estar à altura das suas importantes responsabilidades, tendo os estudos por si promovidos concluído, no essencial, que:



- O gasto médio nacional com os serviços de águas junto do utilizador final, num cenário de otimização, pode situar-se num valor na ordem dos 2,7 €/m<sup>3</sup> de água faturada (preços de 2008) o que, em termos de acessibilidade económica das populações, significa que pode ser perseguido, numa perspetiva macro, o objetivo de implementação do princípio do utilizador-pagador; e assim a autonomização financeira do setor através das tarifas.
- As expressões dos desequilíbrios na ocupação do território, aliadas a outros fatores, materializam-se no apuramento de gastos até 2,0 €/m<sup>3</sup> no caso das áreas metropolitanas e de cerca de 4,5 €/m<sup>3</sup> no caso de regiões do interior; já em cenários de otimização e com a adesão dos municípios de maior dimensão. Estes valores sugerem que a perseguição do objetivo de aplicação do princípio do utilizador-pagador seja mais viável quando aplicado ao todo o nacional, e não individualmente em cada uma das regiões, o que torna inevitável a implementação de um mecanismo de compensação.

<sup>2</sup> Com Despacho de Aprovação publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de fevereiro de 2007.

Outros estudos conhecidos apontam para que:

- (i) A escala mínima eficiente das entidades gestoras de sistemas municipais encontra-se avaliada para Portugal, entre os 90.000 e os 140.000 habitantes residentes;
- (ii) A captação de ganhos em sistemas dispersos, como os que servem as regiões de menor densidade populacional, passa pela verticalização e pela integração territorial, isto é, combinar uma atuação integrada “alta” e “baixa” com uma agregação territorial superior; e englobando todo o ciclo urbano da água. Já no caso dos sistemas mais concentrados, como os que servem as grandes áreas metropolitanas, a atuação não verticalizada permite captar o essencial dos ganhos de eficiência e eficácia, porquanto a otimização se concentra em torno da infraestrutura e não em termos territoriais ou da gestão verticalizada.

No que respeita à aposta no melhor desempenho em termos de eficiência e de eficácia, objeto de grande e continuado esforço nos sistemas “em alta” e também em múltiplos sistemas municipais, a existência de um maior conhecimento e convergência técnica quanto ao sentido de atuação, a par de soluções merecedoras de um consenso alargado, permite equacionar um alargamento desse esforço a um universo crescente de sistemas, bem como uma melhoria na articulação “alta” – “baixa”.

Assim, parece consensual que, para além do necessário ajustamento tarifário, os grandes princípios que presidiram à estruturação dos sistemas multimunicipais em 1993 se mantêm válidos, nomeadamente no que respeita à aposta em entidades gestoras com uma escala adequada, dotadas de uma gestão empresarial e beneficiando de meios técnicos especializados e competentes.

Neste domínio o ano de 2011 registou importantes progressos que importa dinamizar, dos quais relevamos:

- As iniciativas de promoção de entidades gestoras de sistemas municipais com uma escala relevante, quer por parte da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, quer as promovidas pelos municípios com o grupo AdP nas regiões do Noroeste, Mondego e Lis, Oeste e Algarve, que reforçam iniciativas anteriores mais recentes no mesmo sentido como a Águas do Ribatejo, Águas da Região de Aveiro e Águas Públicas do Alentejo, assim como a Águas do Noroeste, resultante da fusão de três anteriores entidades gestoras de sistemas multimunicipais.
- A importante tomada de posição no seio da Associação Nacional de Municípios Portugueses em torno da implementação de um mecanismo de compensação e solidariedade no setor.
- As iniciativas da ERSAR ao nível dos tarifários dos serviços de águas.

## Aspetos específicos

Durante o ano 2011, o grupo Águas de Portugal prosseguiu o plano de investimentos relativo à infraestruturação do setor, tomando por referência a estratégia e os objetivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, designadamente no PEAASAR II. Esta tarefa revela-se necessária para a obtenção dos níveis de atendimento e os padrões de qualidade exigidos pela legislação nacional e comunitária aplicada.

Ferramenta essencial para a operacionalização desta estratégia é o Eixo referente à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), que dispõe de recursos financeiros limitados mas essenciais para a concretização dos objetivos traçados para o setor.

O Fundo de Coesão disponível no Eixo do POVT relativo ao Abastecimento de Água e Saneamento tem-se revelado indispensável para apoio aos investimentos em curso respeitantes aos sistemas multimunicipais, intermunicipais e municipais, e que foram inicialmente avaliados em mais de 3.800 milhões de euros, no período 2008-2015. O facto da adesão dos promotores – em termos de candidaturas apresentadas – ter superado largamente a oferta financeira disponível comprova a importância da participação comunitária para a infraestruturação do setor e para a sua sustentabilidade.

Para além da execução das candidaturas aprovadas a título do 1º Aviso ao POVT/Eixo II, há a considerar mais 20 candidaturas promovidas por Empresas do grupo AdP e aprovadas pelo POVT durante 2011, totalizando agora um investimento de cerca de 635,4 milhões de euros dos quais é expectável receber uma participação comunitária a fundo perdido (Fundo de Coesão) de cerca de 410,6 milhões de euros.

Várias candidaturas submetidas pelo Grupo a participação comunitária no âmbito do POVT foram suspensas em virtude de não se efetivarem as parcerias Estado-Municípios que lhes davam sustentação. De referir ainda que face às condicionalidades que se colocam à execução dos investimentos, afiguram-se necessárias reprogramações de grande parte das candidaturas por forma a adaptar a programação à nova realidade e a uma diminuição das necessidades de participação nacional perante as dificuldades na obtenção de outros financiamentos.

No que respeita ao forte constrangimento, já apontado acima, na realização dos investimentos por parte das Empresas do grupo AdP no ano 2011, há que referir a conjugação de diferentes efeitos:

a) O Despacho n.º 155/2011, de 28 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças, emanado no âmbito do largo espectro de medidas de emergência adotadas para fazer face à crise económica e financeira, veio clarificar o conteúdo de orientações anteriores, ao atribuir um primado exclusivo ao cumprimento dos limites de endividamento do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013 a partir de 2011, deixando de introduzir qualquer *nuance* a propósito dos investimentos com financiamento comunitário.

Para dar cumprimento a esta determinação houve que realizar um significativo aprofundamento do trabalho realizado no ano de 2010, promovendo a elaboração de novos planos de investimento em todas as Empresas do Grupo para que os citados limites de endividamento fossem cumpridos em termos consolidados. Esses planos traduzem o adiamento de um conjunto muito significativo de investimentos para data subsequente ao período de vigência do PEC.

b) O mesmo despacho estabeleceu a obrigatoriedade de que todos os investimentos a iniciar no período do PEC, de valor superior a 5% do capital social, fossem submetidos à aprovação dos Acionistas em assembleia geral. Por este motivo, entre outros, foram realizadas assembleias gerais extraordinárias em todas as Empresas do Grupo, na segunda quinzena do mês de julho, nas quais foram aprovadas as listas de investimentos respetivas.

Foi também estabelecido que estas mesmas listas de investimentos careciam igualmente de aprovação simultânea dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pelo Ambiente. No final de 2011 não existia ainda nenhum investimento aprovado, o que significou um importante protelamento a adicionar àquele que os novos planos de investimento tinham já implicado.

c) Para além dos adiamentos referidos, resultantes do enquadramento institucional e legal, também o contexto no que toca à restrição no acesso ao crédito bancário, que é do conhecimento geral, se revelou determinante como fator limitativo ao normal desenvolvimento dos trabalhos. A este enquadramento há ainda que acrescentar as acrescidas dificuldades de tesouraria resultantes do aumento de prazo médio de pagamento por parte dos clientes das Empresas, tornando especialmente complexo o financiamento do investimento.

Merece também especial referência, ainda no âmbito do Despacho do Ministro de Estado e das Finanças n.º 155/2011, de 28 de abril, o estabelecimento, no seu ponto 4, da obrigatoriedade de todas as Empresas do Setor Empresarial do Estado fixarem a despesa máxima anual de gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos em 85% do valor registado em 2009. Esta limitação condicionou, durante 2011, toda a atividade das Empresas, obrigando a um esforço extremo de contenção de custos, sem pôr em causa a continuidade e qualidade do serviço prestado.

Há que enfatizar a dificuldade que se verificou em pôr em prática esta medida pois, apesar de em 2011 estar em vigor a redução de cerca de 5% da massa salarial prevista no PEC e generalizada à Administração Pública e ao Setor Empresarial do Estado, houve que assegurar uma grande margem de redução para além disso em Empresas dimensionadas com moderação e onde a contenção de custos foi sempre um objetivo fundamental.

Assim, para conseguir cumprir esta diretriz, em 2011 houve que adiar algumas intervenções, tornando difícil assegurar o respetivo cumprimento nos anos seguintes sem condicionar a qualidade do serviço.

Deve ainda ser destacado o envolvimento da AdP na implementação da Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI), dando cumprimento às orientações da tutela, com a prossecução dos trabalhos relativos ao desenvolvimento e implementação das soluções previstas, em particular, nas regiões de Leiria, Oeste e Península de Setúbal. A premência na resolução dos problemas ambientais provocados pelos efluentes agropecuários e agroindustriais ganhou uma importância acrescida dado que, com a entrada em funcionamento das instalações de tratamento de esgotos urbanos, estas atividades tornaram-se no principal foco de poluição das regiões onde se inserem.

Atendendo à difícil conjuntura económica que o país e o setor atravessaram, foi necessário reavaliar o modelo de envolvimento da AdP nestes projetos no sentido de encontrar soluções que possibilitem atenuar os riscos de investimento e garantir os financiamentos bancários necessários à implementação das diversas soluções. Neste sentido, procedeu-se à reconfiguração das intervenções regionais que se traduziu no envolvimento de entidades privadas nestes projetos. Para concretizar este envolvimento definiu-se o quadro de atuação de cada entidade e obtiveram-se as autorizações necessárias que permitissem retomar o normal andamento dos projetos.

Contudo, perante o agravamento das condições de financiamento destes projetos e de novas condicionantes impostas ao setor público, foi necessário reavaliar as políticas públicas e o modelo de atuação para esta temática, suspendendo-se temporariamente algumas intervenções previstas.



## 4. Regulação

A Águas do Oeste, S.A. exerce atividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Estas atividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental.

A atividade da Águas do Oeste, S.A. é regulada e desenvolvida em regime de concessão, desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Durante o ano de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, os poderes e âmbito de atuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em “baixa”). O novo estatuto da ERSAR cria as condições para reduzir as distorções de mercado existentes decorrentes do facto de serem praticados tarifários ao utilizador final que não estão otimizados, uma vez que estes tarifários passarão a poder ser escrutinados pelo Regulador.

Neste âmbito, a ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária), que veio a ser complementada em 2010 com uma proposta de Recomendação que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de custos e construção dos tarifários.

Espera-se que estas duas recomendações venham a permitir criar tarifários mais eficientes e que potenciem uma maior e mais adequada forma de recuperação dos encargos associados à provisão dos serviços “em baixa”, contribuindo para a maior sustentabilidade do setor; para a eliminação das significativas distorções nos tarifários de “baixa” que ainda se verificam, como, por exemplo, a inexistência de tarifários de “baixa” para serviços de saneamento e resíduos em muitos municípios já servidos por sistemas em “alta” com elevado desempenho.

### Regulação Económica

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se em 30 de setembro com a apresentação ao Concedente e ao Regulador das propostas de orçamento e projeto tarifário para o(s) ano(s) seguinte(s). Com a publicação do Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, o prazo de avaliação das propostas uniformizou-se em 60 dias para todos os sistemas multimunicipais.

As propostas de orçamento e tarifa para 2011 foram apresentadas em conformidade com o disposto na Portaria n.º 1275/2003, de 7 de novembro. Em 19 de setembro de 2011, foi publicada a portaria 269/2011 que substituirá a Portaria n.º 1275/2003, de 7 de novembro, quando for remetida ao Concedente a proposta de orçamento e tarifa para 2013.

O ciclo orçamental de 2011, iniciado em setembro de 2010, estendeu-se até 24 de fevereiro (mês de aprovação da tarifa pelo Concedente) de 2011, o que representou um atraso de 55 dias.

Em setembro de 2011 iniciou-se o ciclo orçamental para 2012, não tendo a proposta de orçamento e projeto tarifário sido aprovada até 31 de dezembro de 2011. Nesta data já foi emitido o projeto de parecer por parte do Regulador (13 de janeiro de 2012) e exercido o contraditório por parte da AdO (27 de janeiro de 2012), não tendo sido recebido o despacho do Concedente e o parecer final do Regulador.

De acordo com o modelo regulatório vigente (custo de serviço) e nos termos dos contratos de concessão podem gerar-se diferenças entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da Sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios de recuperação de custos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os proveitos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária, quando os proveitos gerados são superiores aos necessários.

Durante o ano de 2010 o Regulador apresentou uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos défices e *superavit* tarifários ou de recuperação de custos relativos a cada sistema multimunicipal, uma vez que esta não se encontra perfeitamente explícita nos contratos de concessão e legislação aplicável, proposta que o grupo AdP considera fundamental para a sustentabilidade e manutenção do financiamento do setor. No entanto, esta proposta ainda se mantém em discussão e ainda não foi aprovada e posta em execução.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento das exigências que decorrem da Diretiva-Quadro da Água, da Diretiva 2006/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2006, relativa aos resíduos, da Lei da Água, do Regime Geral da Gestão de Resíduos, da Lei das Finanças Locais, dos Regimes Jurídicos da Concessão da Gestão e Exploração dos Sistemas Multimunicipais de Águas e dos Resíduos Urbanos, que aprovaram as bases dos respetivos contratos, e dos contratos de concessão em vigor; bem como o novo e decisivo ciclo de infraestruturização do setor já iniciado, plasmado no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 não permite mais adiamentos do expresse reconhecimento da política que é prosseguida e da definição do montante dos desvios tarifários ou de recuperação de custos das Empresas, bem como das regras de ressarcimento que urge clarificar.

Nessa proposta foram também retomados os procedimentos para proceder à distribuição dos ganhos de produtividade contratuais. Os montantes que se encontram capitalizados no Capital Próprio das entidades gestoras serão repartidos, entre os Acionistas e utilizadores (através das tarifas futuras), de acordo com regras que se espera que venham a ser clarificadas durante 2011.

Em 2010, com base na experiência acumulada desde 2004, a ERSAR reformulou os indicadores que utiliza para proceder à avaliação da qualidade de serviço prestado.

## Qualidade da Água para Consumo Humano e Regulação da Qualidade de Serviço

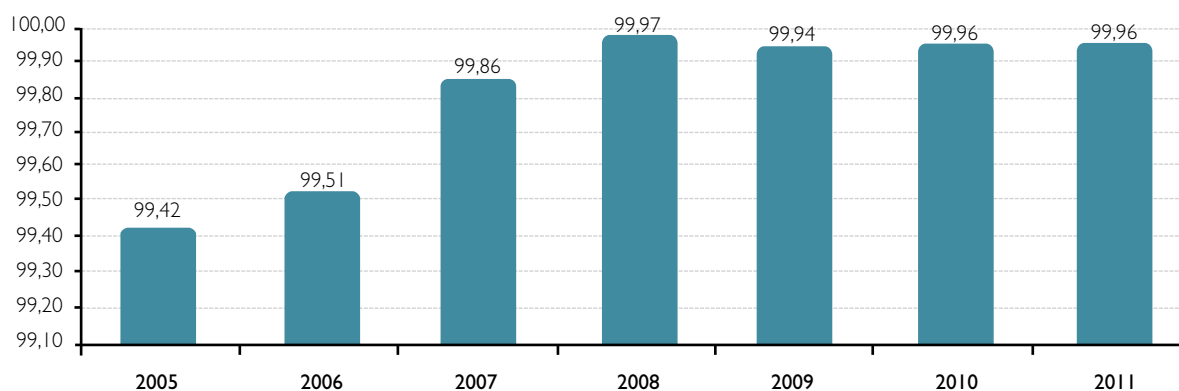
Para além da regulação económica, a atuação da ERSAR abrange ainda a monitorização da qualidade de serviço, através de um conjunto de indicadores, e a qualidade da água para consumo humano, uma vez que é a autoridade nacional competente nesta matéria.

Nesta matéria importa registar o nível atingido em Portugal na qualidade da água para consumo humano, e para o qual o contributo da Águas do Oeste, S.A. e das Empresas do grupo Águas de Portugal tem sido absolutamente decisivo.

Na Águas do Oeste o padrão natural da qualidade da água fornecida insere-se numa gama excelente, com taxas rigorosamente calculadas e que têm vindo a refletir uma absoluta segurança na qualidade do produto fornecido.

A Águas do Oeste iniciou a sua atividade de abastecimento de água no último trimestre de 2004 e, logo em 2005, registava-se uma taxa de qualidade da água de 99,42%. Tendo gradualmente vindo a melhorar o seu desempenho, já muito positivo, chegando a atingir os 99,97% em 2008, manteve a tendência e estabilizou em 2010 e em 2011 com uma taxa de 99,96% de cumprimento dos parâmetros de qualidade da água. O gráfico seguinte demonstra esta evolução, consequência de um trabalho profícuo de controlo do produto fornecido a todos os clientes da Águas do Oeste.

**Evolução da Taxa de Qualidade da Água (%)**  
(2005-2011)



## 5. Análise Económica e Financeira

### Necessidade de sustentação da Empresa

O volume de Investimento realizado em 2011 e a pendência do recebimento de subsídios do Fundo de Coesão e dos Clientes levou a Empresa a recorrer a capital alheio.

Em termos financeiros, a Empresa dispunha, no final de 2011, os seguintes créditos negociados:

- i) Linhas de crédito no valor de €19.000.000,00, sem afetação específica;
- ii) Utilização da primeira tranche do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor €40.000.000,00;
- iii) Utilização da segunda tranche do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor €25.000.000,00;
- iv) Utilização da terceira tranche do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor €10.000.000,00;
- v) Utilização da quarta tranche do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor €10.000.000,00;
- vi) Utilização do empréstimo a médio e longo prazo - BEI II no valor €12.000.000,00;
- vii) Utilização da quinta tranche do empréstimo de médio e longo prazo BEI III no valor de €20.000.000,00

### Indicadores Económicos

A Empresa concluiu o exercício de 2011 com um resultado líquido positivo de €395.800,67.

Nos proveitos, a situação é apresentada no quadro seguinte:

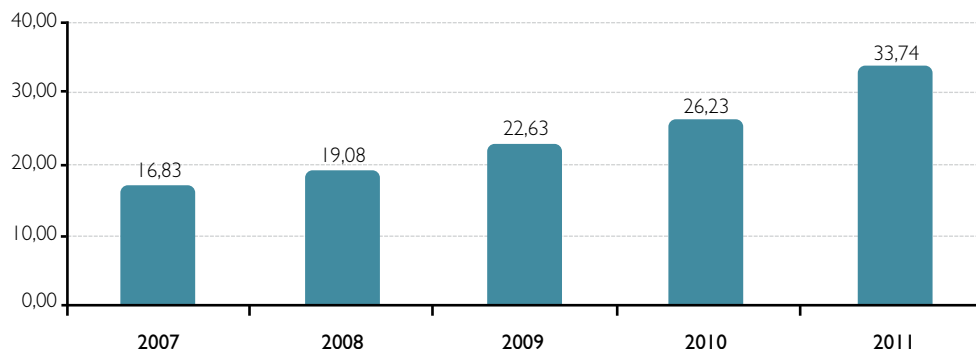
Unidade: euros

	2009	2010	2011
Vendas	13.980.356,60	16.678.909,00	23.318.972,02
Prestações de Serviços	8.654.464,41	9.547.840,95	10.415.686,46
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	-161.273,34	339.575,23	482.178,97
Rendimentos Financeiros	946.429,05	993.308,07	1.800.074,69
Subsídios ao Investimento	3.340.917,04	3.805.777,66	4.699.533,54
<b>Total de Proveitos</b>	<b>26.760.893,76</b>	<b>31.365.410,91</b>	<b>40.716.445,68</b>

### Vendas e Prestações de Serviços

Houve um aumento nos proveitos de cerca de 28,7% face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento do volume de negócios. O volume de negócios aumentou cerca de 28,6% face ao ano anterior.

**Volume de Negócios (2007 - 2011)**  
(milhões de euros)



A Águas do Oeste encontra-se a fornecer água para consumo público aos 15 municípios previstos no contrato de concessão, desde janeiro de 2011. Destes, apenas Óbidos, Rio Maior e Alcobaça não se encontram com todos os PE's previstos em funcionamento. Relativamente a Óbidos e Rio Maior, apesar de a Águas do Oeste ter a exclusividade do fornecimento de água "em alta", estes municípios ainda se encontram a explorar captações municipais próprias.

Até final de dezembro, a AdO faturou cerca de 27 milhões de m<sup>3</sup> de água, dos quais, cerca de 23,9 milhões de m<sup>3</sup> tiveram origem na EPAL e 3,1 milhões de m<sup>3</sup> em captações próprias. Isto significa que 88,42% da água faturada e efetivamente fornecida pela AdO teve origem na EPAL e 11,58% em captações próprias.

Em termos de vendas, face ao ano anterior, verifica-se uma variação positiva de faturação de €6.640.063,02, pois procedeu-se à faturação do diferencial entre os valores mínimos garantidos previstos no Contrato de Concessão e os valores faturados em 2010, no valor de €2.728.384,72, bem como para 2011, foi reconhecido o diferencial como rendimento diferido, no valor de €3.898.539,85.

Em termos de caudal, a Empresa ficou aquém do orçamentado em 2.097.269,81 m<sup>3</sup>, pelas razões já expostas.

Os maiores desvios negativos ocorreram nos municípios de Alcobaça, com um desvio negativo de 2.354.371 m<sup>3</sup>, Caldas da Rainha, cujo desvio é de 199.678 m<sup>3</sup>, Óbidos, com um desvio de 189.541,79 m<sup>3</sup> e Lourinhã com menos 183.071 m<sup>3</sup>.

Na atividade de saneamento, apesar de não estarem a ser exploradas todas as infraestruturas previstas, a Águas do Oeste encontra-se a servir os 14 municípios previstos no Contrato de Concessão. A Empresa encontra-se a explorar 70 ETAR e 126 Estações Elevatórias, para além de cerca de 448 km de emissários.

Relativamente à prestação de serviços de saneamento, a variação face ao ano anterior é positiva em €831.866,14, representando um acréscimo de caudal de 496.923,52 m<sup>3</sup>, e face ao planeado no OPT 2011, o desvio é positivo, em cerca de 6%, representando uma maior faturação de €556.118,54 e um maior caudal de 916.768,07 m<sup>3</sup>.

O aumento face ao orçamento do caudal faturado é explicado, fundamentalmente, pela imprevisibilidade associada aos volumes afluentes ao Sistema Multimunicipal decorrente da pluviosidade ocorrida, conjugado com o facto de a alguns municípios serem faturados os caudais reais.

## Outros Rendimentos e ganhos operacionais

A rubrica Outros rendimentos e ganhos operacionais, reflete o reconhecimento de proveitos com indemnizações de seguro de multiriscos. Para além dos valores que recebeu, a Empresa reconheceu como proveito os valores que virá a receber, referente a indemnizações decorrentes de vários furtos ocorridos durante 2011 em algumas ETAR da AdO.

## Rendimentos Financeiros

O aumento dos Rendimentos Financeiros deve-se, por um lado, a maiores proveitos com juros de mora faturados aos municípios e por outro lado, verificou-se uma subida dos juros relativos a investimentos financeiros, explicado pela alteração do tipo de produto em que o fundo de reconstituição de capital social está aplicado, que oferece uma taxa de juro superior à praticada no passado.

## Subsídios ao Investimento

Os Subsídios ao Investimento refletem o reconhecimento dos subsídios do Fundo de Coesão pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, são considerados os investimentos realizados e a quota-parte anual do investimento a realizar no futuro.

A Empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios. O aumento verificado é explicado por um maior volume de atividade, originando uma taxa de depleção superior; tal como sucedeu para as amortizações.

Nos custos, a situação é apresentada no quadro seguinte:

Unidade: euros

	2009	2010	2011
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(7.407.906,31)	(7.656.864,51)	(11.216.857,14)
Fornecimentos e serviços externos	(8.297.027,42)	(9.150.705,55)	(9.318.065,34)
Gastos com o pessoal	(3.056.655,00)	(3.045.710,30)	(2.776.651,67)
Outros gastos operacionais	(419.615,73)	(410.825,62)	(338.368,51)
Amortizações do exercício	(8.121.658,24)	(9.427.862,82)	(11.864.710,53)
Gastos e perdas financeiras	(2.844.011,85)	(3.569.606,25)	(5.088.193,58)
<b>Total de Custos</b>	<b>(30.146.874,55)</b>	<b>(33.261.575,05)</b>	<b>(40.602.846,77)</b>

## Custo das Mercadorias Vendidas

Em relação ao Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, a variação face ao ano anterior é explicada não tanto pelo acréscimo da atividade, mas pelo facto de a EPAL ter procedido à faturação do diferencial entre os volumes mínimos previstos no contrato entre a AdO e a EPAL e os volumes efetivamente fornecidos, relativamente a 2010, e de se ter reconhecido nas contas o diferencial entre os volumes mínimos previstos no contrato e o valor efetivamente fornecido respeitante a 2011, bem como o valor suplementar a pagar à EPAL, tal como previsto no aditamento ao contrato assinado pelas partes, em janeiro de 2011, para fazer face ao menor consumo verificado desde o início do contrato.

## Fornecimentos e Serviços Externos

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, a variação pode ser analisada no quadro seguinte:

Unidade: euros

	2011	2010	Varição
Subcontratos	657.995,03	882.741,17	(224.746,14)
Trab Esp-Assistência Técnica	81.185,50	155.683,29	(74.497,79)
Trab Esp-Auditoria/Consultoria	27.570,65	26.013,89	1.556,76
Trab Esp-Estudos	44.568,80	78.053,75	(33.484,95)
Trab Esp-Análises	137.562,37	141.248,06	(3.685,69)
Trab Esp- Tratamento de Resíduos	762.033,31	572.188,68	189.844,63
Trab Esp-Monitorização	25.447,63	170.585,27	(145.137,64)
Trab Esp-Tratamento de Efluentes	180.759,19	227.579,17	(46.819,98)
Trab Esp- Fee´s de Gestão	504.200,29	393.401,25	110.799,04
Publicidade e Propaganda	8.656,42	52.220,53	(43.564,11)
Vigilância e Segurança	27.120,45	94.031,96	(66.911,51)
Honorários	23.133,06	35.066,88	(11.933,82)
Cons e Rep - Edifícios e outras construções	327.697,98	367.305,71	(39.607,73)
Cons e Rep - Equipam básico	1.647.223,09	847.543,63	799.679,46
Cons e Rep - Equipam transporte	16.286,40	21.390,74	(5.104,34)
Cons e Rep - Ferramentas e utensílios	1.514,35	1.533,32	(18,97)
Cons e Rep - Equip. administrativo	1.433,80	2.948,93	(1.515,13)
Cons e Rep - Outras	1.744,59	3.928,25	(2.183,66)
Trab Esp-Outros	68.753,35	216.418,90	(147.665,55)
Ferramentas e Utensílios de Desg. Rápido	26.967,45	21.010,94	5.956,51
Livros e Documentação Técnica	2.743,27	2.051,30	691,97
Material de Escritório	13.313,30	23.783,42	(10.470,12)
Artigos para Oferta	1.606,89	1.635,63	(28,74)
Eletricidade	3.196.231,68	2.794.400,57	401.831,11
Combustíveis	285.384,02	391.509,05	(106.125,03)

	2011	2010	Varição
Água	189.828,00	214.699,27	(24.871,27)
Outros Flúidos	3.203,92	2.695,88	508,04
Deslocações e Estadas	24.926,48	40.890,53	(15.964,05)
Rendas e Alugueres	351.514,12	409.882,65	(58.368,53)
Comunicação	119.629,53	141.692,38	(22.062,85)
Seguro Viaturas	42.714,87	42.450,95	263,92
Seguro Acidentes Pessoais	0,00	736,98	(736,98)
Seguros Responsabilidade Civil	18.646,28	18.263,61	382,67
Seguros Doença/Saúde	0,00	87.331,04	(87.331,04)
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Varição</b>
Seguro Vida	0,00	2.468,32	(2.468,32)
Seguro Multirrisco	300.062,67	407.857,14	(107.794,47)
Contencioso e Notariado	2.717,15	11.526,46	(8.809,31)
Despesas de Representação	2.869,82	4.983,40	(2.113,58)
Limpeza Higiene e Conforto	72.576,92	73.475,52	(898,60)
Reprodução Documentos	6.010,24	7.943,22	(1.932,98)
Material Laboratório	28.134,85	44.758,44	(16.623,59)
Material de Fotografia	0,00	58,33	(58,33)
Jornais e Revistas	470,80	758,15	(287,35)
Jardinagem	55.114,79	71.083,60	(15.968,81)
Outros	205.898,70	232.762,39	(26.863,69)
Correções de Exercícios anteriores	40.807,72	90.420,96	(49.613,24)
TPPE - Ativos em curso	(218.194,29)	(280.307,96)	62.113,67
<b>Total</b>	<b>9.318.065,44</b>	<b>9.150.705,55</b>	<b>167.359,89</b>

As rubricas que apresentam variações mais relevantes são as seguintes:

#### - Subcontratos

Os custos desta rubrica correspondem aos custos com a exploração em regime de *outsourcing* das ETAR de Azambujeira e Atougua da Baleia, sendo a diminuição de custos face ao ano anterior devido, essencialmente, ao facto da ETAR de Rio Maior já não se encontrar em regime de *outsourcing*.

#### - Trabalhos Especializados – Tratamento de Resíduos

O aumento verificado nesta rubrica, deve-se, maioritariamente, ao acréscimo da atividade da Empresa na atividade de saneamento.

#### - Trabalhos Especializados – Monitorização

Relativamente à monitorização, a Empresa procedeu à alteração de metodologias, implementadas em 2011, que permitiram a redução do número de análises realizadas face ao ano anterior.

#### - Trabalhos Especializados – Fee's de Gestão

Verifica-se um aumento, uma vez que o volume de negócios, valor sobre o qual é calculado o valor do *fee* de gestão, foi também bastante superior ao do ano anterior, tendo em conta que foi faturado, no que respeita à atividade de abastecimento, o diferencial entre os valores mínimos garantidos previstos no Contrato de Concessão e os valores faturados em 2010, assim como foi reconhecido em acréscimo de proveitos o correspondente a 2011, tal como já referido.

#### - Conservação e Reparação de Equipamento Básico

Trata-se também de uma rubrica cujo resultado depende, em grande medida, da ocorrência de situações não previstas e que afetam as infraestruturas. Face ao ano anterior verifica-se um significativo aumento dos custos, essencialmente associado à atividade de Saneamento. O aumento verificado na atividade de saneamento está relacionado, na maior parte, com custos referentes a sinistros, fundamentalmente roubos e danos, ocorridos nas ETAR da Empresa, os quais se encontram parcialmente anulados pelas indemnizações recebidas ou a receber, contabilizadas como proveitos operacionais.

### - Trabalhos Especializados – Outros

Nesta rúbrica, a variação positiva é explicada por gastos ocorridos no ano anterior referentes à intervenção de emergência na Foz do Arelho derivada do mau tempo, e a custos com a implementação do Sistema Máximo.

### - Eletricidade

Em eletricidade verifica-se uma variação negativa, tendo o acréscimo de custos ocorrido essencialmente na atividade de abastecimento, pelo início de entrada em exploração de novas infraestruturas e pela execução de ligações de energia por parte da EDP, a instalações que eram servidas por geradores.

Nesta rúbrica importa ainda referir que o aumento dos gastos com energia além de ser justificado pelo acréscimo de atividade da Empresa, deve-se também ao aumento do preço face ao ano anterior.

### - Combustíveis

Nos combustíveis, a diminuição dos gastos face ao ano anterior, está relacionada com execução de ligações de energia por parte da EDP e a subsequente diminuição do consumo de gasóleo para geradores.

Importa registar que se verificou uma diminuição significativa do consumo de combustível das viaturas, mas que foi contrariada pelo aumento bastante significativo do preço dos combustíveis.

### - Seguro Multirisco

A diminuição verificada é explicada pelo acerto de prémio faturado em 2010, respeitante a 2009.

## Gastos com o Pessoal

Nos Gastos com o Pessoal é de salientar a diminuição dos custos com remunerações dos Órgãos Sociais, essencialmente pelo facto de se ter procedido em conformidade com as medidas de contenção de despesas nomeadamente com a redução das remunerações totais líquidas mensais e por não estarem a ser pagas as remunerações aos autarcas que são membros do Conselho de Administração.

Relativamente ao Pessoal, apresentam-se menores gastos com remunerações não só pelo facto de a Empresa ter procedido em conformidade com as medidas de contenção de despesa, através da redução das remunerações líquidas mensais superiores a €1.500, com também por de não se ter procedido às admissões de pessoal previstas.

A AdO não procedeu às admissões de pessoal, previstas no OPT2011, no total de 7 colaboradores; o acréscimo de 2 colaboradores na data de 31/12, em 2011 face a 2010, corresponde a substituições referentes a saídas no final de 2010, cujo processo de recrutamento se estendeu a 2011.

A Empresa procedeu ainda de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2012, tendo corrigido em conformidade a provisão de subsídio de férias, e respetivos encargos, a pagar em 2012.

Face ao ano anterior é de referir a variação negativa em Outras Despesas com o Pessoal, sendo a variação justificada pelo facto de se ter alterado a política contabilística de contabilização do seguro de saúde e de vida, passando agora a ser registado nesta rúbrica, contrariamente ao ano passado, onde estava contabilizado como um FSE.

Em termos de atividade comparável a Empresa obteve uma redução de gastos com o pessoal, de 2011 face a 2010 de 8,83%, e face a 2009 de 15,28%.

Depois da análise dos custos e dos proveitos, os resultados decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Unidade: euros

	2009	2010	2011
Resultados Operacionais	-1.488.397,99	680.134,04	<b>3.401.717,80</b>
Resultados Financeiros	-1.897.582,80	-2.576.298,18	<b>-3.288.118,89</b>
Resultados antes de Impostos	-3.385.980,79	-1.896.164,14	<b>113.598,91</b>
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	-16.696,22	-15.454,04	<b>-13.235,39</b>
Impostos Diferidos	-6.387,18	1.130.994,24	<b>295.437,15</b>
Resultado Líquido do Exercício	-3.409.064,19	-780.623,94	<b>395.800,67</b>

No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores económicos, para uma análise mais completa:

Rácios	2009	2010	2011
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-14,97%	-3,37%	1,68%
Rentabilidade Económica	-1,14%	-0,25%	0,13%
Rentabilidade das Vendas	-15,06%	-2,98%	1,17%

## Indicadores Financeiros

O quadro seguinte representa as principais rúbricas que compõem o ativo da Empresa:

Unidade: euros

	2009	2010	2011
<b>Ativos Não Correntes</b>			
Ativos intangíveis	240.938.330,61	248.962.014,45	233.777.150,99
Investimentos financeiros	4.361.614,23	5.327.455,71	6.502.943,34
Impostos Diferidos Ativos	5.607.371,90	6.219.303,50	4.309.139,54
Cientes e outros Ativos não correntes			2.043.214,01
<b>Ativos Correntes</b>			
Inventários	45.243,65	58.422,59	49.320,29
Cientes	16.497.942,22	22.976.608,09	33.383.231,27
Estado e outros entes públicos	280.298,20	124.492,31	298.429,46
Imposto sobre o rendimento do exercício	90.080,62	112.890,89	184.004,92
Outros Ativos correntes	29.876.519,83	24.618.990,78	22.174.302,81
Caixa e seus equivalentes	299.564,82	180.661,83	1.314.949,64
<b>Total Ativo</b>	<b>297.996.966,08</b>	<b>308.580.840,15</b>	<b>304.036.686,27</b>

## Ativos Intangíveis

No que diz respeito à evolução do Ativo Intangível, é de salientar o investimento realizado em 2011, de 6.192.585,89 euros.

## Investimentos Financeiros

O aumento verificado de 2010 para 2011, decorre do reforço do Fundo de Reconstituição do Capital Social.

## Impostos Diferidos Ativos

O valor de 4.309.139,54 euros refere-se à constituição de impostos diferidos ativos, pelo facto de as amortizações do exercício contabilísticas compreenderem as amortizações do investimento futuro, que não são aceites fiscalmente.

## Cientes

Em clientes, no valor referente à dívida corrente, está incluído o montante de 2.892.087,80 euros correspondente a valores associados à faturação do diferencial entre os valores mínimos garantidos e os valores faturados em 2010, assim como o valor de 3.898.539,85 euros referente ao diferencial entre o faturado de abastecimento de água e os valores mínimos garantidos respeitantes a 2011, de acordo com o DL 195/2009 de 20 de agosto.

A Empresa à data de 31 de dezembro, tinha reconhecido do montante total da dívida dos clientes, 12.988.164,77 euros sobre processos de injunção e 3.239.407,13 euros sobre a forma de Acordos de Pagamento, dos quais 2.043.214,01 euros, estão classificados como dívidas não correntes, sendo este montante respeitante aos acordos de pagamento celebrados cujo pagamento se estende para além de 2012. A Empresa celebrou acordos de pagamento a 3 anos com os municípios de Rio Maior e Lourinhã e com os Serviços Municipalizados de Nazaré e Alcobaça.



A Águas do Oeste tem vindo a desenvolver esforços no sentido de resolver junto dos Municípios, a situação das dívidas mais antigas e as mais avultadas, procurando estabelecer, em primeiro lugar, acordos de pagamento da dívida e recorrer a contratos de cessão de créditos, tendo, contudo, em municípios em que tal não é possível, procedido à abertura de processos de injunção.

Em dezembro, os montantes em dívida cobertos por Acordos de Pagamento eram:

Unidade: euros

<b>Cientes</b>	<b>Montante</b>
Alcobaça	1.407.898,61
Lourinhã	946.954,49
Rio Maior	375.685,87
S.M. Nazaré	508.868,16
	<b>3.239.407,13</b>

Os Municípios sobre os quais existiam processos de injunção abertos eram os seguintes:

Unidade: euros

<b>Cientes</b>	<b>Montante</b>
Alcobaça	197.438,78
Alenquer	3.787.424,05
Arruda dos Vinhos	1.550.704,93
Azambuja (Município)	1.866.557,01
Bombarral	779.682,69
Cadaval	137.156,52
Óbidos	1.535.609,45
Nazaré	2.311.876,68
Sobral de Monte Agraço	821.714,66
	<b>12.988.164,77</b>

As dívidas de clientes não cobertas por injunções e acordos em 31 de dezembro de 2011 eram:

Unidade: euros

<b>Cientes</b>	<b>Total</b>
Alcobaça	2.978.136,12
Alenquer	2.039.159,70
Arruda dos Vinhos	916.077,86
Azambuja	102.682,58
Azambuja (AdA)	1.260.780,40
Bombarral	574.926,49
Cadaval	589.128,35
Caldas da Rainha	838.543,61
Lourinhã	1.009.815,31
Mafra - Compagnie Générale des Eaux	202.228,74
Óbidos	829.539,53
Nazaré	570.025,18
S. M. Nazaré	96.458,08
Peniche	123.162,62
Rio Maior	621.445,55
Sobral de Monte Agraço	470.002,83
Torres Vedras	1.480.814,84
Valorsul, S.A.	223.445,29
Ministério da Justiça	36.873,72
Casa Santos Lima, S.A.	430,38
Ros Roca, S.A.	947,70
ZAGOPE, S.A.	16,10
Lena	1,60
	<b>14.964.642,58</b>

## Estado e Outros Entes Públicos

Em Estado e Outros Entes Públicos é de salientar que se encontra reconhecido IVA a recuperar, no montante de €161.027,34 e pedidos de reembolso de IVA no valor de €137.402,12.

## Imposto sobre o Rendimento do Exercício

Nesta rubrica encontra-se registado o valor de €172.930,04 de pagamento especial por conta, €24.311,46 de retenção de imposto sobre juros e Imposto Estimado no valor de €13.236,58.

## Outros Ativos Correntes

De acordo com o Investimento elegível realizado até 31 de dezembro de 2011, encontra-se por receber o valor de €20.201.463,26.

Em Outros Ativos Correntes, encontra-se ainda registado:

- Acréscimos de Rendimentos, estão reconhecidos: €383.449,41 respeitantes a juros de mora a faturar; €11.141,78 referentes a energia a faturar a terceiros, €351.788,49 referentes a indemnizações a receber de seguros, e €242.379,89 referentes a juros a receber de investimentos financeiros.

- Gastos a reconhecer, €504,83 referentes a seguros, €4.173,03 respeitantes a encargos bancários e €5.691,96 referentes a gastos diversos.

A situação líquida da Águas do Oeste é a que resulta dos capitais próprios, conforme quadro que se segue:

	2009	2010	2011
Capital	28.559.245,50	29.733.969,60	29.733.969,60
Reservas e outros ajustamentos	77.730,88	77.730,88	77.730,88
Resultados Transitados	-2.460.870,22	-5.869.934,41	-6.650.558,35
Resultado líquido do exercício	-3.409.064,19	-780.623,94	395.800,67
<b>Total dos Capitais Próprios</b>	<b>22.767.041,97</b>	<b>23.161.142,13</b>	<b>23.556.942,80</b>

Unidade: euros

O quadro seguinte representa as principais rubricas que compõem o Passivo da Empresa:

	2009	2010	2011
<b>Passivos Não Correntes</b>			
Provisões	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	96.348.906,25	116.237.064,14	114.949.923,88
Fornecedores e outros passivos não correntes	13.800.921,95	13.099.213,53	12.300.929,92
Impostos Diferidos Passivos	5.607.371,90	5.088.309,26	2.882.708,15
Acréscimos de Custos de Investimento Contratual	15.896.149,00	19.081.042,18	9.568.303,36
Subsídios ao Investimento	104.074.438,33	106.631.832,75	103.958.720,04
<b>Passivos Correntes</b>			
Empréstimos	26.790.408,41	17.842.928,17	27.027.791,79
Fornecedores	10.150.563,90	4.700.122,54	5.010.514,08
Outros passivos correntes	1.989.920,30	2.108.613,04	4.398.053,84
Estado e outros entes públicos	571.244,07	630.572,41	382.798,41
Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00	0,00
<b>Total Passivo</b>	<b>275.229.924,12</b>	<b>285.419.698,02</b>	<b>280.479.743,47</b>

Unidade: euros

## Passivos Não Correntes

### Empréstimos

Esta rubrica representa o empréstimo contraído junto do Banco Europeu de Investimento, designado por BEI III, no montante de €103.664.310,00 e por BEI II, no montante de €12.000.000,00, deduzido do montante de €714.386,12 respeitantes a custos a diferir com a montagem do Empréstimo BEI III, 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> utilização e BEI II 1<sup>a</sup> utilização.

### Fornecedores e Outros Passivos Não Correntes

Encontra-se registado nesta rubrica o reconhecimento da dívida à EPAL pela aquisição das infraestruturas, de acordo com o contrato celebrado em 19 de dezembro de 2003, no valor de €10.522.990,06, o valor da dívida referente às infraestruturas de Saneamento arrendadas ao Município de Torres Vedras, no valor de €1.167.861,36, bem como €610.078,50 referentes a retenção a fornecedores, por conta de garantia de empreitadas e de prestações de serviços.

### Impostos Diferidos Passivos

O valor de €2.882.708,15, refere-se à constituição de impostos diferidos passivos referente ao subsídio reconhecido respeitante a investimento futuro e ao impacto de transição das amortizações, pelas razões já expostas anteriormente.

### Acréscimos de Custos Investimento Contratual

O valor de €9.568.303,36 diz respeito ao custo com amortizações do investimento contratual esperado.

### Subsídios ao Investimento

O valor registado diz respeito a Proveitos Diferidos pelo reconhecimento do direito a subsídios do Fundo de Coesão.

O reconhecimento do subsídio é feito pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, são considerados os investimentos realizados e a quota-parte anual do investimento a realizar no futuro.

A Empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios.

## Passivos Correntes

### Empréstimos

O valor registado diz respeito à utilização das linhas de crédito existentes e a empréstimos da AdP SGPS, no valor de €10.000.000,00, assim como ao valor do empréstimo do BEI cuja amortização ocorrerá em 2012, no valor de €1.335.690,00.

A 31 de dezembro, apenas vigoravam duas linhas de crédito no BES, no valor total de 15 milhões de euros.

### Fornecedores

Em Fornecedores conta corrente, no montante de €3.659.750,61, destacam-se os seguintes:

Fornecedor	Montante (euros)	%
Epal	1.835.113,15	50%
EDP	286.418,60	8%
MANVIA-EFACEC-MAN.TEC.AdO,ACE	111.458,10	3%
Outros	716.299,59	20%
<b>Sub total</b>	<b>2.949.289,44</b>	<b>81%</b>
225 - Fornec c/ facturas em receção e conf.	710.461,17	19%
<b>Total Fornecedores</b>	<b>3.659.750,61</b>	<b>100%</b>

Em Fornecedores de Imobilizado, no montante de €1.350.763,47, destacam-se os seguintes:

Fornecedor	Montante (euros)	%
Epal	501.094,77	37%
JAOP	109.125,83	8%
SMAS de Torres Vedras	75.010,47	6%
Ecotécnica	52.485,63	4%
Outros	319.586,66	24%
<b>Sub-total</b>	<b>1.057.303,36</b>	<b>78%</b>
2712 - Fomec c/ facturas em receção e conf.	293.460,11	22%
<b>Total Fornecedores Imobilizado</b>	<b>1.350.763,47</b>	<b>100%</b>

### Outros Passivos Correntes

Estão reconhecidos Acréscimos de Custos referentes a:

- direitos devidos com férias, subsídios de férias e horas extraordinárias no montante global de €232.252,50;
- valor de juros com o empréstimo do BEI II e III, no montante de €154.570,89;
- valor de juros de empréstimos de curto prazo, no valor de €211.602,47;
- atualização da dívida para com a EPAL, no valor de €652.224,39;
- reconhecimento do valor a pagar à EPAL respeitante ao valores mínimos garantido para 2011, face ao volume de água adquirida, no montante de €1.402.236,77;
- valor de €397.801,06 respeitante a eletricidade; conservação e reparação no valor de €612.019,00; €85.887,21 referentes a tratamento de lamas; e €325.196,53 referentes ao reconhecimento de gastos a incorrer com Fornecimentos e Serviços Externos diversos.

### Estado e Outros Entes Públicos

Na rubrica Estado e Outros Entes Públicos, o montante de €382.798,41 respeita, em €52.867,07, a retenções na fonte de IRS e IRC, em €4.570,29, a contribuições para a Segurança Social, em €370,39, a contribuições a pagar à Caixa Geral de Aposentações e €324.990,67 à Taxa de Recursos Hídricos.

### Investimento

O investimento realizado em 2011, foi de €6.192.585,89. Face ao orçamentado, foram realizados menos cerca de 3,8 milhões de euros.

A nível de empreitadas, estava previsto em OPT, para o período de janeiro a dezembro, a realização de 7,0 milhões de euros de investimento, tendo sido executados 3,7 milhões de euros.

A dezembro de 2011, as empreitadas que apresentaram um maior desvio foram:

#### - Empreitada de Execução de Emissários e Intercetores AdO - Candidaturas FC 2000/PT/16/C/PE/001 e FC 2004/PT/16/C/PE/006

O desenvolvimento desta empreitada foi fortemente condicionado pelas dificuldades financeiras que o adjudicatário atravessa, com consequentes dificuldades de avanço nos trabalhos. Ficaram por executar, no essencial, um conjunto limitados de troços de intercetores.

#### - Sistema Intercetor Margem Norte (Lote A) e Ampliação do Sistema da Nazaré (Lote B)

Parte da obra, no subsistema de Pederneira, não foi executada, por indisponibilidade de terrenos, na dependência do Município de Nazaré. Aguarda-se a disponibilização dos terrenos para o início dos trabalhos. Acresce a esta situação as dificuldades financeiras do adjudicatário, que culminaram na declaração de insolvência da Empresa.

Por outro lado, num quadro de restrições orçamentais, decorrente de orientação da holding, associada aos limites de endividamento fixados para o setor empresarial do Estado, o investimento foi objeto de dilação no tempo, já enquadrada no OPT 2012. Prevê-se a sua execução para depois de 2013.

- **Empreitada de Conceção/ Construção /Remodelação ETAR Carregado/ Alenquer, Emissário Carregado, ETAR S. João Ribeira, Ribeira de S. João, Pontes Monfalim. Remodelação/ Ampliação da ETAR da Nazaré**

O encerramento do litígio que opunha o adjudicatário e a Águas do Oeste permitiu a conclusão da empreitada, estando apenas em falta a conclusão do processo de revisão de preços.

- **Empreitada de Conceção/ Construção das ETAR de Maxial, Turcifal, Alcoentre, Runa, Dois Portos, Monfalim, Gosundeira, Cadafais (Lote A), Porto da Luz (Lote B)**

No OPT estavam previstos 151 mil euros para o ano de 2011, que não foram executados, sendo que apenas estão previstos, para a conclusão da empreitada, cerca de 28 mil euros.

- **Empreitada de execução do Sistema de Saneamento de Azambuja (Lote B)**

A empreitada previa uma componente muito significativa de investimento associado a trabalhos que foram condicionados pela Estradas de Portugal e pela ausência de disponibilidade de terrenos, provocando uma morosidade, alheia à Águas do Oeste, na emissão da Declaração de Utilidade Pública. Acresce a esta situação, as dificuldades financeiras que o adjudicatário atravessa, com consequentes dificuldades de avanço nos trabalhos.

- **Pavimentos AdO III Fase**

Num quadro de restrições orçamentais, decorrente de orientação da holding, associada aos limites de endividamento fixados para o setor empresarial do Estado, a parte não executada do investimento previsto foi objeto de dilação no tempo, já enquadrada no OPT 2012. Prevê-se a sua execução em 2012 encontrando-se uma nova empreitada a concurso.

- **Empreitada de Execução dos Sistema de Saneamento de Lote A - Ampliação dos Sistemas de Saneamento de Torres Vedras e Cadafais; Lote B - Ampliação de Runa II (Sarge e Outeiro da Zibreira), Ampliação de Silveira II; Lote C – Sistemas de Saneamento de Vale da Borra, Espiçandeira, Porto da Luz, Palaios/ Palhacana, Bufarda, Casais Julio e Lote D – Prolongamento de emissários e interceptores referentes a projetos inseridos nas candidaturas 2002 PT/16/C/PE/001 (Aglomerados Urbanos dos Rios Real e Arnoia 2ª fase) e FC2004/PT/16/C/PE/006**

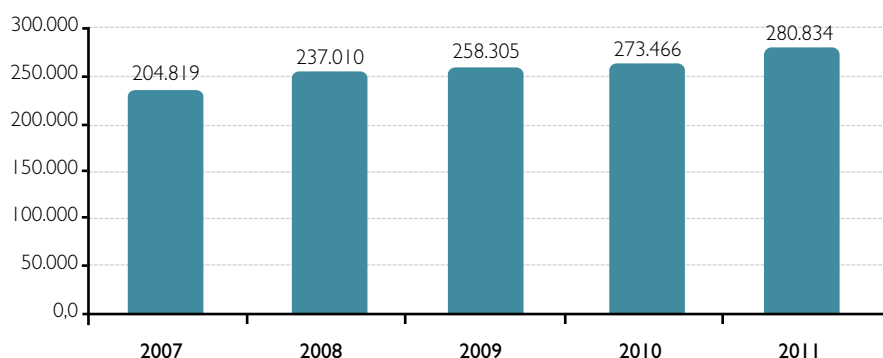
Do encerramento de contas desta empreitada, constata-se uma redução dos investimentos, relativamente ao previsto em orçamento, de cerca de €175.000.

- **PT e ramal MT da EE Real II**

Do encerramento de contas desta empreitada, constata-se uma redução dos investimentos, relativamente ao previsto em orçamento, de cerca de €48.000.

Existem ainda intervenções que, por força das restrições de financiamento que se colocam ao País e das consequentes orientações emanadas da *holding*, foram objeto de reprogramação quanto ao momento da sua execução. Desta dilação no tempo, resulta a não execução de algumas infraestruturas nos anos de 2011 e 2012, transferindo o investimento para anos subsequentes. Acresce a esta situação a impossibilidade de, por força de situações de insolvência de empreiteiros, ou situações de contencioso, não ter sido possível proceder ao encerramento de contas de algumas empreitadas, como originalmente previsto.

**Volume de Investimento Acumulado (2007 - 2011)**  
(milhões de euros)



## Projetos, Estudos e Sistemas de Informação

No respeitante ao desenvolvimento de processos para contratação através de procedimentos para a construção ou remodelação de infraestruturas, destacam-se os seguintes:

### Atividade Saneamento de Águas Residuais

- Empreitada de Conceção/ Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos (Arruda dos Vinhos);
- Empreitada Conceção/ Construção de Revestimentos - ETAR da Nazaré e ETAR do Carregado (Nazaré e Alenquer);
- Empreitada de Conceção/ Construção da ETAR de Margem Norte (Lote A) e ETAR de Santiago dos Velhos (Lote B) (Óbidos e Arruda dos Vinhos);
- Empreitada de Conceção/ Construção da ETAR de Paço e Sistema de Saneamento do Paço - II Fase (Lourinhã e Peniche);
- Empreitada de Relocalização do circuito de escorrências da ETAR de Santo André (Rio Maior);
- Empreitada de Conceção/ Construção das EE Compactas de Tagarro, Espinheira e Louriceira (Azambuja e Arruda dos Vinhos);
- Empreitada de Conceção/ Construção para a Instalação de Grupo Elevatório e conduta de água de processo – ETAR de Fervença (Alcobaça);
- Empreitada de Conceção/ Construção para a Reposição de Infraestruturas Elétricas e Mecânicas das ETAR de Gosundeira, Dois Portos e Runa (Torres Vedras);
- Empreitada de Reposição das ETAR de Gosundeira, Dois Portos e Runa (I Fase) – Posto de transformação Tipo AI e Quadro de Obra (Torres Vedras);
- Fornecimento e Instalação de Serviços de Detecção de Intrusão e Alarme nas ETAR de Gosundeira, Dois Portos e Runa (Torres Vedras);
- Fornecimento e Montagem de Linha de Energia ETAR Vila Nova de São Pedro 20KVA (Azambuja);
- Empreitada de Ampliação do Sistema de Saneamento da Maceira (Subsistemas de Sobreiro Curvo, Serpigeira e A-dos-Cunhados (Torres Vedras);
- Empreitada de Conceção/ Construção de Sistema de Medição de Caudal (1ª Fase) - ETAR de Virtudes, ETAR de Casalinho, Ponto de medição CHR.MB.07 (Azambuja e Óbidos);
- Empreitada de Conceção/ Construção de Sistema de Medição de Caudal (2ª Fase) – Sistema de Saneamento (Concessão);
- ETAR de Arruda dos Vinhos - Fornecimento de classificador de areias e parafuso transportador (Arruda dos Vinhos);
- ETAR de Arruda dos Vinhos - Fornecimento de sobrepessor (Arruda dos Vinhos);
- ETAR de Arruda dos Vinhos - Difusores (Arruda dos Vinhos);
- ETAR de Arruda dos Vinhos - Fornecimento de sondas de oxigénio dissolvido;
- ETAR de Arruda dos Vinhos - Fornecimento de hidropressor e agitadores (Arruda dos Vinhos);
- ETAR de Arruda dos Vinhos - Fornecimento de espessadores (Arruda dos Vinhos);
- ETAR de S. Martinho do Porto - Água de processo (Alcobaça);
- Levantamento, projeto de execução, medições e orçamento de investimentos associados à melhoria das condições de higiene, saúde e segurança em instalações da Águas do Oeste (atividade saneamento) (Concessão).

### Atividade Abastecimento de Água

- Prestação de Serviços para realização de intervenções de otimização energética no Sistema de Abastecimento de Água I e II (Concessão);
- Fornecimento e Instalação de Grupos Eletrogéneos – Sistema de Abastecimento Multimunicipal do Oeste Sistema I (Óbidos, Lourinhã e Cadaval);
- Empreitada de Conceção/ Construção Remodelação do Sistema de Abastecimento do Pinhal (Lourinhã);

- Empreitada de Conceção/ Construção de Sistema de Medição de Caudal (2ª Fase) – Sistema de Abastecimento (Arruda dos Vinhos);
- Sistema adutor de Peral (Cadaval);
- Levantamento, projeto de execução, medições e orçamento de investimentos associados à melhoria das condições de higiene, saúde e segurança em instalações da Águas do Oeste (atividade abastecimento) (Concessão).

Alguns dos projetos de execução das intervenções e dos processos de contratação acima mencionados tiveram início ainda no ano de 2011. Os outros serão gradualmente desenvolvidos durante o primeiro semestre do ano de 2012.

No que respeita a Estudos e atividades acessórias executados e desenvolvidos durante 2011, destacam-se os seguintes:

- Análise de *Cash-Flow* e elaboração do relatório Final da Candidatura FC2000/PT/16/C/PE/001 – 1º Grupo de Projetos de Saneamento;
- Produção dos relatórios de progresso do 2º semestre de 2010 e 1º semestre de 2011 dos Projetos BEI-II e BEI-III;
- Construção do modelo hidráulico dos Subsistemas de Abastecimento de Água I (Zona Centro) e II (Zona Norte) com recurso à ferramenta EPANET – finalização do processo de calibração do modelo em função de dados operacionais e início da preparação do respetivo relatório;
- Diagnóstico das Condições de Exploração das Captações RA2 e PSI – Município da Azambuja;
- Análise da viabilidade técnica e económica de novo ponto de entrega da água em Monte Novo (Sobral de Monte Agraço) – Ampliação do Subsistema de Abastecimento de Água de Arruda dos Vinhos / Sobral de Monte Agraço;
- Colaboração direta com o INAG no âmbito de preparação de resposta ao Acórdão do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (Processo 530/07), Aplicação da Diretiva 91/271/CEE – Tratamento de Águas Residuais Urbanas – Costa Oeste;
- Preparação e envio às entidades competentes de síntese descritiva do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento da região Oeste –no âmbito do processo de revisão dos Planos Diretores Municipais do Cadaval e Rio Maior;
- Revisão do Contrato de Concessão – elaboração dos Modelos Técnicos de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, acompanhamento direto da revisão do EVEF, e preparação dos novos Anexos I (Descrição do Projeto Global) e Anexo II (Definição da área abrangida);
- Realização de estudo com vista à avaliação das necessidades de água em “alta” dos Municípios da região Oeste, no âmbito do processo de revisão do contrato de concessão da Águas do Oeste;
- Acompanhamento do processo de avaliação e análise, em conjunto com a AdP, dos Planos de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, da responsabilidade da ARH – Tejo;
- Elaboração e envio às entidades competentes de pedidos de autorização de ocupação de áreas REN, de áreas RAN e de Domínio Público Hídrico para diversas infraestruturas de saneamento de águas residuais;
- Elaboração e envio às entidades competentes de pedidos de renovação das Informações Prévias de descarga para as ETAR da Maceira, ETAR da Bufarda e ETAR da Azambuja;
- Elaboração de pareceres técnicos relacionados com o Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico de São Martinho do Porto (Alcobaça), o Plano de Urbanização da Pederneira / Nazaré, o Plano de Urbanização da Praia do Norte/Sítio (Nazaré), o Plano de Pormenor do Alto do Seixinho (Torres Vedras) e o empreendimento turístico Quinta da Ferraria (Rio Maior).

Na área de Sistemas de Informação Geográfica tiveram lugar, em 2011, as seguintes atividades principais:

- Monitorização pontual do avanço da Lagoa de Óbidos e mar na zona adjacente ao Intercetor Geral da Margem Norte da Lagoa de Óbidos e arranque do Exutor Submarino da Foz do Arelho;
- Carregamento dos dados referentes à campanha 2010 do “*Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais*” (INSAAR);
- Revisão e carregamento das telas finais recebidas durante o ano em causa, e acompanhamento dos processos de receção definitiva de obras de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
- Preparação e envio de cadastro das infra-estruturas geridas pela AdO a entidades externas e aos Municípios abrangidos pelo Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;

- Levantamento e identificação pormenorizada, em colaboração direta com o DOP/DEAR, dos pontos de recolha existentes ao longo dos diversos Subsistemas Intercetores geridos pela Empresa;
- Apoio topográfico e cadastral a várias intervenções e obras de abastecimento de água e saneamento;
- Elaboração de cartografia específica – analisadores de cloro em linha nos sistemas de abastecimento de água, monitorização de meio recetores das águas residuais tratadas nas instalações de tratamento da AdO, pedidos de revalidação de licenças de descarga, identificação de áreas verdes e espaços florestais nos recintos AdO, bem como plantas esquemáticas no âmbito do Plano de Controlo da Qualidade da Água;

No que respeita aos Sistemas de Informação, há a destacar as seguintes atividades:

- Continuação do processo de reorganização da informação partilhada em rede, nomeadamente definição de estratégia de replicação da mesma entre os diversos sítios com colaboradores presentes - Convento, ETAR da Charneca e ETAR da Silveira / Santa Cruz;
- Otimização e realização de testes de operacionalidade no funcionamento do *software* para *backup* automático e de “*disaster recovery*”;
- Elaboração de estudo com vista à otimização do funcionamento e rentabilização dos recursos informáticos da AdO, nomeadamente ao nível oportunidades de atualização tecnológica das soluções atuais em termos de servidores e *software* associado, identificação de oportunidades de redução de custos com comunicações e perspetiva de aumento de qualidade e número de serviços disponibilizados aos utilizadores;
- Encaminhamento para destino final adequado, através de entidade certificada para o efeito, de 194 kg de resíduos relacionados com material informático avariado e obsoleto;

Processo de contratação para aluguer operacional de duas unidades multifuncionais (impressão, cópia, fax e digitalização) a instalar na sede – Convento de S. Miguel – e ETAR da Charneca.

## Obras

O ano de 2011 caracterizou-se pela continuidade na execução dos objetivos da Empresa em matéria de investimentos, seja na construção ou remodelação de infraestruturas, seja na sua colocação em serviço, após reunidas as condições de arranque dos diversos sistemas, nem sempre coincidentes, por razões diversas, com a conclusão física das infraestruturas.

O ritmo de execução dos investimentos da Empresa foi marcado pelo desenvolvimento e conclusão das seguintes intervenções principais.

## Atividade Saneamento de Águas Residuais

- Reabilitação da Lagoa de Água Tratada - ETAR de Atouguia da Baleia (Peniche);
- Instalação de contador multitarifa na EE Final da ETAR Caldas da Rainha (Caldas da Rainha);
- Fornecimento e montagem do PT e ramal MT da EE Real II (Concessão);
- Empreitada de Execução dos Sistema de Saneamento de Lote A - Ampliação dos Sistemas de Saneamento de Torres Vedras e Cadafais; Lote B - Ampliação de Runa II (Sarge e Outeiro da Zibreira), Ampliação de Silveira II; Lote C – Sistemas de Saneamento de Vale da Borra, Espiçandeira, Porto da Luz, Palaios/Palhacana, Bufarda, Casais Julio e Lote D – Prolongamento de emissários e interceptores referentes a projectos inseridos nas candidaturas 2002/PT/16/C/PE/001 (Aglomerados Urbanos dos Rios Real e Arnoia 2ª fase) e FC2004/PT/16/C/PE/006 (Concessão);
- Empreitada de Conceção/ Construção/ Remodelação ETAR Carregado/ Alenquer, Emissário Carregado, ETAR S. João Ribeira, Ribeira de S. João, Pontes Monfalim;
- Empreitada do Sistema Intercetor Margem Norte (Lote A) e Ampliação do Sistema da Nazaré (Lote B) (Óbidos e Nazaré);
- Empreitada do Sistema de Saneamento do Casal de Camarão (Bombarral e Cadaval).



## Atividade Abastecimento de Água

- Empreitada de Conceção/ Construção Remodelação do Sistema de Abastecimento do Pinhal (Lourinhã);
- Empreitada de Conceção/ Construção do Ponto de Entrega da Quinta da Pataca (Arruda dos Vinhos).

Foram ainda fortemente desenvolvidas as seguintes intervenções, cujo encerramento das respetivas empreitadas decorrerá durante o ano de 2012:

- Empreitada de Execução de Emissários e Intercetores AdO - Candidaturas FC 2000/PT/16/C/PE/001 e FC 2004/PT/16/C/PE/006;
- Empreitada de Ampliação do Sistema de Saneamento do Real II Fase;
- Empreitada de execução do Sistema de Saneamento de Azambuja (Lote B)

As dificuldades financeiras de alguns adjudicatários, que nalgumas das situações culminaram na declaração de insolvência, determinaram restrições significativas ao cumprimento do calendário previsto para estas empreitadas. Acresce a indisponibilidade de terrenos, alheia à Águas do Oeste, por força de uma dilação excessiva nos prazos de emissão da Declaração de Utilidade Pública.

No ano de 2011 foram ainda criadas condições para que, no ano de 2012, se possam vir a iniciar; e na generalidade das situações concluir, os seguintes investimentos:

## Atividade Abastecimento de Água

Fornecimento de Instalação de Grupos Geradores – Sistema de Abastecimento de Água I Lourinhã, Cadaval e Óbidos);

Empreitada de Conceção/ Construção de Sistema de Medição de Caudal (2ª Fase) – Sistema de Abastecimento (Arruda dos Vinhos).

## Atividade Saneamento de Águas Residuais

- Sistema de Saneamento do Paço (II Fase) e ETAR do Paço (Lourinhã e Peniche);
- Empreitada de Conceção / Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos (I Fase) (Arruda dos Vinhos);
- Empreitada de realocização do circuito de escorrências da ETAR de Santo André (Rio Maior);
- Empreitada de Conceção / Construção das EE Compactas de Tagarro, Espinheira e Louriceira (Azambuja e Arruda dos Vinhos);
- Empreitada de Conceção / Construção para a Instalação de Grupo Elevatório e conduta de água de processo – ETAR de Fervença (Alcobaça);
- Empreitada de Conceção / Construção para a Reposição de Infraestruturas Elétricas e Mecânicas das ETAR de Gosundeira, Dois Portos e Runa (Torres Vedras);
- Empreitada de Conceção/Construção de Sistema de Medição de Caudal (1ª Fase) - ETAR de Virtudes, ETAR de Casalinho, Ponto de medição CHR.MB.07 (Concessão);
- Empreitada de Conceção/Construção de Sistema de Medição de Caudal (2ª Fase) – Sistema de Saneamento (Concessão);
- Reabilitação do Sistema de Saneamento e ETAR de Vila Nova de São Pedro (Azambuja).

O ano de 2011, em consonância com os anos de 2009 e 2010, foi ainda fortemente marcado pelo arranque de diversas instalações. A concretização do arranque de um elevado número de instalações, com toda a complexidade, no plano externo, mas também de articulação interna, e numa fase em que a atividade de exploração da Empresa já é muito significativa, contribuiu para a consolidação da Empresa e exigiu um esforço de diversos setores da Empresa, que não pode deixar de ser assinalado.

De salientar:

## Abastecimento de Água

- A colocação em serviço do ponto de entrega do Reservatório de Turquel (Alcobaça);
- A colocação em serviço do ponto de entrega do Sistema I ao Reservatório Municipal de Vale do Leito. (Bombarral);
- O arranque e formação referente aos medidores de cloro dos vários pontos de entrega (Sistema I) (Concessão);
- O arranque da válvula altimétrica do Reservatório de Via-Vai (Rio Maior);
- A preparação do (re) arranque do Ponto de Entrega de Penedo de S. Antão (Óbidos).

## Saneamento de Águas Residuais

- O arranque da ETAR de Pontes de Monfalim (Arruda dos Vinhos);
- O arranque da ETAR de Alenquer (Alenquer);
- O arranque da ETAR do Carregado (Alenquer);
- O arranque da ETAR da Sancheira (Óbidos);
- O arranque da ETAR do Casal do Camarão (Bombarral/Cadaval);
- O arranque da EE Sobreiros (Alcoentre);
- O arranque da EE Vale Vite (Lourinhã);
- O arranque da ampliação do Sistema de Saneamento do Real II Fase e Sistema de Saneamento do Casal de Camarão (Cadaval e Bombarral);
- O arranque do subsistema de Espingardeiro e EE3 (Azambuja);
- O arranque do subsistema de Virtudes (Azambuja).

Em resumo, no ano de 2011 procedeu-se à colocação em serviços de um total de cerca 19 infraestruturas de dimensão variável (condutas, pontos de entrega e EE), a que acresce a concretização do arranque de 5 ETAR.

Estes arranques de infra-estruturas foram acompanhados da realização de ações de formação envolvendo fornecedores de equipamentos de infraestruturas e correspondentes reuniões de equipas internas da Águas do Oeste em processos de transferência de infraestruturas para as áreas de operação e manutenção e de forte articulação com as entidades gestoras da "baixa", na identificação e ligação das redes "em baixa" ao Sistema Multimunicipal.

Subsistem, pontualmente, a existência de condicionantes várias, na dependência dos sistemas em "baixa", que determinam um arranque desfasado dos sistemas ou mesmo a impossibilidade da sua colocação em serviço.

O ano de 2011 foi igualmente marcado por uma atividade significativa em matéria de vistorias para efeitos de receção definitiva de empreitadas. Foram iniciados dezasseis processos de vistoria para efeitos de receção definitiva de empreitadas, no ano de 2011. Destes foram encerrados oito ainda em 2011, concretamente:

- Empreitada de Reabilitação do Emissário de Descarga de Emergência da EE1 de Santa Cruz;
- Empreitada de Execução do Emissário da Barrosa;
- Empreitada de Execução da ETAR de Casalinho - Componente Construção Civil - I/310-0008 -245;
- Empreitada da Conduta de Descarga da ETAR de Vila Nova da Rainha;
- Empreitada de Execução do Emissário Final da ETAR de Virtudes/ Aveiras;
- Empreitada de Execução do Sistema Adutor Alenquer/ Torres Vedras - Lote B - Troço Corujeira Penedo;
- Empreitada da Casa de Comando da Arrifana;
- Empreitada de Construção da EE e Emissário Final da ETAR de S. Martinho do Porto.

Continuam a decorrer nove processos de vistorias para efeitos de receção definitiva:

- Empreitada de Execução do Intercetor do Arnóia;
- Empreitada de Construção do Sistema de Saneamento da Silveira - Lote I Subsistema Norte e Cambelas;
- Empreitada de Construção do Sistema de Saneamento da Silveira - Lote II Subsistema Sudeste;
- Empreitada de Construção do Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalim;
- Empreitada de Execução do Intercetor do Real - Troço Intermédio;
- Empreitada de Execução da ETAR do Reguengo Grande;
- Empreitada de Conceção/ Execução de Arranjos Exteriores na ETAR da Charneca;
- Empreitada de Execução do Sistema de Abastecimento de Agua I Zona Centro - Lote A - Troço Delgada/ Serra D'El Rei e Serra D'El Rei/ Cabeço Serra;
- Empreitada de Execução do Emissário da Ribeira de Alfeizerão (processo iniciado em 2010).

## Disponibilização de Terrenos e Licenciamentos de Obras

Num contexto adverso de ausência atempada de Declaração de Utilidade Pública (DUP), a atividade de aquisição e oneração de parcelas, por via de negociação revela-se essencial à atividade da Empresa.

Sendo certo que, no ano de 2011, o número de negociações conduzidas e acordos obtidos não ter paralelo com anos anteriores – ressalva-se que o número total de parcelas oneradas e adquiridas ascende a cerca de 3.500 parcelas - nem por isso se considera como menos relevante esta atividade na concretização dos objetivos da Empresa.

Os procedimentos subsequentes à publicação da Declaração de Utilidade Pública, entretanto obtidas, para o sistema de saneamento de Vale de Óbidos, Ampliação do Real, Santiago dos Velhos e Maceira, constituem, na presente data, uma prioridade para a Empresa.

Acompanhando a necessidade de execução de intervenções, foram asseguradas ainda diversas negociações, nomeadamente nos sistemas de saneamento de Ampliação do Rio Real, de Azambuja, sistema de Saneamento de Miragaia, de Arruda dos Vinhos, do Paço, de Aldeia Gavinha, de Dois Portos, de Turcifal, de Monfalim, de Aveiras de Cima, de Cadafais, de Vale de Óbidos, de Silveira e Zambujeira, para tentativa de conclusão das negociações.

No final de 2011 estavam assegurados cerca de 3.590 parcelas, por via de acordo e cerca de 80 escrituras.

Por outro lado no final de 2011 encontravam-se publicadas em Diário da República, através de DUP, cerca de 2.541 parcelas, sendo de registar durante 2011 a emissão da DUP de Ampliação do Rio Real, com 141 parcelas.

A Águas do Oeste possui atualmente cerca de 2.000 registos, dispersos pelas conservatórias dos 14 Municípios da área de concessão. Entre proprietários, co-proprietários, rendeiros envolvidos nas negociações, o número ascende aos 20 mil.

Por tudo o exposto se compreende a absoluta indispensabilidade do instrumento DUP que, infelizmente, peca por uma incompreensível morosidade, nunca inferior a 3 anos.

Quanto à atividade futura da Empresa nesta área, há o risco de a falta de processos de DUP virem a condicionar o desenvolvimento do sistema de Vila Nova de São Pedro e a conclusão da ampliação do sistema de Aveiras.

A verificação de registos e digitalização integral do dossier individualizados de cada parcela de terreno onerada ou adquirida, num total que ascende as 3.500 parcelas, constituiu um passo significativo na organização da gestão destes terrenos e propriedades do ponto de vista patrimonial e dos sistema de informação da Empresa.

Por último, em virtude da extensão das infraestruturas da Águas do Oeste e sua proximidade com infraestruturas de outras entidades e concessionárias, ocupando zonas contíguas do território, verificou-se em 2011 um trabalho significativo na articulação e acompanhamento de trabalhos cometidos a estas entidades e concessionárias, na articulação de ligações ao sistemas e no apoio técnico na definição de soluções integradas para controlo de aflúncias pluviais aos sistemas em “alta”.

## Candidaturas ao Fundo de Coesão

São os seguintes os valores das candidaturas ao Fundo de Coesão, com as alterações já aprovadas no que diz respeito ao investimento total elegível:

Candidatura	Investimento Elegível na Decisão em vigor (€)	Despesa Apresentada no Gestor Setorial até 31-Dez-2011 (€)	Percentagem de Realização do Projecto (%)	Financiamento a Fundo Perdido (%)
FC 2000/PT/16/C/PE/001 (1º Grupo de Projectos de Saneamento)	30.266.469	25.778.741	85,17%	85%
FC 2004/PT/16/C/PE/006 (2º Grupo de Projectos de Saneamento)	71.842.856	58.240.272	81,07%	70%
FC 2004/PT/16/C/PE/008 (3ª Fase - Abastecimento de Água)	67.377.282	62.840.845	93,27%	55%

Durante o ano de 2011 é de destacar:

- Aprovação do pedido de reprogramação física e temporal da Candidatura FC 2004/PT/16/C/PE/006 - "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste (2º Grupo de Projetos de Saneamento)", através da Decisão da Comissão Europeia C(2011), de 23 de setembro de 2011.
- Aprovação do pedido de reprogramação física e temporal da Candidatura FC 2004/PT/16/C/PE/008 - "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste (3ª Fase – Abastecimento de Água)", em 17 de novembro de 2011.
- A apresentação de um conjunto significativo de pedidos de pagamento, 47 pedidos, num montante de cerca de €21.686.798,10.
- A resposta a diversos pedidos de esclarecimento solicitados pelo POVT, bem como a resposta aos diversos ofícios de audiência prévia relativos aos trabalhos adicionais e fiscalizações de empreitada (cerca de 16 respostas a ofícios de audiência prévia).
- 6 transferências pelo IFDR no montante €5.753.132,42, neste montante estava incluído a receção do saldo final da candidatura de estudos e projetos no montante de €442.671,80.
- Aguardamos a receção dos saldos finais das duas candidaturas de saneamento (FC2000/001 e FC2000/006) e da candidatura de abastecimento (FC2004/008), tendo em conta que em qualquer uma delas, já atingimos os 80%, não havendo portanto lugar ao pagamento de saldos intermédios.

## 6. Atividade Operacional

### Operação – Abastecimento de Água

Na operação do abastecimento de água, em 2011, destaca-se:

- O início do fornecimento de água ao município de Alcobaça, o que correspondeu ao arranque do ponto de entrega (PE) Turquel.
- Início do fornecimento a vários PE previstos no Contrato de Concessão, nomeadamente: Delgada e Vale do Leito (Bombarral) e Cercal (Azambuja), subsidiários do Sistema Norte/Centro, Farol (Azambuja), subsidiário do Sistema do Farol e Quinta da Pataca (Arruda dos Vinhos), subsidiário do Sistema Arruda dos Vinhos / Sobral de Monte Agraço (este último embora não previsto no Contrato de Concessão teve a autorização do Concedente);
- Início do fornecimento do Sistema de Captação da Arrifana;
- Desenvolvimento de uma unidade laboratorial única na Empresa que passou a integrar o Laboratório de Abastecimento de Água e o Laboratório de Águas Residuais, tendo a responsabilidade hierárquica na gestão do laboratório passado a ficar cometida diretamente à Direção de Operação. Esta alteração levou à transferência dos dois técnicos de colheita de amostras para a dependência direta do responsável de laboratório e à afetação do técnico superior da área de operação, anteriormente afeto a esta atividade, a desempenhar outras atividades no seio do DEAG, como a de reporte.

No ano de 2011 a Águas do Oeste passou a fornecer água a 15 municípios, tendo o início do fornecimento a todos eles ocorrido em anos anteriores, exceto a Alcobaça que ocorreu no mês de janeiro do corrente ano.

Sublinha-se que o início da exploração de novas infraestruturas de abastecimento não acarretou a contratação de mais operadores, pelo contrário, verificou-se a redução de 1 operador em janeiro, afeto à operação dos sistemas de abastecimento de água, para total de 20 operadores.

Com exceção do arranque do novo PE ao Município de Alcobaça, o arranque dos novos PE acima referidos não representou o aumento da população servida, dado que aqueles reservatórios eram já fornecidos “em alta” direta ou indiretamente pela Águas do Oeste.

Marco importante foi, também, o crescimento dos caudais fornecidos e faturados em 2011 aos municípios comparativamente ao ano transato, passando dos 24,2 milhões de metros cúbicos para os 27,1 milhões de metros cúbicos, o representa um aumento de 11,2%, ainda assim, valor que ficou abaixo dos volumes associados aos valores mínimos garantidos em cerca de 27,3%, que totalizam, para 2011, 31,9 metros cúbicos. Para esta evolução positiva contribuiu mais decisivamente o crescimento em cerca de 50% do volume fornecido e faturado aos municípios Clientes, tendo-se igualmente registado um aumento do volume fornecido e faturado aos municípios Utilizadores, o que representou um crescimento em cerca de 3%.

A AdO para além da principal fonte de água que é a EPAL, manteve em exploração algumas captações próprias transferidas pelos municípios que, na maioria das situações, constituem uma redundância à água fornecida pela EPAL, contribuindo, por isso, para o aumento da garantia da continuidade do fornecimento aos seus Clientes.

Dá-se nota que ao longo de 2011 foram sendo criadas condições para que se introduzissem alterações na exploração que permitiram aumentar o volume de água com origem na EPAL, em detrimento do proveniente das captações próprias. Tais alterações tiveram como objetivo aumentar o volume de água comprado à EPAL, tendo em conta a necessidade de cumprir os valores mínimos contratualizados com aquela Empresa e ao mesmo tempo ir ao encontro das expectativas dos municípios que transferiram as captações municipais para a Águas do Oeste.

Numa lógica de otimização contínua da organização dos meios alocados à operação dos sistemas de abastecimento de água, tendo em conta o facto da maioria das infraestruturas se encontrarem integradas no Sistema de Telegestão e a existência de um melhor conhecimento e domínio daquelas, têm vindo a ser reduzidas frequências de visitas de rotina, o que permitiu reduzir em cerca de 15% do total das distâncias percorridas pelas viaturas afetas às equipas do terreno e, como consequência, a redução do consumo de combustível e custos com portagens.

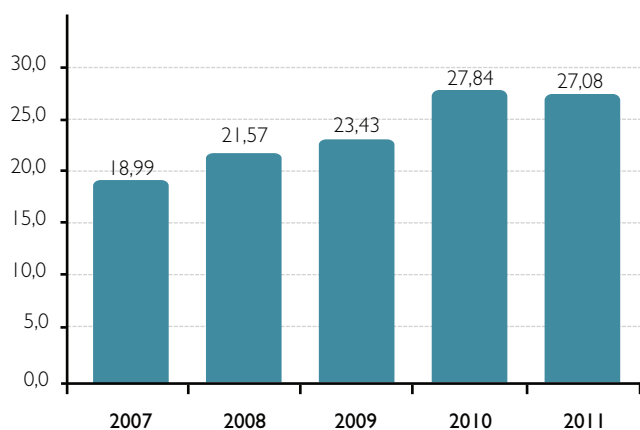
De sublinhar ainda que, em 2011, foi possível reduzir o número de horas extra realizadas pelos operadores afetos ao DEAG em cerca de 67%.

Considerando o acumulado dos volumes do ano de 2011, a água fornecida com origem em captações próprias, correspondeu a cerca de 9% do volume total de água fornecido, sendo os restantes 91% sido fornecidos pela EPAL (o valor foi de 93% se se considerar o volume acumulado do último trimestre).

Durante o ano de 2011 a Águas do Oeste explorou infraestruturas que permitiram o fornecimento de água “em alta” a 15 Municípios da região Oeste, tendo-se traduzido num total de abastecimento de 27.08 milhões de metros cúbicos de água faturada.

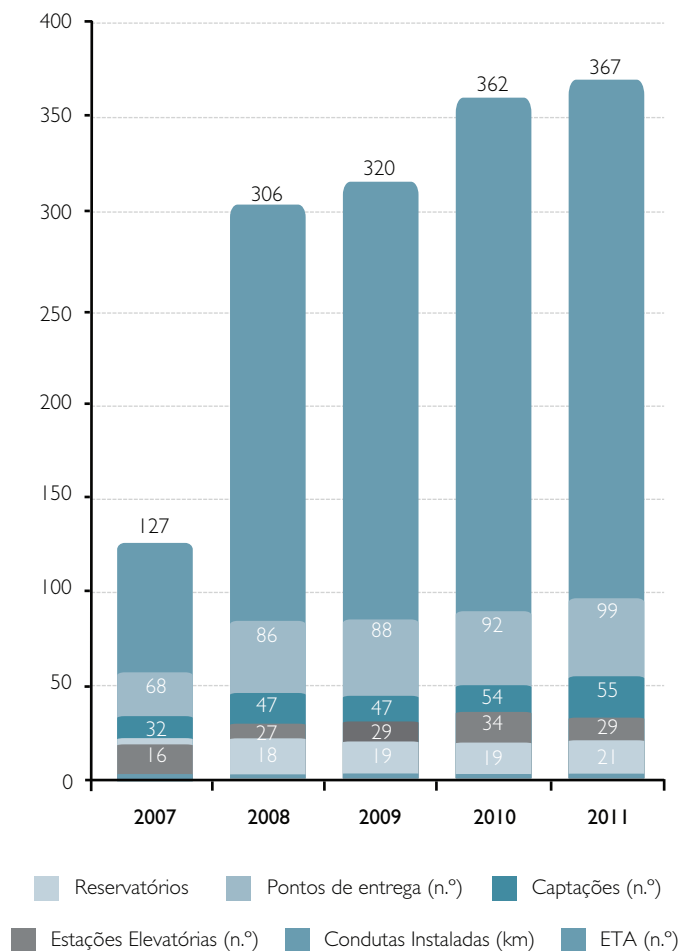
Na análise do quadro de volume de água faturada, na comparação entre 2011 e 2010, deve ser tido em consideração o facto de o valor de 2010 incluir o volume associado à faturação efetuada ao longo do ano ao município de Alcobaça, no montante de 3.519.642,96 m<sup>3</sup>. Caso não se considere esse valor, verifica-se um aumento da água efetivamente fornecida de cerca de 11,2%, de 24,2m<sup>3</sup> para 27,08m<sup>3</sup>.

### Volume de Água Faturada (2007 - 2011) (milhões de metros cúbicos)



O conjunto das infraestruturas em exploração compreende, 55 captações, 2 ETA, 21 reservatórios, 29 EE (valor revisto tendo em conta a definição da ERSAR para EE e que considera que grupos elevatórios que bombeiem para destinos diferentes devem ser contabilizados como uma única EE, se localizadas no mesmo edifício), 99 pontos de entrega e cerca de 367 km de condutas.

### Infraestruturas de Abastecimento de Água (2007 - 2011)



## Operação - Águas Residuais

Durante o ano de 2011 a Águas do Oeste explorou infraestruturas que permitiram o tratamento de águas residuais provenientes de catorze municípios da região Oeste, tendo-se traduzido num total de faturação de 20,9 milhões de metros cúbicos de água residual faturada.

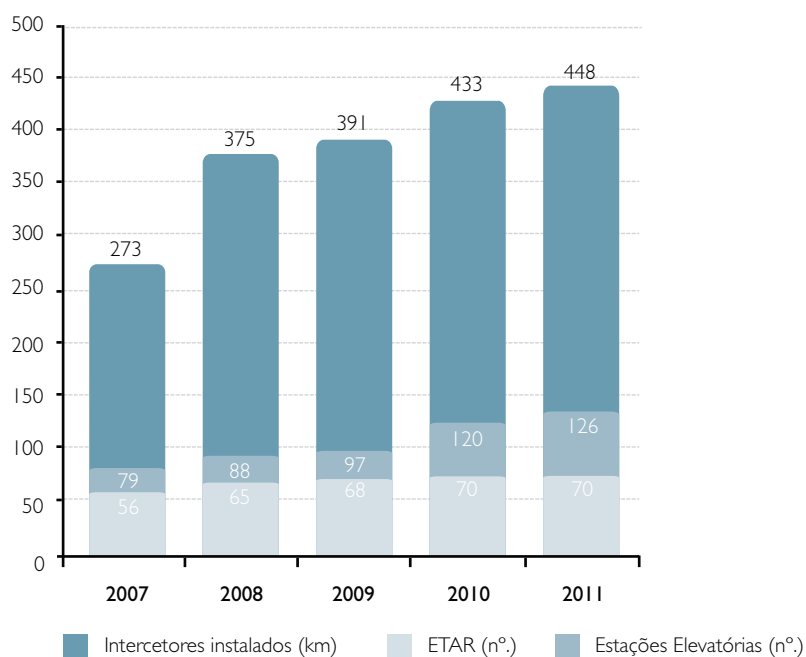
### Volume de Águas Residuais Faturadas (2007 - 2011) (milhões de metros cúbicos)



No final de 2011 encontravam-se em operação 70 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), 126 Estações Elevatórias (EE) e 448 Km de emissários.

O gráfico evidencia a evolução do número de km de condutas instaladas, EE e ETAR em operação, de 2007 a 2011:

### Infraestruturas de Saneamento (2007 - 2011)



Em 2011, a AdO iniciou a operação da ETAR de Casal Camarão (Bombarral) e desativou a ETAR de Campelos (Torres Vedras).

Na atividade de Transporte, registou-se o início da operação das seguintes Estações Elevatórias:

Município	Subsistema	Designação	Data de início de operação (Mês)	Data de início de operação (Ano)
Azambuja	Virtudes / Aveiras	EE Virtudes	junho	2011
Bombarral	Casal Camarão	EE Casal Camarão	novembro	2011
Sobral de Monte Agraço	Pontes de Monfalim	EE Pontes de Monfalim	janeiro	2011
Torres Vedras	Maxial	EE Abrunheira	agosto	2011
Torres Vedras	Miragaia	EE Campelos 2	julho	2011
Torres Vedras	Runa	EE Outeiro da Zibreira	novembro	2011

Foi assegurado o controlo de qualidade, a nível interno, pelo Laboratório da Águas do Oeste, situado na ETAR de Santa Cruz/ Silveira e, para efeitos de avaliação da conformidade legal, por uma entidade externa, certificada para o efeito.

O laboratório interno desta Empresa assegurou a realização das análises previstas nos PCA (Plano de Controlo Analítico), tendo para o efeito procedido à realização de 17.830 determinações analíticas.

Em 2011 foi continuada a prática, de forma generalizada e sistemática, de observações microscópicas da biomassa nas ETAR de Lamas Ativadas. Esta rotina, permite identificar e caracterizar a biomassa existente nos reatores biológicos e efetuar o histórico das espécies presentes, com o objetivo de avaliar atempadamente eventuais problemas operacionais.

No que se refere à avaliação da conformidade legal, e, tal como referido anteriormente, é garantida por uma entidade idónea, devidamente certificada para o efeito. Esta opção contribui para assegurar a qualidade do serviço prestado pela Águas do Oeste e garantir a confiança dos nossos clientes. Neste âmbito, foram realizadas cerca de 5.492 análises.

Relativamente aos resíduos gerados nos processos de tratamento de águas residuais, verificaram-se produções de cerca de 550 m<sup>3</sup> de gradados, 600 toneladas de areias e 17.000 toneladas de lamas. Estes resíduos foram encaminhados para destino final adequado. No que se refere às lamas, foram encaminhadas para valorização agrícola e compostagem de acordo com a tipologia das situações.

No que se refere à atividade de *outsourcing*, a Empresa manteve o recurso à prestação de serviços externa na área de operação e manutenção nas ETAR de Rio Maior (até março), Atouguia da Baleia e Zambujeira.

## Outras Atividades

### Manutenção e Telegestão

Durante o ano de 2011 a manutenção das infraestruturas da Empresa foi assegurada em regime de *outsourcing*, com o acompanhamento e controlo da prestação de serviços efetuado internamente pelo Departamento de Manutenção. No início de fevereiro teve início uma nova prestação de serviços, na sequência do concurso público realizado em 2010.

A gestão dos trabalhos de manutenção foi efetuada com recurso ao sistema informático central do grupo AdP - MAXIMO. O número de solicitações registadas no sistema, excluindo manutenção preventiva, ultrapassou as 5.100 durante o ano de 2011.

No âmbito da prestação de serviços de manutenção estão incluídas todas as atividades de Manutenção Preventiva Sistemática, Manutenção de Base Condicionada e Manutenção Corretiva dos equipamentos, das instalações elétricas e hidráulicas, da instrumentação, da automação e telegestão assim como dos órgãos mecânicos instalados na generalidade das infraestruturas cuja operação é assegurada pela Águas do Oeste. Fora do âmbito desta prestação, foram entre outras, executadas as intervenções de reparação de roturas em condutas, assim como a desobstrução e inspeção de coletores.

Para além da participação e elaboração dos relatórios relativos aos processos de receção provisória ou definitiva das novas infraestruturas, foi efetuado o acompanhamento, quer das avarias que se consideram ao abrigo das garantias das obras, quer das situações derivadas de reclamações apresentadas à Águas do Oeste, na sequência das obras realizadas pela Empresa, nomeadamente os abatimentos de pavimentos.

Na sequência dos estragos provocados pelos temporais de 5 de dezembro de 2010, 7 e 8 de janeiro, 18 e 19 de fevereiro e 12 de novembro de 2011, os quais afetaram significativamente algumas infraestruturas da Empresa, procedeu-se à contabilização dos custos, ao acompanhamento dos processos de peritagem e à execução dos respetivos trabalhos de reparação. Acompanhamento idêntico foi feito relativamente às mais de duas dezenas de furtos registados, maioritariamente de tampas de ferro fundido e cobre dos Postos de Transformação.



Foi feito o acompanhamento da evolução da erosão provocada pelas correntes/marés na margem norte da lagoa e realizadas pequenas intervenções pontuais para proteção do emissário submarino da Foz do Arelho, que se encontrava em risco devido a esta erosão. Estes trabalhos consistiram na colocação de algumas centenas de metros cúbicos de areia para recobrimento e proteção da tubagem.

No âmbito da gestão dos EMM (Equipamentos de Medição e Monitorização) foram executados os planos de calibração e ensaio previstos, onde se incluem os medidores de caudal de faturação da Empresa.

No âmbito das ações de modernização das instalações que a Águas do Oeste tem vindo a desenvolver com vista a aumentar os índices de eficiência e eficácia da sua exploração, que se reflita numa melhoria da qualidade do serviço prestado aos seus clientes, na sequência da decisão de implementação e lançamento do concurso para "*Implementação do Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais*" durante o ano de 2010, iniciaram-se em abril de 2011 os trabalhos de integração na telegestão de algumas infraestruturas dos subsistemas de saneamento de águas residuais. A integração da maioria das 49 (quarenta e nove) estações elevatórias e 10 (dez) ETAR que, atendendo à sua dimensão e/ou localização se consideraram prioritárias, foi concluída no ano de 2011. Pretende-se com este sistema, efetuar a monitorização em tempo real do estado destas instalações, permitindo uma racionalização dos recursos disponíveis e o aumento nos índices de qualidade do serviço prestado. O Centro de Comando Central e respetiva sala de servidores que se localizam nas instalações da ETAR da Charneca, onde é efetuado o tratamento da informação proveniente das instalações remotas em tempo real, foi também objeto de uma profunda remodelação. Para além de permitir o controlo e/ou monitorização dos equipamentos e instalações, este sistema integra a deteção de intrusão nestas infraestruturas, assim como a gestão de acessos às mesmas, incluindo a abertura automática das portas mediante a utilização do cartão dos seus colaboradores, ou centralmente a partir do centro de comando.

Com exceção de algumas infraestruturas mais recentemente transferidas dos Municípios para a AdO, no caso do abastecimento de água, encontram-se integradas no sistema de telegestão a generalidade das instalações. Para além das funcionalidades referidas no parágrafo anterior, a automação implementada permite a racionalização dos custos de energia elétrica, mediante a parametrização de diferentes *set points* de acordo com os preços da energia elétrica nos diferentes períodos tarifários, o que potenciou poupanças significativas na fatura de energia elétrica nestas instalações no ano de 2011.

No que se refere a poupanças com a fatura de energia elétrica, a aquisição e instalação de uma dezena de unidades de baterias de condensadores e a parametrização da generalidade das unidades existentes, conduziram também a poupanças significativas nos custos com a energia reativa. Com vista à implementação de novas medidas de racionalização do consumo de energia, foi iniciada a análise energética a várias instalações quer de abastecimento de água, quer de saneamento de águas residuais, cujos resultados serão apresentados em 2012.

## Monitorização

### Monitorização da qualidade da água

Atendendo ao Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) aprovado pela ERSAR a AdO realizou todas as colheitas planeadas e avaliou, diariamente, os resultados comunicados pelo laboratório subcontratado.

Os dados provenientes do laboratório e recolhidos em campo foram introduzidos em ficheiros específicos para o efeito, com a correspondente verificação de cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos pela legislação em vigor e cumprimento geral do PCQA, nomeadamente em termos de número de análises realizadas.

Trimestralmente, foram preparados e enviados, a todas as entidades gestoras "em baixa" e à ARS-LVT, os resultados analíticos obtidos no âmbito deste plano, os quais são também disponibilizados na área reservada disponível no site da AdO.

### Monitorização da qualidade da água das ribeiras, lagoas e do mar

No âmbito da monitorização dos meios recetores, mais concretamente no que se refere ao preconizado nos Planos de Monitorização dos Emissários Submarinos da Foz do Arelho – zona de descarga, praias, rios afluentes e Lagoa de Óbidos; da Nazaré – zona de descarga, praias e rio Alcoa; de São Martinho do Porto – zona de descarga, Baía de São Martinho do Porto e rio Tornada e no Plano de Monitorização das Linhas de Água, efetuou-se o acompanhamento das campanhas de amostragem realizadas.

A AdO efetua também a monitorização do Meio Envoltivo de forma a avaliar o impacto ambiental decorrente da descarga das águas residuais tratadas nas suas instalações.

Foi também redefinida a estratégia de atuação nesta área, de forma a otimizar os recursos humanos e financeiros da AdO.

Foi executado o Plano de Monitorização de Meios Recetores relativo ao Ano Hidrológico 2010-2011 e foi aprovado, pela ARH, o plano relativo ao Ano Hidrológico 2011-2012, que se encontra em execução.

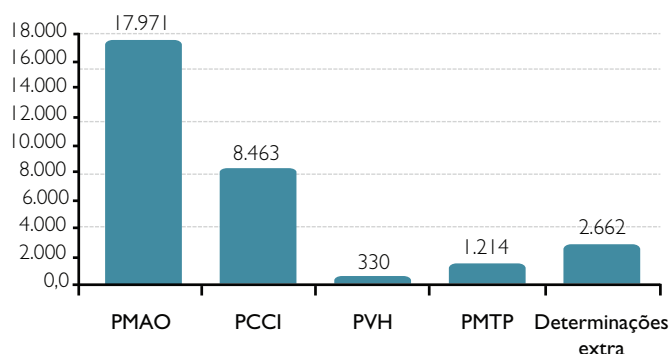
## Monitorização da qualidade da água – Controlo operacional

Ano e meio após a transferência do DSRE para o DEAG, da gestão da monitorização da qualidade da água de âmbito operacional e dos Técnicos de Colheita, conforme já referido anteriormente, este ano entendeu-se proceder a uma nova reorganização, no sentido de aumentar, ainda mais, a sinergia de conhecimentos associados às práticas laboratoriais e à uniformização de procedimentos. Desde junho, o laboratório de análises de águas de abastecimento passou a estar localizado no laboratório do edifício de exploração da ETAR de Torres Vedras.

O DEAG manteve, contudo, a responsabilidade na execução dos planos de monitorização internos, mantendo a filosofia que vinha seguindo, ou seja, efetuando avaliações periódicas ao conteúdo constante nos diversos planos de monitorização operacional. Foram portanto introduzidas alterações nos planos de controlo analítico, tendo em conta o histórico existente de todo o sistema de abastecimento para cada ponto de amostragem e um conhecimento mais aprofundado dos pontos críticos do sistema de abastecimento. Esta abordagem permitiu reduzir os custos com análises em cerca de 10,5%, sem que tal colocasse em causa a garantia da qualidade da monitorização.

No âmbito dos planos e programas de monitorização da qualidade da água de controlo operacional, foram realizadas um total 30.640 determinações analíticas, as quais se distribuíram pelos seguintes planos de controlo analítico operacional, a saber: Plano de Monitorização da Água na Origem (PMAO), Plano de Controlo de Corrosão e Incrustação (PCCI), Plano de Monitorização do Troço Principal de abastecimento de água Alcanhões - Óbidos/Sistema Norte (PMTP), Plano de Vigilância de água entregue (indiretamente) a clínicas de Hemodiálise (PVH).

### Número de determinações analíticas por plano de monitorização



No final do ano de 2011 e numa perspetiva de otimizar ainda mais os custos envolvidos na monitorização operacional da água de abastecimento, tendo em conta o facto do maior volume de água ter origem na Epal, Empresa que oferece à AdO todas as garantias no controlo da qualidade da água que fornece, voltou a reformular-se o plano de monitorização operacional de água na origem, tendo-se procedido à redução do número de análises associadas aos PE cuja origem de água é a Epal e cujas infraestruturas em "alta" da Águas do Oeste têm pouca expressão.

## Desenvolvimento das atividades associadas a Saúde e Segurança no Trabalho

O ano de 2011 foi crucial em termos de implementação e compreensão da cultura da segurança na Águas do Oeste.

Todo o trabalho, desenvolvido numa parceria reforçada entre os serviços de segurança e os serviços de medicina no trabalho, alicerçou-se num conjunto de atividades de formação (interna e externa), informação e sensibilização, acompanhada por práticas e procedimentos documentados e com a atribuição de novos equipamentos de proteção coletiva e individual.

A elaboração de diversos estudos para avaliação das condições de trabalho (como o ruído, a iluminância e atmosferas ATEX) constituiu também um marco importante.

Em 2011, concluíram-se ainda diversas análises de riscos (matrizes de perigos e riscos), incluindo de infraestruturas municipais visitadas pelos colaboradores da Águas do Oeste. Realizaram-se múltiplas reuniões com os diversos serviços da Empresa para análise dos resultados obtidos e das medidas de controlo propostas, e acompanharam-se as rotinas de todos os sistemas de abastecimento de água e do sistema de tratamento de águas residuais (para melhor perceção dos perigos a que se encontram sujeitos). Estas visitas permitiram ainda avaliar as condições ambientais da atividade da Empresa.

A aprovação das medidas de auto proteção (para as instalações com carácter permanente) por parte da ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil foi também um marco importante, que permitiu dotar a organização de mecanismos de atuação mediante a ocorrência de situações de risco.

A verificação das condições de segurança dos equipamentos de trabalho (DL 50/2005) constituiu também uma atividade marcante para a Águas do Oeste, mediante a qual foi possível fechar o ciclo de avaliação das condições de trabalho dos colaboradores.

Para finalizar, uma referência especial ao início, em 2011, do sistema de atribuição de Autorizações de Trabalho para a realização de tarefas com risco especial (trabalhos em altura e espaços confinados).

## Comunicação e Educação Ambiental

No decorrer do ano de 2011, a Águas do Oeste deu cumprimento às atividades previstas nos seus Planos de Comunicação e de Educação Ambiental, dando continuidade aos projetos desenvolvidas nos últimos anos.

Com o objetivo de consolidar a imagem do grupo Águas de Portugal e de potenciar a notoriedade da Empresa na região onde está inserida, a Águas do Oeste tem ao longo dos seus 10 anos de atividade, reforçado as relações com os seus *stakeholders* e com a comunidade.

O ano de 2011 foi assinalado com diversos momentos de comunicação, sendo de destacar a campanha desenvolvida com vista à divulgação dos 10 anos da atividade da Empresa. Apesar da limitação ao nível de recursos, associada à necessária redução orçamental, que não permitiu à Águas do Oeste apostar numa campanha publicitária de excelência, a Empresa não deixou por essa razão de desenvolver uma campanha institucional em torno do seu 10º aniversário, apostando numa nova imagem. As principais ações desenvolvidas nesse âmbito passaram pela conceção e desenvolvimento gráfico de diversos suportes de comunicação, acompanhados da criação de um logotipo com a marca dos 10 anos criado para o efeito. São exemplos a renovação da imagem do seu sítio da internet, a criação de uma *newsletter* eletrónica e o desenvolvimento de outros suportes de comunicação associados. Paralelamente a Águas do Oeste apostou na divulgação, junto dos órgãos de comunicação social, das principais atividades desenvolvidas ao longo dos 10 anos de atividade em prol do desenvolvimento sustentável da região onde está inserida. Ainda integrado nesta campanha, em 2011, foram desenvolvidos os conteúdos e o conceito gráfico de uma brochura comemorativa dos 10 anos da atividade da Águas do Oeste, cuja publicação se prevê para 2012.

Ao nível da comunicação, também a aposta nas campanhas de educação e sensibilização ambiental têm como objetivo, a par da consciencialização das populações para a importância ao nível da preservação dos recursos hídricos e do uso eficiente da água, dar a conhecer o papel relevante que a Águas do Oeste tem na gestão do ciclo urbano da água, com vista à garantia da qualidade da água fornecida e ao adequado tratamento das águas residuais, pelo que estas continuam a ser um dos pontos fortes da Empresa junto da população em geral.

Fazendo um balanço ao ano de 2011, podemos considerar que este foi um ano favorável para a Águas do Oeste no que concerne à sua imagem e divulgação da sua atividade, tendo sido monitorizados, nos principais órgãos de comunicação social, cerca de centena e meia de notícias com referência direta à atividade desenvolvida pela Empresa - de acordo com a análise de conteúdo à comunicação editorial, a Empresa obteve um índice de favorabilidade de 3,14, numa escala de 1 a 5. Apesar de algumas abordagens menos favoráveis à Empresa, nomeadamente as questões relacionadas com as dívidas dos municípios e a sua intenção de verem revistos os Contratos de Concessão com a Águas do Oeste, os restantes temas foram, de um modo geral, bastante positivos à Empresa e à atividade que desenvolve na região onde se insere.

No seu contacto com os *stakeholders* e com a comunidade em geral, em 2011 a Águas do Oeste apostou na comunicação *online*, através da disponibilização da informação no seu sítio da internet e da edição de uma *newsletter* eletrónica, onde divulgou as principais atividades e investimentos realizados pela Empresa. Este novo suporte de comunicação, editado pela primeira vez no dia em que a Empresa assinalou o seu 10º aniversário - 24 de janeiro de 2011 -, contou com mais quatro edições, divulgadas bimestralmente. Como complemento à *newsletter*, a Águas do Oeste divulgou, em julho, a edição nº 21 do seu boletim informativo "AdOnotícias".

Paralelamente, ao longo do ano, a Águas do Oeste assegurou internamente a assessoria de imprensa com os órgãos de comunicação social regionais e nacionais, quer através do envio de notas de imprensa e comunicados, quer de respostas às questões solicitadas pelos *media*, destacando-se pela positiva uma entrevista com o Presidente do Conselho de Administração dada ao jornal *Água & Ambiente*, as notícias veiculadas sobre os 10 anos da sua atividade e a divulgação das diversas ações de sensibilização realizadas pela Empresa no âmbito dos dias temáticos.

Em 2011, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, a Empresa não esteve praticamente presente em nenhum evento e/ou feira municipal, destacando-se apenas a sua presença numa pequena mostra empresarial, que teve lugar na freguesia onde está sedeadada.

Contudo, ao nível nacional, a Águas do Oeste marcou presença em alguns encontros, com diversas comunicações técnicas, nomeadamente no Seminário sobre o Uso Eficiente da Água, que teve lugar em Óbidos e que contou com a organização da Quercus e da Águas do Oeste, no Encontro Nacional de Entidades Gestoras - ENEG 2011, que teve lugar em Santarém, e nas II Jornadas de Engenharia da AdP, que decorreram em Lisboa. Em praticamente todos eles foram divulgados diversos materiais de sensibilização, produzidos internamente. Também no ENEG, integrado no *stand* da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., a Águas do Oeste esteve presente com o seu filme institucional.

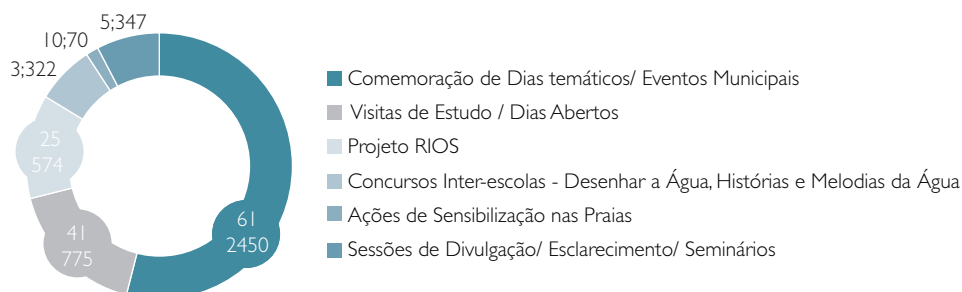
Outro reconhecimento externo pelo seu trabalho realizado, foi o facto de voltar a ser destacada em 2011 no *ranking* das 250 maiores Empresas do distrito de Leiria, aparecendo posicionada em 38º lugar. Paralelamente integrou também a listagem das "1.000 Maiores Empresas", vindo aí referida, a par com apenas mais 6 Empresas do grupo AdP, ocupando a 970ª posição no *ranking* nacional.

Tal como demonstram os dados constantes no capítulo 13 do presente relatório, comparativamente com anos anteriores, 2011 foi um ano com uma reduzida aposta ao nível da participação publicitária e de campanhas comerciais. Também a atribuição de patrocínios no âmbito da atividade da Empresa foi praticamente inexistente em 2011, tendo a Empresa aproveitado para rever a sua Política de Atribuição de Donativos e Patrocínios.

Ao nível da comunicação interna a Águas do Oeste divulgou em 2011 seis números do boletim "Notícias Internas", editados com uma periodicidade bimestral, uma publicação, em formato digital divulgada por e-mail, que tem por objetivo divulgar as principais notícias com interesse para os colaboradores da Empresa, quer no que se refere ao seu Sistema Integrado de Qualidade Ambiente e Segurança (SIQAS), a assuntos de pessoal (Recursos Humanos), a curiosidades e novidades sobre a atividade da Empresa, entre outros.

Paralelamente, integrado no SIQAS, a Empresa desenvolveu internamente diversos suportes de comunicação - ajudas visuais -, com vista à sensibilização dos trabalhadores para a proteção ambiental e pessoal, através da adoção de boas práticas ao nível do uso eficiente da água, da racionalização e redução dos consumos de energia, de água e de consumíveis diversos, da reciclagem de resíduos, da saúde e segurança no trabalho, entre outras. No que se refere às iniciativas no âmbito da educação ambiental, a Águas do Oeste continuou a desenvolver inúmeras ações de sensibilização dirigidas para diversos públicos-alvo, sempre com o objetivo de educar e sensibilizar para a sustentabilidade. No decorrer do ano de 2011, através das atividades previstas no seu Plano de Educação Ambiental (PEA), a Empresa realizou 152 ações de sensibilização ambiental, com o envolvimento de mais de 4.500 participantes.

### Ações de Sensibilização realizadas; Total de participantes envolvidos



O ano de 2011 destacou-se pela realização do seminário "O uso eficiente da água no setor residencial", organizado em parceria com a Quercus, que contou com a presença de mais de 60 participantes - entre autarcas e quadros técnicos municipais dos setores do ambiente, água e saneamento da região, projetistas, profissionais de saúde pública, investigadores universitários, estudantes e população em geral -. A iniciativa teve como objetivo, para além da divulgação das principais conclusões da implementação do projeto EcoCasa - Água na região pela Águas do Oeste, o debate em torno de duas temáticas: "Uso Eficiente da Água" e "Abastecimento de Água e Gestão da Procura".

Destaque também para as visitas de estudo às ETAR, que envolveram cerca de seis centenas de alunos dos ensinos básico e secundário e respetivos professores, assim como a realização de visitas técnicas, que contaram com a participação de diversas instituições, tais como a Administração Regional de Saúde, centros e escolas de formação regionais, entre outros, e a organização de “Dias Abertos às ETAR”, direcionados para a população em geral, que tiveram lugar associados às comemorações de diversos dias temáticos, envolvendo cerca de centena e meia de visitantes, e de diversas visitas a infraestruturas em operação com a presença de algumas forças vivas da região, como autarcas, membros de assembleias de freguesia e de associações de defesa de ambiente. Para além destas foram também realizadas visitas direcionadas para a população sénior de alguns centros de dia da região e para os utentes de centro de educação especial regional, sempre com o objetivo de mostrar os investimentos já concretizados e o correto funcionamento das infraestruturas visitadas.

Ainda integrado nas visitas às infraestruturas de saneamento da Águas do Oeste, e por forma a permitir a segurança de todos os que as visitam, no decorrer de 2011 foi feito um levantamento exaustivo de eventuais perigos e riscos existentes em algumas ETAR selecionadas para o efeito. Este projeto, integrado num trabalho mais extenso realizado internamente no âmbito da avaliação da exposição dos trabalhadores a agentes biológicos na atividade de tratamento de águas residuais, contou com o apoio da Direção Geral de Saúde e dos Agrupamentos de Saúde Pública regionais, tendo daí resultado a revisão do Regulamento de Visitas às Infraestruturas da Águas do Oeste (disponível em [www.aguasdoeste.pt](http://www.aguasdoeste.pt)) e a elaboração de folhetos informativos e de brochuras de sensibilização para a temática.

Considerando a mais-valia das visitas às suas infraestruturas, a Empresa tem implementado e melhorado ao longo dos anos da sua atividade um plano de ações com vista à sensibilização das populações locais, que lhe permite mostrar que, para além do importante papel que a Empresa tem no desenvolvimento sustentável da região, através da correta gestão do ciclo urbano da água, cada cidadão pode, também ele, contribuir para o equilíbrio ambiental, através da mudança de atitudes no seu dia-a-dia, nomeadamente, no que diz respeito, não só à preservação dos recursos hídricos da região, como também ao uso eficiente da água e à sua racionalização.

A par das visitas de estudo realizadas às ETAR, destacam-se também as ações desenvolvidas em parceria com os municípios, clientes e outros *stakeholders*, na sua maioria realizadas no âmbito das comemorações dos principais dias temáticos - como o Dia Mundial da Água, Dia Mundial do Ambiente, Dia Nacional da Água, entre outros -, iniciativas que contaram com o envolvimento direto de quase dois milhares e meio de crianças e jovens da região.

Ainda integrado no PEA da Empresa, e dando continuidade ao trabalho desenvolvido neste âmbito, em 2011, foram novamente realizados os concursos inter escolas junto dos alunos dos ensinos pré-escolar e básico da região que contaram com a participação de dez estabelecimentos de ensino da região.

Também a implementação do Projeto Rios na área de concessão da Empresa, através do acompanhamento das diversas equipas existentes, nas 25 saídas de campo realizadas no ano de 2011, quer com o apoio direto da Águas do Oeste, quer da Associação PATO e do Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras, ambos seus parceiros neste projeto, permitiram um forte contributo na sua implementação nacional, sensibilizando todos os envolvidos não só para a importância da preservação dos recursos hídricos, como para o importante contributo que a Águas do Oeste tem na melhoria da qualidade da água dos rios e ribeiras do Oeste, através do adequado tratamento que dá às águas residuais urbanas nas suas ETAR, e consequentemente o papel que a Empresa tem no desenvolvimento sustentável da região onde se insere, através da preocupação constante na melhoria do ambiente. O aumento do número de equipas que acompanhou em 2011, como coordenadora regional que é do Projeto Rios, permitiu um consequente aumento do número de linhas de água monitorizadas na sua área de concessão.

Para além destas iniciativas, muitas outras foram realizadas no decorrer do ano de 2011, de que são exemplo a participação em eventos temáticos diversos, com destaque para uma ação de formação direcionada para os reclusos do estabelecimento prisional de Alcoentre, as ações de sensibilização realizadas na praia da Nazaré, em parceria com o município no âmbito da Bandeira Azul da Europa, o apoio a diversos estabelecimentos de ensino da região no âmbito do projeto Eco Escolas e a participação da Empresa nos Eco Conselhos; apesar do envolvimento de diversos públicos-alvo, todas elas têm e terão sempre um objetivo comum – educar para a sustentabilidade através da sensibilização para a necessária preservação e poupança do bem essencial que é a água.

Como ferramentas fundamentais à implementação das atividades relacionadas com a comunicação e educação ambiental, a Águas do Oeste continua a apostar na divulgação e no desenvolvimento de materiais de sensibilização, novos ou já existentes, todos eles com um carácter didático-pedagógico produzidos internamente para o efeito. A esse nível destaca-se em 2011 a continuidade dada ao boletim infanto-juvenil “O Gotinhas” - agora apenas editado em formato digital -, nas suas edições temáticas de março, junho, outubro e dezembro, onde a água é, e será, sempre o tema principal.

## 7. Objetivos de Gestão

Os objetivos de Gestão fixados para a Águas do Oeste, S.A., para o ano de 2011, pelos Acionistas na Assembleia Geral de 17 de março de 2010, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no Quadro seguinte:

Objetivos de Gestão para o Ano de 2011				
Indicadores			Valor Fixado (1)	Valor Atingido
<b>INDICADORES FINANCEIROS – RENTABILIDADE E CRESCIMENTO</b>				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
1.	ROCE	(%)	100% (2)	2,514%
2.	EBITDA / Receitas	(%)	100% (2)	142%
<b>INDICADORES FINANCEIROS – EFICIÊNCIA</b>				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
3.	Custos com Pessoal / EBITDA	(%)	100% (2)	203%
4.1	Cash-Cost Abastecimento	(€/m <sup>3</sup> )	100% (2)	89%
4.2	Cash-Cost Saneamento	(€/m <sup>3</sup> )	100% (2)	105%
<b>INDICADORES FINANCEIROS – INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO</b>				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
5.	Investimento	(10 <sup>3</sup> €)	100% (2)	49%
<b>INDICADORES FINANCEIROS - PMR e PMP</b>				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
6.	Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	60	193
7.	Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	57	62
<b>INDICADORES DE SERVIÇO – QUALIDADE DO SERVIÇO</b>				
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objectivos nacionais no domínio do ambiente)				
8.	Volume de Atividade	(103 m <sup>3</sup> )	100% (2)	96%
9.1	Taxa de Cobertura de AA Potencial	(%)	99%	99%
9.2	Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	89%	87%
10.1	Qualidade da Água Fornecida	(%)	100%	100%
10.2	Cumprimento dos Parâmetros de Descarga	(%)	100%	99%
11.	Reforço da Eficiência Contratual	(%)	95%	86%
<b>Objetivos de Gestão para o Ano de 2011</b>				
Indicadores				
12.1	Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	3	1
12.2	Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100%	100%

Valor Fixado <sup>(1)</sup> – Valor fixado pela Assembleia Geral de 17 de março de 2010.

(2) – Indicadores calculados com base no OPT aprovado pelo Concedente em 24 de fevereiro de 2011.

Os valores de atingimento indicados encontram-se devidamente auditados, tendo sido obtido o valor 2,08 de atingimento global.

## 8. Perspetivas para o Futuro

Em 2012, a Águas do Oeste continuará a pautar a sua atividade no sentido de cumprir o estabelecido nos Contratos de Concessão e nos Contratos de Fornecimento e de Recolha, assim como nas orientações aprovadas pelos Acionistas para o Triénio 2010-2012.

As restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado, designadamente ao nível da capacidade para realizar o investimento previsto na concessão e do financiamento, bem como as reduções de custos de pessoal e de fornecimentos e serviços externos, não deixarão de condicionar a atividade da Empresa em 2012. Será feito um esforço grande no sentido de essas condicionantes não afetarem a qualidade do serviço prestado, não sendo posta em causa a garantia da qualidade da água fornecida.

No âmbito da atividade prevista para 2012 destaca-se:

- A realização dos trabalhos necessários para a apresentação ao Concedente, após aprovação pelos Acionistas, da revisão do contrato de concessão;

- A continuação dos esforços para que seja permitido à Águas do Oeste o início do fornecimento de água a todos os pontos de entrega, e nas condições previstas no contrato de concessão e nos contratos de fornecimento;
- A continuação na introdução de alterações na exploração de alguns sistemas de abastecimento com o objetivo de aumentar a quantidade de água fornecida com origem da Epal em detrimento da proveniente de captações próprias;
- A manutenção do cumprimento integral do Plano de Controlo de Qualidade da Água e dos restantes planos de monitorização associados ao abastecimento de água;
- A melhoria contínua do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e do serviço prestado, otimizando os recursos disponíveis, designadamente a telegestão, numa perspetiva de aumento da eficiência e de controlo e redução de custos;
- A continuação do trabalho desenvolvido para a obtenção das licenças de descarga de águas residuais, de forma a eliminar as situações de licenças ainda não emitidas;
- O desenvolvimento das empreitadas de recolha e tratamento de águas residuais, com o respetivo aumento do número de infraestruturas em exploração e da população abrangida;
- A manutenção da Certificação em Qualidade e o alargamento das infraestruturas abrangidas pela Certificação em Ambiente;
- A continuação da melhoria do desempenho da Empresa na vertente de Segurança, e o alargamento das infraestruturas abrangidas pela Certificação em Segurança;
- A aplicação do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança (SIQAS);
- O desenvolvimento dos sistemas de informação e de telegestão;
- A aplicação da matriz de indicadores de desempenho;
- A obtenção da prestação final de capital social já chamado e ainda não realizado;
- A elaboração dos relatórios finais das Candidaturas ao Fundo de Coesão, Grupo de Projetos de Saneamento, FC 2004/PT/16/C/PE/006 - "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste (2º Grupo de Projetos de Saneamento)" e FC 2004/PT/16/C/PE/008 - "Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste (3ª Fase – Abastecimento de Água)";
- A continuação da implementação de mecanismos que visem garantir a sustentação económica da Empresa e seu adequado controlo financeiro;
- O apoio ao desenvolvimento dos estudos técnicos e de viabilidade económica e financeira, no âmbito da parceria para a "baixa", nos termos do que for solicitado pelos municípios Acionistas e pela AdP.

## 9. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Não existem factos relevantes para além dos referidos no anexo às contas.

## 10. Sucursais da Sociedade

A Sociedade não tem qualquer sucursal.

## 11. Considerações Finais

A Águas do Oeste agradece a colaboração prestada pelo Concedente, através dos titulares das pastas do Ambiente e do Ordenamento do Território e, atualmente, da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

A Águas do Oeste agradece, ainda, toda a colaboração prestada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, em particular ao seu Conselho Diretivo.

Aos municípios Acionistas, à Águas de Portugal e à Comunidade Intermunicipal do Oeste agradecemos a disponibilidade e o apoio manifestado na persecução da Missão e dos objetivos da Empresa.

Os agradecimentos são extensivos à Mesa da Assembleia Geral, ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor.

Um agradecimento especial para todos os colaboradores da Empresa que, num quadro difícil, contribuíram para os resultados obtidos.

## 12. Proposta de Aplicação de Resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2011 conduzem a um Resultado Líquido positivo de €395.800,67.

Propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

Reservas Legais.....€19.790,03

Resultados Transitados.....€376.010,64.

## 13. Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Águas do Oeste, S.A. era, em 31 de dezembro de 2011, integralmente detido pelos Acionistas que constam do Quadro seguinte.

Acionista	Nº Ações (Classe A)			Capital Subscrito			% Capital Detido		
	1º Fase	2º Fase	Total	1º Fase	2º Fase	Total	1º Fase	2º Fase	Total
AdP- Águas de Portugal	510.000	2.550.000	3.060.000	2.550.000	12.750.000	15.300.000	51,00%	51,00%	51,00%
Oeste CIM	1.000	0	1.000	5.000	0	5.000	0,10%	0,00%	0,02%
Município de Alcobaça	141.769	166.269	308.038	708.845	831.345	1.540.190	14,18%	3,33%	5,13%
Município de Alenquer	1.000	339.534	340.534	5.000	1.697.670	1.702.670	0,10%	6,79%	5,68%
Município de A. Vinhos	1.000	86.933	87.933	5.000	434.665	439.665	0,10%	1,74%	1,47%
Município de Azambuja	1.000	355.977	356.977	5.000	1.779.885	1.784.885	0,10%	7,12%	5,95%
Município do Bombarral	36.970	55.470	92.440	184.850	277.350	462.200	3,70%	1,11%	1,54%
Município do Cadaval	42.192	50.854	93.046	210.960	254.270	465.230	4,22%	1,02%	1,55%
Município de Caldas da Rainha	210.268	0	210.268	1.051.340	0	1.051.340	21,03%	0,00%	3,50%
Município da Lourinhã	4.876	236.507	241.383	24.380	1.182.535	1.206.915	0,49%	4,73%	4,02%
Município da Nazaré	1.000	92.701	93.701	5.000	463.505	468.505	0,10%	1,85%	1,56%
Município de Óbidos	44.925	55.361	100.286	224.625	276.805	501.430	4,49%	1,11%	1,67%
Município de Peniche	1.000	131.137	132.137	5.000	655.685	660.685	0,10%	2,62%	2,20%
Município de Rio Maior	1.000	156.964	157.964	5.000	784.820	789.820	0,10%	3,14%	2,63%
Município de S.Mte Agraço	1.000	63.982	64.982	5.000	319.910	324.910	0,10%	1,28%	1,08%
Município de T.Vedras	1.000	658.311	659.311	5.000	3.291.555	3.296.555	0,10%	13,17%	10,99%
	<b>1.000.000</b>	<b>5.000.000</b>	<b>6.000.000</b>	<b>5.000.000</b>	<b>25.000.000</b>	<b>30.000.000</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>



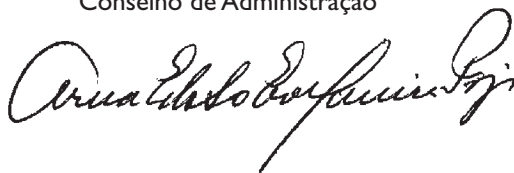
Em cumprimento do disposto no nº4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o Acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.060.000 de ações com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), correspondentes a 51,00% do Capital Social da Águas do Oeste, S.A.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2011:

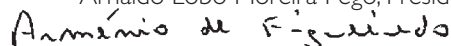
- A Sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

Gaeiras, 20 de fevereiro de 2012

Conselho de Administração



Arnaldo Lobo Moreira Pêgo, Presidente



Arménio de Figueiredo, Administrador-Delegado



José Manuel Leitão Sardinha, Vogal



Fernando José da Costa, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Vogal



Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Vogal



Com um investimento superior a 160 milhões de euros nos últimos 10 anos de atividade, a Águas do Oeste opera 70 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) das 73 previstas, 126 estações elevatórias e cerca de 450 km de coletores de águas residuais nos 14 municípios abrangidos pela sua concessão.

O investimento realizado ao nível do saneamento de águas residuais permitiu que a empresa contribuisse significativamente para um aumento no nível de atendimento. A Águas do Oeste tem também monitorizado ao longo dos anos, de forma constante e rigorosa, as águas residuais tratadas descarregadas no meio recetor, assim como as zonas de descarga de efluentes tratados, sempre garantindo a qualidade do serviço prestado aos seus clientes e a proteção dos recursos hídricos da região.

# C - Contas do Exercício de 2011

## I. Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A., submeter à apreciação da Assembleia Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano de 2011.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstrações da Posição Financeira;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração do Rendimento Integral;
- Demonstração das Variações do Capital Próprio;
- Demonstração e Anexo dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório os seguintes Anexos:

- Notas às Demonstrações Financeiras

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos Acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Certificação Legal de Contas;



## Demonstração da posição financeira

Unidade: euros

Ativo	Notas	31.12.2011 IFRS	31.12.2010 IFRS
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	6	233.777.150,99	248.962.014,45
Ativos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros	7	6.502.943,34	5.327.455,71
Impostos diferidos ativos	8	4.309.139,54	6.219.303,50
Clientes e outros ativos não correntes	10	2.043.214,01	
<b>Total dos ativos não correntes</b>		<b>246.632.447,88</b>	<b>260.508.773,66</b>
Ativos correntes			
Inventários	9	49.320,29	58.422,59
Clientes	10	33.383.231,27	22.976.608,09
Estado e outros entes públicos	11	298.429,46	124.492,31
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	184.004,92	112.890,89
Outros ativos correntes	12	22.174.302,81	24.618.990,78
Caixa e seus equivalentes	13	1.314.949,64	180.661,83
<b>Total dos ativos correntes</b>		<b>57.404.238,39</b>	<b>48.072.066,49</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>304.036.686,27</b>	<b>308.580.840,15</b>
Capital Próprio dos Acionistas maioritários			
Capital Social	14	29.733.969,60	29.733.969,60
Reservas e outros ajustamentos	14	77.730,88	77.730,88
Resultados transitados	14	(6.650.558,35)	(5.869.934,41)
Resultado Líquido do exercício		395.800,67	(780.623,94)
<b>Total dos capitais próprios</b>		<b>23.556.942,80</b>	<b>23.161.142,13</b>
Passivos não correntes			
Provisões		-	-
Empréstimos	15	114.949.923,88	116.237.064,14
Fornecedores e outros passivos não correntes	16	12.300.929,92	13.099.213,53
Impostos diferidos passivos	8	2.882.708,15	5.088.309,26
Acréscimos de custos de investimento contratual	17	9.568.303,36	19.081.042,18
Subsídios ao Investimento	18	103.958.720,04	106.631.832,75
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>243.660.585,35</b>	<b>260.137.461,86</b>
Passivos Correntes			
Empréstimos	15	27.027.791,79	17.842.928,17
Fornecedores	19	5.010.514,08	4.700.122,54
Outros passivos correntes	20	4.398.053,84	2.108.613,04
Estado e outros entes públicos	11	382.798,41	630.572,41
Imposto sobre o rendimento do exercício	21		
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>36.819.158,12</b>	<b>25.282.236,16</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>280.479.743,47</b>	<b>285.419.698,02</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>304.036.686,27</b>	<b>308.580.840,15</b>

## Demonstração dos resultados

Unidade: euros

	Notas	31.12.2011 IFRS	31.12.2010 IFRS
Vendas	22	23.318.972,02	16.678.909,00
Prestação de Serviços	22	10.415.686,46	9.547.840,95
Volume de negócios		33.734.658,48	26.226.749,95
Custo das vendas	23	(11.216.857,14)	(7.656.864,51)
Margem bruta		22.517.801,34	18.569.885,44
Fornecimentos e serviços externos	24	(9.318.065,34)	(9.150.705,55)
Gastos com o Pessoal	25	(2.776.651,67)	(3.045.710,30)
Amortizações, Depreciações e Reversões	26	(11.864.710,53)	(9.427.862,82)
Provisões, Ajustamentos e Reversões		-	-
Subsídios ao Investimento	19	4.699.533,54	3.805.777,66
Outros gastos e perdas operacionais	27	(338.368,51)	(410.825,62)
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	28	482.178,97	339.575,23
<b>Resultados operacionais</b>		<b>3.401.717,80</b>	<b>680.134,04</b>
Gastos financeiros	29	(5.088.193,58)	(3.569.606,25)
Rendimentos financeiros	30	1.800.074,69	993.308,07
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros			
<b>Resultados financeiros</b>		<b>(3.288.118,89)</b>	<b>(2.576.298,18)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>113.598,91</b>	<b>(1.896.164,14)</b>
Imposto do exercício	21	(13.235,39)	(15.454,04)
Imposto diferido	8 e 21	295.437,15	1.130.994,24
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>395.800,67</b>	<b>(780.623,94)</b>
<b>Rendimento Integral</b>		<b>395.800,67</b>	<b>(780.623,94)</b>
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	<b>14</b>	<b>0,07</b>	<b>(0,13)</b>
<b>Rendimento Integral por ação (básico e diluído)</b>	<b>14</b>	<b>0,07</b>	<b>(0,13)</b>

## Demonstração das variações do capital próprio

Unidade: euros

		Capital Social	Reserva Legal	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2010	IFRS	29.733.969,60	77.730,88	(5.869.934,41)	(780.623,94)	23.161.142,13
Aplicação do Res. Líquido do Exercício				(780.623,94)	780.623,94	-
Realização de Capital Social						-
Dividendos pagos						-
Resultado Líquido do Exercício					395.800,67	395.800,67
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>IFRS</b>	<b>29.733.969,60</b>	<b>77.730,88</b>	<b>(6.650.558,35)</b>	<b>395.800,67</b>	<b>23.556.942,80</b>

## Demonstração dos fluxos de caixa

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de Clientes	24.371.152,71	21.765.698,42
Pagamentos a Fornecedores	(20.393.620,42)	(19.407.994,95)
Pagamentos ao pessoal	(1.887.479,62)	(3.264.353,80)
Pagamento de IRC	(103.672,54)	(37.196,97)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	(713.305,79)	1.415.344,23
	<b>1.273.074,34</b>	<b>471.496,93</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Recebimentos de Investimentos Financeiros	0,00	0,00
Recebimentos de Ativos Fixos Tangíveis	0,00	0,00
Recebimentos de Ativos Fixos Intangíveis	0,00	0,00
Recebimentos de Subsídios de Investimento	5.753.132,42	11.511.066,42
Recebimentos de juros e proveitos similares	113.076,56	41.595,88
Pagamentos de Investimentos Financeiros	(1.172.487,63)	(965.841,48)
Pagamentos de Direitos de Utilização	(6.924.917,98)	(18.771.234,46)
Pagamentos de Ativos Fixos Intangíveis	0,00	0,00
	<b>(2.231.196,63)</b>	<b>(8.184.413,64)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos de empréstimos obtidos	22.014.610,00	32.935.725,00
Recebimentos de realizações de capital	0,00	1.174.724,10
Pagamentos de empréstimos obtidos	(15.449.099,29)	(17.245.235,00)
Pagamentos de juros e gastos similares	(5.756.763,52)	(4.633.230,14)
Pagamentos de dividendos	0,00	0,00
	<b>808.747,19</b>	<b>12.231.983,96</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(149.375,10)</b>	<b>4.519.067,25</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	71.468,66	(4.447.598,59)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<b>(77.906,44)</b>	71.468,66
	<b>(149.375,10)</b>	<b>4.519.067,25</b>

## Decomposição de caixa e seus equivalentes

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Caixa	159.258,95	5.845,42
Depósitos à ordem	1.155.690,69	174.816,41
Depósitos a prazo	0,00	0,00
	<b>1.314.949,64</b>	<b>180.661,83</b>
Descobertos Bancários	(1.392.856,08)	(109.193,17)
	<b>(77.906,44)</b>	71.468,66

## Notas às demonstrações financeiras

### I. Atividade económica da Águas do Oeste, S.A.

#### I.1 Introdução

A Águas do Oeste, S.A. (adiante designada também por Águas do Oeste ou Empresa ou Sociedade) com um capital social de 30.000.000 Euros, foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, tendo a sua sede social no Convento de São Miguel das Gaeiras, 2510-718 Gaeiras. A Águas do Oeste, tem como atividade principal a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste.

#### I.2 Atividade

A estrutura Acionista da Águas do Oeste é composta pela Empresa AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., pela Comunidade Intermunicipal do Oeste e pelos municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço, e Torres Vedras.

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos a "...exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste...". Tendo por base um Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português em 24 de janeiro de 2001, foi atribuída à Empresa, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste, pelo prazo de 30 anos. Contudo, no aditamento ao Contrato ao Contrato de Concessão entre o Estado Português a Águas do Oeste, S.A., celebrado em 19 de dezembro de 2003, foi estabelecida a prorrogação do prazo de concessão até ao final do ano de 2035.

#### I.3 Acionistas

São Acionistas da Águas do Oeste a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (51% do Capital Social), a Comunidade Intermunicipal do Oeste (0,02%), o município de Alcobaça (5,13%), município de Alenquer (5,68%), município de Arruda dos Vinhos (1,47%), município de Azambuja (5,95%), município de Bombarral (1,54%), município de Cadaval (1,55%), município de Caldas da Rainha (3,50%), município de Lourinhã (4,02%), município de Nazaré (1,56%), município de Óbidos (1,67%), município de Peniche (2,20%), município de Rio Maior (2,63%), município de Sobral de Monte Agraço (1,08%), e o município de Torres Vedras (10,99%).

#### I.4 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 16 de fevereiro de 2012.

## 2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

## 2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Oeste foram preparadas segundo a convenção do gasto histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

### 2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Durante o exercício de 2011 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, para os exercícios com início em 1 de janeiro de 2011 já endossadas pela União Europeia:

- IAS 24, Divulgação de partes relacionadas, clarifica a definição de partes relacionadas. Esta norma não teve impacto na posição financeira ou nos resultados da Empresa.
- IAS 32, Instrumentos financeiros: divulgações, alterações relacionadas com a forma como devem ser contabilizados certos direitos quando os instrumentos emitidos são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente; Regulamento 1293/09, de 23 de dezembro. Sem relevância para a Águas do Oeste.
- IFRS 1 (Alteração), Adoção pela primeira vez das IFRS, isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7. Esta alteração permite que as entidades que adotem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de dezembro de 2009. Sem relevância para a Águas do Oeste.
- IFRIC 14, Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo. Se um determinado plano de benefícios definidos estiver sujeito a um requisito de financiamento mínimo, a emenda à IFRIC 14 determina que o pagamento seja tratado, como qualquer outro pré-pagamento, como se fosse um ativo. Regulamento 633/10, de 19 de julho. Sem relevância para a Águas do Oeste.
- IFRIC 19, Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio, a IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objetivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num *Equity Swap* devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam direta ou indiretamente proprietários atuando como tal. Sem relevância para a Águas do Oeste.

Melhoramentos introduzidos pelo IASB durante o ano (Regulamento 149/11, de 18 de fevereiro):

- IFRS 1, alterações de políticas contabilísticas no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras; uso de base de reavaliação como gasto considerado pode ser aplicável ao período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS; uso do gasto considerado para as operações sujeitas a taxa regulamentada. Sem relevância para a Águas do Oeste.
- IFRS 3, requisitos de transição para retribuições contingentes a partir de uma concentração de atividades que ocorreu antes da data efetiva da IFRS 3 (revista em 2008); alteração na definição para mensuração dos interesses que não controlam; pagamentos de prémios com base em ações – prémios de substituição e prémios não substituíveis. IAS 32, alterações que resultam das emendas na IFRS 3 introduzidas pelos Melhoramentos (contratos de retribuição contingente). IAS 39, alterações que resultam das emendas na IFRS 3 introduzidas pelos Melhoramentos (contratos de retribuição contingente). Sem relevância para a Águas do Oeste.
- IFRS 7, clarificação de algumas divulgações. O objetivo da alteração à IFRS 7 é dar clareza na interação entre a divulgação qualitativa e quantitativa da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros. A principal mudança refere-se à exigência,



em adição à descrição das garantias colaterais detidas como segurança, de fornecer uma descrição dos respetivos efeitos financeiros em relação à quantidade de exposição máxima ao risco de crédito. Sem relevância para a Águas do Oeste.

- IAS 1, clarificação da demonstração de alterações no capital próprio (DACP). Entre as alterações destaca-se a necessidade de incluir, ou na DACP ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais incluídos na DACP para cada componente do capital próprio. Sem relevância para a Águas do Oeste.
- IAS 21, IAS 28 e IAS 31, requisitos de transição para as emendas resultantes da IAS 27 (conforme emendada em 2008). As emendas esclarecem que as “alterações consequentes” devem ser aplicadas prospectivamente. Sem relevância para a Águas do Oeste.
- IAS 34, eventos e transações significativos. O objetivo da alteração é o de emendar a IAS 34 para colocar maior ênfase nos princípios (eventos transações significativas, informações atualizadas) e incluem exemplos adicionais relativos a requisitos de divulgação mais recente. Sem relevância para a Águas do Oeste.
- IFRIC 13, alterações na definição do justo valor dos créditos de prémio. Sem relevância para a Águas do Oeste.

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor:

- IFRS 7, Instrumentos financeiros (divulgações), alterações que visam ajudar os utentes das demonstrações financeiras a avaliar melhor as exposições ao risco relacionadas com as transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos na posição financeira de uma entidade. O objetivo das emendas é promover a transparência na divulgação das operações de transferência, em particular quando envolvem a titularização de ativos financeiros. Regulamento 1205/11, de 22 de novembro. Alterações com eficácia a partir de 01 de janeiro de 2012 (obrigatória para períodos com início em 30 de junho de 2011).

Novas normas, alterações e interpretações emitidas, para os exercícios com início em 1 de janeiro de 2011 ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 1, (Emenda), adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, moeda funcional em economia hiperinflacionária.
- IFRS 9, Instrumentos financeiros, Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.
- IFRS 10, Demonstrações Financeiras Consolidadas, novo conceito de controlo.
- IFRS 11, Empreendimentos Conjuntos, novo conceito de controlo.
- IFRS 12, Divulgação de Participações em Outras Entidades, estabelece um nível mínimo de divulgações.
- IFRS 13, Mensuração do Justo valor, orientações na mensuração do justo valor.
- IAS 1 (Emenda), Apresentação de Demonstrações Financeiras, altera a agregação dos itens apresentados na demonstração do rendimento integral.
- IAS 12, Impostos sobre o Rendimento, clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor
- IAS 19 (Revista), Benefícios dos Empregados, eliminação da opção de diferir ganhos e perdas atuariais pelo método do corredor; novas divulgações; reconhecimento de benefícios de cessação de emprego; distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo.
- IAS 27 (revista em 2011), Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, tratamento contabilístico de subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.
- IAS 28, Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial às entidades conjuntamente controladas.

## 2.2 Conversão cambial

### 2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Águas do Oeste, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Águas do Oeste e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

## 2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas do Oeste de elementos não monetários valorizados ao gasto histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

À data de 31 de dezembro de 2011 a Águas do Oeste não dispunha de transações em moedas diferentes do euro.

## 2.3 Atividade regulada

### 2.3.1 Introdução

A Águas do Oeste, S.A., enquanto Empresa gestora de SMM (sistemas multimunicipais) atua no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das Empresas está no escrutínio que a entidade Reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de maio, e DL 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas Empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder Concedente, mediante o parecer do Regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Águas do Oeste, S.A. com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às Empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma Empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: **(i)** um órgão credenciado (por exemplo, o Regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e **(ii)** o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar gastos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Águas do Oeste é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma Empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o Regulador permitir a recuperação de gastos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do Regulador; **(i)** uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um gasto anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; **(ii)** uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de gastos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu gasto (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo Regulador em períodos subsequentes.

### 2.3.2 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria.

Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas do Oeste, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

## 2.4 Atividade concessionada – IFRIC 12

### 2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas do Oeste presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a Empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a Empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A Empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A Empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do Concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Concedente pelos serviços de construção; o Concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o Concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

## 2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Águas do Oeste assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das Empresas do grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do Concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Águas do Oeste como concessionária de SMM classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo Regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

## 2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do Regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisto (OPT 2012)	Número de anos da concessão (OPT 2012)	Taxa média de amortização do ano de 2011
298.665.598,00	35	317.083.555,33	35	4,53%

## 2.4.4 Valor Residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

## 2.4.5 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. A Águas do Oeste na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário,

transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Águas do Oeste, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente e escrutinadas pelo Regulador.

## 2.5 Ativos intangíveis

### 2.5.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.3.2.

### 2.5.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de gasto líquido de amortizações acumuladas. Estas rúbricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os gastos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

## 2.6 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os gastos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: **(i)** expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou **(ii)** o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

### 2.6.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Águas do Oeste são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas do Oeste classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i)** empréstimos e contas a receber; **ii)** investimentos detidos até à maturidade; **iii)** investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); **iv)** ativos financeiros disponíveis para venda.

#### 2.6.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: **(i)** ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efetuados nas Empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo gasto amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas do Oeste não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

### 2.6.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas do Oeste tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao gasto amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade

### 2.6.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: **(i)** os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; **(ii)** os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

### 2.6.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: **(i)** a Empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado; **(ii)** são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou **(iii)** não se enquadram nas categorias acima referidas. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento individual os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a gastos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda, sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente nos capital próprio, na rubrica de "Reserva de justo valor", até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos instrumentos de capital um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do gasto é determinante para determinar a existência de imparidade.

Os instrumentos de capital que não sejam participações em Empresas filiais, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39. Caso não exista valor de mercado, estes ativos são mantidos ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

## 2.6.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

### 2.6.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

### 2.6.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de gastos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao gasto amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de gastos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Águas do Oeste possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

### 2.6.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor; e subsequentemente são registados ao gasto amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

## 2.7 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela Águas do Oeste, no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao gasto amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

## 2.8 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do gasto de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o gasto médio.

## 2.9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

## 2.10 Imparidade

### 2.10.1 Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade, quando existem indicadores objetivos que a Águas do Oeste, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** incumprimento há mais de 3 meses; **(iii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iv)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

## 2.10.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas do Oeste, são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados anualmente para o Regulador do setor. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Águas do Oeste. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

### Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

### Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 2.11 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.



## 2.12 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Oeste cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

## 2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas do Oeste divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um efluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de efluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um efluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

## 2.14 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias, exceto quando a Águas do Oeste, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 2.15 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.4.5-Rédito, as Empresas concessionárias e reguladas, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente e escrutinadas pelo Regulador. O rédito é reconhecido como segue:

### 2.15.1 Prestação de serviços

#### Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

#### Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

### 2.15.2 Venda de bens

#### Atividade regulada - Serviços em “alta” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

### 2.15.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

## 2.16 Trabalhos para a própria Empresa

Nesta rúbrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/ construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

## 2.17 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

## 2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

### 3. Políticas de gestão do risco financeiro

#### 3.1 Fatores de risco

As atividades da Águas do Oeste, S.A. estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

#### 3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas do Oeste. A Empresa, está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados (a entidades estatais - municípios).

No entanto dada a situação económica e financeira particular do país no último ano, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver nota 10 - clientes).

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de incobrabilidade junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida (ver nota 45 eventos subsequentes, Dívidas das autarquias locais ao setor da água, saneamento e resíduos - Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro, Orçamento de Estado para 2012).

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Oeste, ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2011, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

	Unidade: euros
<b>Ativos financeiros bancários</b>	<b>31.12.2011</b>
Depósitos à ordem	1.155.690,69
Fundo de reconstituição do capital	6.502.943,34
	<b>7.658.634,03</b>

Em depósitos à ordem, está cativo o montante de 629.794,18 a favor de terceiros, que resulta de situações em que a Águas do Oeste, por razões que estão na dependência do credor, não pode pagar ou incorre no risco de pagar à entidade incorreta, são exemplo as situações de insolvência e penhoras. Nestas condições, a Águas do Oeste efetuou a consignação dos valores num depósito específico até cumprimento das obrigações do credor, informando o credor desta operação.

	Unidade: euros
<b>Rating</b>	<b>31.12.2011</b>
Ba2 (Moody's)	7.658.634,03
	<b>7.658.634,03</b>

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2011

### 3.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Oeste, pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas do Oeste, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Oeste, por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Unidade: euros

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	14.299.245,71	9.772.410,00	105.891.900,00
Fornecedores e outros passivos	5.010.514,08	2.836.907,38	9.464.022,54

### 3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Águas do Oeste, advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Oeste, ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Oeste, ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associada à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e conseqüentemente o desvio tarifário.

Unidade: euros

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro		31.12.2011	31.12.2010
Juros suportados	Real	1.903.006,09	828.144,53
Juros suportados	tx média + 1%	2.412.601,40	1.341.637,97
Juros suportados	tx média - 1%	1.393.410,78	314.651,09

### 3.5 Risco de Capital

O objetivo da Águas do Oeste em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o gasto de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do grupo, com uma remuneração adequada aos Acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Oeste, é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos ao investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do gasto médio de capital.

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos não correntes	114.949.923,88	116.237.064,14
Empréstimos correntes	27.027.791,79	17.842.928,17
Disponibilidades	(1.314.949,64)	(180.661,83)
Dívida	140.662.766,03	133.899.330,48
Subsídios ao Investimento	2.882.708,15	5.088.309,26
Total do capital próprio	23.556.942,80	23.161.142,13
Capital	167.102.416,98	162.148.781,87
Dívida/total do capital	0,84	0,83

### 3.6 Risco regulatório

Como prestador de um serviço público, a Águas do Oeste, opera num ambiente altamente regulado. O Regulador - ERSAR - mandatado pelo Governo, regula, entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. Na tentativa de balancear o interesse público no que concerne ao adequado acesso aos serviços prestados e o próprio interesse em gerar resultados que satisfaçam e remunerem o capital investido dos nossos Acionistas, o Regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

## 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Oeste são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### 4.1 Provisões

A Águas do Oeste, analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Oeste, é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de efluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

### 4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Oeste, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o gasto de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas do Oeste. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas do Oeste, os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Empresa, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Oeste, S.A., não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas do Oeste.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

Unidade: euros

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de Balanço a 31.12.2011
Ativos intangíveis	-	-	-	233.777.150,99	233.777.150,99
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	6.502.943,34	-	6.502.943,34	-	6.502.943,34
Impostos diferidos Ativos	-	-	-	4.309.139,54	4.309.139,54
Clientes e outros Ativos não correntes	2.043.214,01	-	2.043.214,01	-	2.043.214,01
Inventários	-	-	-	49.320,29	49.320,29
Clientes	33.383.231,27	-	33.383.231,27	-	33.383.231,27
Estado e outros entes públicos	-	-	-	298.429,46	298.429,46
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	184.004,92	184.004,92
Fundo de Coesão a receber	20.201.463,26	-	20.201.463,26	-	20.201.463,26
Outros Ativos correntes	1.972.839,55	-	1.972.839,55	-	1.972.839,55
Caixa e seus equivalentes	1.314.949,64	-	1.314.949,64	-	1.314.949,64
<b>Total do ativo</b>	<b>65.418.641,07</b>	<b>-</b>	<b>65.418.641,07</b>	<b>238.618.045,20</b>	<b>304.036.686,27</b>
Provisões	-	-	-	-	-
Empréstimos não correntes	-	114.949.923,88	114.949.923,88	-	114.949.923,88
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	12.300.929,92	12.300.929,92	-	12.300.929,92
Acréscimos de custos do investimento contratual	-	-	-	-	-
Impostos Diferidos Passivos	-	-	-	2.882.708,15	2.882.708,15
Amortizações de Investimento Futuro	-	-	-	9.568.303,36	9.568.303,36
Subsídios ao investimento	-	-	-	103.958.720,04	103.958.720,04
Empréstimos correntes	-	27.027.791,79	27.027.791,79	-	27.027.791,79
Fornecedores	-	5.010.514,08	5.010.514,08	-	5.010.514,08
Outros passivos correntes	-	-	-	4.398.053,84	4.398.053,84
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-	382.798,41	382.798,41
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>159.289.159,67</b>	<b>159.289.159,67</b>	<b>121.190.583,80</b>	<b>280.479.743,47</b>

## 6. Ativos Intangíveis

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Despesas de Desenvolvimento	278.374,88	289.514,42
Propriedade industrial e outros direitos	33.142,21	34.661,04
Outros Ativos Intangíveis	4.352.805,76	4.534.361,07
Direitos de Utilização de Infra-estruturas	197.078.009,47	218.131.350,24
Ativos intangíveis em curso	32.034.818,67	25.972.127,68
	<b>233.777.150,99</b>	<b>248.962.014,45</b>

### 6.1 Movimentos do período

Unidade: euros

Valor Bruto	31.12.2010	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31.12.2011
Despesas de Desenvolvimento	328.540,00					328.540,00
Propriedade industrial e outros direitos	39.250,09					39.250,09
Outros Ativos Intangíveis	4.869.553,01					4.869.553,01
Direitos de Utilização de Infra-estruturas	236.929.029,06	98.394,90			31.500,00	237.058.923,96
Ativos intangíveis em curso	25.972.127,68	6.094.190,99			(31.500,00)	32.034.818,67
	<b>268.138.499,84</b>	<b>6.192.585,89</b>	-	-	-	<b>274.331.085,73</b>
<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates</b>	<b>Alienações</b>	<b>Transferências</b>	<b>31.12.2011</b>
Despesas de Desenvolvimento	(39.025,58)	(11.139,54)				(50.165,12)
Propriedade industrial e outros direitos	(4.589,05)	(1.518,83)				(6.107,88)
Outros Ativos Intangíveis	(335.191,94)	(181.555,31)				(516.747,25)
Direitos de Utilização de Infra-estruturas	(18.797.678,82)	(9.443.038,67)			(11.740.197,00)	(39.980.914,49)
	<b>(19.176.485,39)</b>	<b>(9.637.252,35)</b>	-	-	(11.740.197,00)	<b>(40.553.934,74)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>248.962.014,45</b>				<b>(23.480.394,00)</b>	<b>233.777.150,99</b>

No que respeita aos intangíveis em curso salientam-se os de maior valor:

- Empreitada de Conceção/ Construção/ Remodelação ETAR do Carregado, ETAR de Alenquer (Lote A), ETAR da Nazaré (Lote B), ETAR de Pontes de Monfálim (Lote C), ETAR de São João da Ribeira/ Ribeira de São João e ETAR de Azambujeira (Lote D), ETAR de A-dos-Arcos (Lote E) e ETAR de Vale da Borra (Lote F), no valor de 1.151.55,00 euros.
- Empreitada de Execução do Sistema de Intercetores, Emissários, Estações Elevatórias e Conduitas Elevatórias - Candidaturas FC2000/PT/16/C/PE/001 e FC2004/PT/16/C/PE/006 no valor de 1.024.334,00 euros.
- Empreitada de Execução do Sistema de Saneamento de Azambuja (Lote B), no valor de 164.370 euros.
- Sistema de Abastecimento de Água II - Zona Norte - Parte IV - Troço Senhora da Luz / Alcoaça/ Pederneira, no valor de 97.813 euros.

## 6.2 DUI - movimentos do período

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Direitos de Utilização de Infraestruturas Líquido (saldo inicial)</b>	<b>218.131.350,24</b>	207.868.842,94
Adições	<b>98.394,90</b>	944.495,50
Transferências e Abates	<b>(11.708.697,00)</b>	15.897.020,61
Alienações	-	(7.019,95)
Amortizações do exercício	<b>(9.443.038,67)</b>	(6.571.988,86)
Reversões de Amortizações		
Perdas por Imparidade	-	-
<b>Direitos de Utilização de Infraestruturas Líquido (saldo final)</b>	<b>197.078.009,47</b>	218.131.350,24

## 7. Investimentos financeiros

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fundo de Reconstituição do Capital Social	<b>6.502.943,34</b>	5.327.455,71
	<b>6.502.943,34</b>	5.327.455,71

De acordo com a cláusula 18ª do Contrato de Concessão, a Águas do Oeste está obrigada a entregar em cada ano, a instituição autorizada, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um Fundo de Reconstituição do Capital Social.

Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que é incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital social investido, os rendimentos do fundo serão em cada ano deduzidos aos gastos e encargos, pelo que a Empresa poderá, a todo o tempo, utilizá-los.

O valor da dotação do ano de 2011, 1.175.487,63 euros - resulta da anuidade do capital social subscrito e integralmente realizado, no valor total de 29.733.969,60 euros.

## 8. Impostos diferidos

Unidade: euros

Ativo	Taxa	31.12.2010	Aumentos	Diminuições	31.12.2011
Provisões		24.877.214,00	1.321.806,08	(8.962.461,93)	<b>17.236.558,15</b>
IFRIC 12 - DUI		-	-	-	<b>0,00</b>
IRC + Derrama	25,00%	6.219.303,50	330.451,52	(2.240.615,48)	<b>4.309.139,54</b>
<b>Imposto diferido ativo</b>		<b>6.219.303,50</b>	<b>330.451,52</b>	<b>(2.240.615,48)</b>	<b>4.309.139,54</b>
Passivo	Taxa	31.12.2010	Aumentos	Diminuições	31.12.2011
IFRIC 12 - DUI		20.353.237,04	2.567.894,04	(11.390.298,46)	<b>11.530.832,62</b>
IRC + Derrama	25,00%	5.088.309,26	641.973,51	(2.847.574,62)	<b>2.882.708,16</b>
<b>Imposto diferido passivo</b>		<b>5.088.309,26</b>	<b>641.973,51</b>	<b>(2.847.574,62)</b>	<b>2.882.708,16</b>

### Impostos diferidos ativos

A Águas do Oeste procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes dos acréscimos de custos para investimentos contratuais. De acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos são reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo Regulador em períodos subsequentes.



## Impostos diferidos passivos

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou para a Águas do Oeste o desconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que a Empresa tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, devendo a Águas do Oeste aplicar o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (Exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdP – Águas de Portugal SGPS, SA, entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios. Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão (até 2035), uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Assim, o valor apresentado pela Águas do Oeste respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

## 9. Inventários

	31.12.2011	31.12.2010
Mercadorias		
Matérias-primas	49.320,29	58.422,59
Produtos acabados		
	<b>49.320,29</b>	<b>58.422,59</b>

Unidade: euros

No valor referente à dívida corrente de municípios, está incluído o montante de 2.892.087,80 euros correspondente a valores associados à faturação do diferencial entre os valores mínimos garantidos e os valores faturados em 2010.

A rubrica de acréscimo de rendimentos, contempla o valor de 3.898.539,85 euros referente ao diferencial entre o faturado de abastecimento de água e os valores mínimos garantidos respeitantes a 2011, de acordo com o DL 195/2009 de 20 de agosto.

## I0. Clientes

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Clientes municípios - não corrente	2.043.214,01	-
Clientes municípios - corrente	28.887.285,68	22.285.710,04
Clientes outros	261.714,79	334.706,60
Devedores p/ acréscimos de rendimentos	4.234.230,80	356.191,45
	<b>35.426.445,28</b>	<b>22.976.608,09</b>

No valor referente à dívida corrente de municípios, está incluído o montante de 2.892.087,80 euros correspondente a valores associados à faturação do diferencial entre os valores mínimos garantidos e os valores faturados em 2010.

A rubrica de acréscimo de rendimentos, contempla o valor de 3.898.539,85 euros referente ao diferencial entre o faturado de abastecimento de água e os valores mínimos garantidos respeitantes a 2011, de acordo com o DL 195/2009 de 20 de

### I0.1 Clientes - municípios

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Clientes municípios	13.692.390,62	10.737.969,85
Clientes municípios TRH	176.493,54	250.678,06
Clientes municípios Acordos - não corrente	2.043.214,01	3.425.419,16
Clientes municípios Acordos- corrente	1.196.193,12	-
Clientes municípios injunções	12.988.164,77	7.394.427,42
Clientes municípios juros de mora	834.043,63	477.215,55
	<b>30.930.499,69</b>	<b>22.285.710,04</b>

### I0.2 Clientes - municípios - total da dívida ( corrente e não corrente)

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Clientes municípios não correntes	2.043.214,01	-
Clientes municípios correntes	28.887.285,68	22.285.710,04
	<b>30.930.499,69</b>	<b>22.285.710,04</b>

Estão classificados como dívidas de municípios não correntes, os montantes respeitantes aos acordos de pagamento celebrados cujo pagamento se estende para além de 2012. A Empresa celebrou acordos de pagamento a 3 anos com os municípios de Rio Maior e Lourinhã e com os Serviços Municipalizados de Nazaré e de Alcobaça.

### 10.3 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Unidade: euros

	Vencido até n - 2	Vencido até n - 1	Vencido até n	Total Vencido	Não vencido	Total
Alcobaça	197.438,78	1.856.827,83	740.468,51	2.794.735,12	1.788.738,39	4.583.473,51
Alenquer	2.239.567,17	8.991,98	2.982.335,66	5.230.894,81	595.688,94	5.826.583,75
Arruda dos Vinhos	102.402,14	631.078,55	1.446.545,99	2.180.026,68	286.756,11	2.466.782,79
Azambuja	1.845.736,84	114.109,32	9.393,43	1.969.239,59	-	1.969.239,59
Azambuja (AdA)	-	-	968.231,99	968.231,99	292.548,41	1.260.780,40
Bombarral	-	163.890,30	1.030.913,40	1.194.803,70	159.805,48	1.354.609,18
Cadaval	-	-	559.596,00	559.596,00	166.688,87	726.284,87
Caldas da Rainha	-	-	513.571,18	513.571,18	324.972,43	838.543,61
Lourinhã	-	-	682.436,82	682.436,82	1.274.332,98	1.956.769,80
Mafra-Compagnie Générale des Eaux	-	-	-	-	202.228,74	202.228,74
Óbidos	346.154,38	757.787,01	1.145.640,16	2.249.581,55	115.567,43	2.365.148,98
Nazaré	760.940,24	980.686,93	981.196,93	2.722.824,10	631.221,71	3.354.045,81
Peniche	-	-	-	-	123.162,62	123.162,62
Rio Maior	-	-	366.946,41	366.946,41	763.367,30	1.130.313,71
Sobral de Monte Agraço	-	300.193,16	844.508,57	1.144.701,73	147.015,76	1.291.717,49
Torres Vedras	-	-	454.806,26	454.806,26	1.026.008,58	1.480.814,84
	<b>5.492.239,55</b>	<b>4.813.565,08</b>	<b>12.726.591,31</b>	<b>23.032.395,94</b>	<b>7.898.103,75</b>	<b>30.930.499,69</b>

### 11. Estado e outros entes públicos

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
IVA a receber	<b>298.429,46</b>	124.492,31
Outros	-	-
EOEP Ativos	<b>298.429,46</b>	124.492,31
IVA a pagar	-	-
Retenções - IRS	<b>(52.867,07)</b>	(69.567,89)
Retenções - Segurança Social	<b>(4.570,29)</b>	(77.879,88)
TRH	<b>(324.990,67)</b>	(482.747,12)
Outros	<b>(370,38)</b>	(377,52)
EOEP passivos	<b>(382.798,41)</b>	(630.572,41)
	<b>(84.368,95)</b>	<b>(506.080,10)</b>

### 12. Outros Ativos correntes

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fundo de Coesão a receber	<b>20.201.463,26</b>	23.928.174,85
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	<b>517.142,25</b>	13.629,69
Outros devedores	<b>456.567,91</b>	377.021,39
Devedores por acréscimos de rendimentos	<b>988.759,57</b>	290.403,02
Diferimento de encargos	<b>10.369,82</b>	9.761,83
	<b>22.174.302,81</b>	<b>24.618.990,78</b>

No que respeita aos valores a receber junto do fundo de coesão, estes resultam de investimento realizado totalmente concluído e cujo saldo final se espera receber durante o ano de 2012 e 2013. Compreende as candidaturas:

- FC 2000/PT/16/C/PE/001 - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste - 1º Grupo de Projetos de Saneamento (Despoluição da Lagoa de Óbidos e S. Martinho + Nazaré);
- FC 2004/PT/16/C/PE/006 - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste - 2º Grupo de Projetos de Saneamento;
- FC 2004/PT/16/C/PE/008 - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste - 3º Fase Abastecimento de Água.

### 13. Caixa e Bancos

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	159.258,95	5.845,42
Depósitos à Ordem	1.155.690,69	174.816,41
Depósitos a Prazo	0,00	0,00
	<b>1.314.949,64</b>	<b>180.661,83</b>

Unidade: euros

### 14. Capital

		Capital Subscrito 31.12.2011	Capital Realizado 31.12.2011	Capital Subscrito 31.12.2010	Capital Realizado 31.12.2010
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	15.300.000,00	15.300.000,00	15.300.000,00	15.300.000,00
Comunidade Intermunicipal do Oeste	0,02%	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Município de Alcobaça	5,13%	1.540.190,00	1.274.159,60	1.540.190,00	1.274.159,60
Município de Alenquer	5,68%	1.702.670,00	1.702.670,00	1.702.670,00	1.702.670,00
Município de Arruda dos Vinhos	1,47%	439.665,00	439.665,00	439.665,00	439.665,00
Município de Azambuja	5,95%	1.784.885,00	1.784.885,00	1.784.885,00	1.784.885,00
Município de Bombarral	1,54%	462.200,00	462.200,00	462.200,00	462.200,00
Município de Cadaval	1,55%	465.230,00	465.230,00	465.230,00	465.230,00
Município de Caldas da Rainha	3,50%	1.051.340,00	1.051.340,00	1.051.340,00	1.051.340,00
Município de Lourinhã	4,02%	1.206.915,00	1.206.915,00	1.206.915,00	1.206.915,00
Município de Nazaré	1,56%	468.505,00	468.505,00	468.505,00	468.505,00
Município de Óbidos	1,67%	501.430,00	501.430,00	501.430,00	501.430,00
Município de Peniche	2,20%	660.685,00	660.685,00	660.685,00	660.685,00
Município de Rio Maior	2,63%	789.820,00	789.820,00	789.820,00	789.820,00
Município de Sobral de Monte Agraço	1,08%	324.910,00	324.910,00	324.910,00	324.910,00
Município de Torres Vedras	10,99%	3.296.555,00	3.296.555,00	3.296.555,00	3.296.555,00
	<b>100,00%</b>	<b>30.000.000,00</b>	<b>29.733.969,60</b>	<b>30.000.000,00</b>	<b>29.733.969,60</b>

Unidade: euros

#### 14.1 Resultado por ação

	31.12.2011	31.12.2010
Resultado Líquido	395.800,67	(780.623,94)
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	6.000.000,00	6.000.000,00
	<b>0,07</b>	<b>(0,13)</b>

Unidade: euros

## 14.2 Movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2010	Afect. Res. Líquido	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2011
Reservas e outros ajustamentos	77.730,88				77.730,88
Resultados transitados	(5.869.934,41)	(780.623,94)			(6.650.558,35)
Resultado líquido do exercício	(780.623,94)	780.623,94		395.800,67	395.800,67
	<b>(6.572.827,47)</b>	-	-	<b>395.800,67</b>	<b>(6.177.026,80)</b>

## 15. Empréstimos

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos Bancários BEI	114.949.923,88	116.237.064,14
Empréstimos Bancários - banca comercial	-	-
Empréstimos - Locação financeira	-	-
Empréstimos - Empresa-mãe	-	-
Não correntes	114.949.923,88	116.237.064,14
Empréstimos Bancários BEI	1.335.690,00	-
Empréstimos Bancários - banca comercial	14.299.245,71	12.733.735,00
Descobertos Bancários	1.392.856,08	109.193,17
Empréstimos - Empresa-mãe	10.000.000,00	5.000.000,00
Empréstimos - Locação financeira	-	-
Correntes	27.027.791,79	17.842.928,17
Total de empréstimos	141.977.715,67	134.079.992,31

### 15.1 Empréstimos por intervalo de maturidade

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Até 1 ano	27.027.791,79	17.842.928,17
De 1 a 2 anos	2.186.410,00	1.335.690,00
De 2 a 3 anos	1.960.310,00	2.186.410,00
De 3 a 4 anos	2.589.540,00	1.960.310,00
De 4 a 5 anos	3.036.150,00	2.589.540,00
Superior a 5 anos	105.177.513,88	108.165.114,14
	141.977.715,67	134.079.992,31

## 15.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Unidade: euros

Taxa de Juro variável	31.12.2011	31.12.2010
Até 1 ano	26.006.381,79	17.842.928,17
De 1 a 2 anos	720.920,00	314.280,00
De 2 a 3 anos	667.720,00	720.920,00
Superior a 3 anos	30.093.203,75	12.904.840,58
	<b>57.488.225,54</b>	<b>31.782.968,75</b>
Taxa de Juro fixa	31.12.2011	31.12.2010
Até 1 ano	1.021.410,00	-
De 1 a 2 anos	1.465.490,00	1.021.410,00
De 2 a 3 anos	1.292.590,00	1.465.490,00
Superior a 3 anos	80.710.000,13	99.810.123,56
	<b>84.489.490,13</b>	<b>102.297.023,56</b>
	<b>141.977.715,67</b>	<b>134.079.992,31</b>

## 15.3 Linhas de Crédito contratadas e não utilizadas

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Expira num ano	700.754,29	2.266.265,00
Expira para lá de 1 ano		-

## 15.4 Justo valor dos financiamentos

Unidade: euros

	Justo valor 31.12.2011	Justo valor 31.12.2010
Empréstimos Bancários BEI	47.872.323,82	41.236.224,40
Não correntes	47.872.323,82	41.236.224,40

As taxas de juro utilizadas para o apuramento do justo valor foram as seguintes:

- Ano de 2010: 8,42%

- Ano de 2011: 8,40%

## 16. Fornecedores e outros passivos não correntes

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Fornecedores de investimento	11.133.068,56	11.875.739,72
Dívida ao Município de Torres Vedras Infraestruturas arrendadas	1.167.861,36	1.223.473,81
Outras contas a pagar		
Outros fornecedores		
	<b>12.300.929,92</b>	<b>13.099.213,53</b>

O justo valor dos saldos acima apresentados é semelhante ao de balanço pois o valor temporal do desconto é pouco relevante.

Encontra-se registado em fornecedores de investimento o reconhecimento da dívida à EPAL pela aquisição das infraestruturas, de acordo com o contrato celebrado em 19 de dezembro de 2003, no valor de 10.522.990,06 euros, bem como 610.078,50 euros referentes a retenção a fornecedores, por conta de garantia de empreitadas e de prestações de serviços.

## 17. Acréscimos de custos de investimento contratual

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Acréscimos de custos de investimento contratual	<b>9.568.303,36</b>	19.081.042,18
	<b>9.568.303,36</b>	19.081.042,18

O valor de 9.568.303,36 euros diz respeito ao custo com amortizações do investimento contratual esperado.

## 18. Subsídios ao investimento

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fundo de Coesão	<b>103.958.720,04</b>	106.631.832,75
Integração de Património	-	-
Outros Subsídios	-	-
	<b>103.958.720,04</b>	<b>106.631.832,75</b>

O valor registado diz respeito a proveitos diferidos pelo reconhecimento do direito a subsídios do Fundo de Coesão.

O reconhecimento do subsídio é feito pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, são considerados os investimentos realizados e a quota-parte anual do investimento a realizar no futuro.

A Empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios.

### 18.1 Movimentos do período

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>Resultados</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Regularizações</b>	<b>31.12.2011</b>
Fundo de Coesão	106.631.832,75	(4.699.533,54)	2.026.420,83		<b>103.958.720,04</b>
Integração de Património	-				-
Outros Subsídios	-				-
	<b>106.631.832,75</b>	<b>(4.699.533,54)</b>	<b>2.026.420,83</b>	-	<b>103.958.720,04</b>

## 19. Fornecedores correntes

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Fornecedores de investimentos	<b>849.728,27</b>	1.890.705,83
Fornecedores gerais	<b>993.757,64</b>	1.183.402,21
Fornecedores Empresas do Grupo	<b>2.163.106,89</b>	692.280,45
Fornecedores facturas em recepção e conferência	<b>1.003.921,28</b>	933.734,05
	<b>5.010.514,08</b>	<b>4.700.122,54</b>

## 20. Outros passivos correntes

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Acréscimos com férias e subsídio de férias	228.733,14	392.403,64
Empresas do Grupo	2.231.892,54	626.056,54
Outros acréscimos e diferimentos	1.902.941,44	1.048.103,84
Outros credores	34.486,72	42.049,02
	<b>4.398.053,84</b>	<b>2.108.613,04</b>

## 21. Imposto sobre o rendimento

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Estimativa de imposto a receber	197.241,50	128.344,92
Estimativa de imposto a pagar	(13.236,58)	(15.454,03)
	<b>184.004,92</b>	<b>112.890,89</b>

### 21.1 Imposto do exercício

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Imposto corrente	13.235,39	15.454,04
Imposto diferido	(295.437,15)	(1.130.994,24)
	<b>(282.201,76)</b>	<b>(1.115.540,20)</b>

### 21.2 Reconciliação entre taxa normal e taxa efetiva de imposto

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Resultados antes de impostos	113.598,91	(1.896.164,14)
Imposto à taxa normal + derrama: 25%	28.399,73	(474.041,03)
Tributação autónoma	13.235,39	15.454,04
Diferenças permanentes	110.301,01	36.266,02
Diferenças temporárias (prejuízos fiscais)	(434.137,89)	1.537.861,17
<b>Total do imposto</b>	<b>(282.201,76)</b>	<b>(1.115.540,20)</b>
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>(248,42%)</b>	<b>58,83%</b>

### 21.3 Prejuízos fiscais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos tenha sido reconhecido no balanço.

### 21.4 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo Grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de gastos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC, e conseqüentemente da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se mantém inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que a Águas do Oeste está vinculada.



As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas retrospectivamente, conforme preconizado nas normas, tendo as Empresas aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes.

A Empresa é de opinião que este entendimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadra a Águas do Oeste.

Assim, este foi o procedimento adotado pela Águas do Oeste, nos seus registos contabilísticos, bem como no Modelo 22 (IRC).

Atualmente o grupo Águas de Portugal encontra-se a aguardar resposta por parte das autoridades fiscais do pedido de diferimento dos efeitos fiscais da transição para IFRS não em 5 anos (como definido no decreto lei que regula esta matéria), mas pelo remanescente do prazo da concessão.

Caso a resposta das autoridades fiscais seja negativa, a Empresa incorre numa coima máxima de 15.000 euros.

## 22. Vendas e prestações de serviços

### 22.1 Vendas

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Vendas de água	20.590.587,30	16.678.909,00
Outras vendas		
Correção de exercícios anteriores	<b>2.728.384,72</b>	
	<b>23.318.972,02</b>	<b>16.678.909,00</b>

A atividade da Águas do Oeste, durante o ano de 2011, foi superior à do ano anterior, sendo ainda acentuada pelo facto de se ter procedido, no abastecimento de água, à faturação e reconhecimento como acréscimo de rendimentos, do diferencial entre os valores mínimos garantidos previstos no Contrato de Concessão e os valores faturados em 2010 e 2011, respetivamente, tal como referido anteriormente na Nota 10.

A Águas do Oeste procedeu, assim, à faturação do diferencial entre os valores mínimos garantidos previstos no Contrato de Concessão e os valores faturados em 2010, no montante de 2.892.087,80 euros, e reconheceu como acréscimo de rendimento, o diferencial entre o faturado e os valores mínimos garantidos respeitantes a 2011, no valor de 3.898.539,85 euros.

### 22.2 Prestação de serviços

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Prestação de serviços a municípios	10.258.329,55	9.365.447,12
Prestação de serviços a particulares	157.356,91	182.393,83
Correção de exercícios anteriores		
	<b>10.415.686,46</b>	<b>9.547.840,95</b>

## 23. Gasto das vendas

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
CMVMC - Mercadorias	11.049.147,40	7.514.453,32
CMVMC - Matérias primas	12.710,00	-
CMVMC - Matérias subsidiárias	107.529,12	114.427,23
CMVMC - Diversos	47.470,62	40.489,50
TPPE - Ativos em curso	-	(12.505,54)
	<b>11.216.857,14</b>	<b>7.656.864,51</b>
Variação da produção	-	-
	<b>11.216.857,14</b>	<b>7.656.864,51</b>

No que respeita ao CMVMC-Mercadorias a variação face ao ano anterior é explicada, não tanto por um acréscimo da atividade, mas pelo facto de a EPAL ter procedido à faturação do diferencial entre os volumes mínimos previstos no contrato entre a Águas do Oeste e a EPAL e os volumes efetivamente fornecidos, relativamente a 2010, e de se ter reconhecido nas contas o diferencial entre os volumes mínimos previstos no contrato e o valor efetivamente fornecido respeitante a 2011, bem como o valor suplementar a pagar à EPAL, tal como previsto no aditamento ao contrato assinado pelas partes, em janeiro de 2011, para fazer face ao menor consumo verificado desde o início do contrato.

## 24. Fornecimentos e serviços externos

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2010
Subcontratos	657.995,03	882.741,17
Trabalhos especializados	1.832.081,09	1.981.172,26
Publicidade e Propaganda	8.656,42	52.220,53
Vigilância e Segurança	27.120,45	94.031,96
Honorários	23.133,06	35.066,88
Conservação e Reparação	1.995.900,21	1.244.650,58
Ferramentas e Utensílios de Desg. Rápido	26.967,45	21.010,94
Livros e Documentação Técnica	2.743,27	2.051,30
Material de Escritório	13.313,30	23.783,42
Artigos para Oferta	1.606,89	1.635,63
Energia	3.196.231,68	2.794.400,57
Combustíveis	285.384,02	391.509,05
Água	189.828,00	214.699,27
Outros Fluidos	3.203,92	2.695,88
Deslocações e Estadas	24.926,48	40.890,53
Rendas e Alugueres	351.514,12	409.882,65
Comunicação	119.629,53	141.692,38
Seguros	361.423,82	559.108,04
Contencioso e Notariado	2.717,15	11.526,46
Despesas de Representação	2.869,82	4.983,40
Limpeza Higiene e Conforto	72.576,92	73.475,52
Reprodução Documentos	6.010,24	7.943,22
Material Laboratório	28.134,85	44.758,44
Material de Fotografia	-	58,33
Jornais e Revistas	470,80	758,15
Jardinagem	55.114,69	71.083,60
Outros FSE's	205.898,70	232.762,39
Correções relativas a exercícios anteriores	40.807,72	90.420,96
	<b>9.536.259,63</b>	<b>9.431.013,51</b>
FSE's capitalizados	<b>(218.194,29)</b>	<b>(280.307,96)</b>
	<b>9.318.065,34</b>	<b>9.150.705,55</b>

No que respeita ao CMVMC-Mercadorias a variação face ao ano anterior é explicada, não tanto por um acréscimo da atividade, mas pelo facto de a EPAL ter procedido à faturação do diferencial entre os volumes mínimos previstos no contrato entre a Águas do Oeste e a EPAL e os volumes efetivamente fornecidos, relativamente a 2010, e de se ter reconhecido nas contas o diferencial entre os volumes mínimos previstos no contrato e o valor efetivamente fornecido respeitante a 2011, bem como o valor suplementar a pagar à EPAL, tal como previsto no aditamento ao contrato assinado pelas partes, em janeiro de 2011, para fazer face ao menor consumo verificado desde o início do contrato.

Nos fornecimentos e serviços externos, salientam-se os que, face ao ano anterior, apresentam uma maior variação:

### - Subcontratos

A variação positiva face ao ano anterior deve-se, essencialmente, ao facto da ETAR de Rio Maior já não estar em regime de *Outsourcing*.

### - Trabalhos Especializados

Nesta rubrica, a variação positiva, face a 2010, verifica-se em Estudos, pelo facto de a Empresa no ano anterior ter incorrido com gastos significativos com serviços de engenharia por parte do LNEC, relativamente a estudo sobre proteção do Sistema Intercetor do Exutor Submarino da Foz do Arelho.

Em análises, a Empresa procedeu à alteração de metodologias, implementadas em 2011, que implicaram a redução do número de análises realizadas face ao ano anterior.

#### - Conservação e Reparação

Trata-se de uma rubrica cujo resultado depende, em grande medida, da ocorrência de situações não previstas e que afetam as suas infraestruturas.

O aumento de gastos verificado está relacionado, em parte, com gastos referentes a sinistros, fundamentalmente roubos e danos ocorridos nas ETAR da Empresa, os quais se encontram parcialmente anulados pelas indemnizações recebidas ou a receber, contabilizadas como proveitos operacionais.

#### - Energia

O aumento dos gastos com energia justifica-se pelo acréscimo de atividade da Empresa e pelo aumento do preço face ao ano anterior.

#### - Combustíveis

Na rubrica de combustíveis observa-se uma variação positiva, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para geradores, pelo facto da EDP ter concretizado as ligações dos ramais de energia a algumas infraestruturas, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para viaturas.

Importa registar a diminuição significativa do consumo de combustível das viaturas, conseguida através da otimização de rotinas e das rotas efetuadas, permitindo a redução dos quilómetros percorridos e a diminuição da média de litros consumida. Face a 2010, a redução dos litros consumidos foi de 18%, tendo-se, contudo, verificado um aumento bastante significativo do preço dos combustíveis.

De um modo geral, a Águas do Oeste, tendo em conta as orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado, procedeu a um esforço de redução e contenção de custos. Por exemplo, em publicidade e propaganda, a Empresa procedeu ao cancelamento de atividades associadas a participação publicitária, apoios/patrocínios, aquisição de brindes e participação em eventos/ Feiras Municipais e suspendeu os gastos com honorários relacionados com assessoria de imprensa e monitores de Educação Ambiental, e em jardinagem e limpeza a Empresa reduziu o âmbito dos serviços adquiridos.

Em termos de atividade comparável, ou seja, tendo em conta as infraestruturas que já estavam em exploração em 2010 e correspondente volume de atividade, a Empresa conseguiu uma redução de 11,37% nos fornecimentos e serviços e externos, e, face a 2009, uma redução de 8,92%.

## 25. Gastos com pessoal

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Remunerações	<b>2.388.061,57</b>	2.704.775,18
Encargos sociais sobre remunerações	<b>477.377,99</b>	531.887,62
Encargos com pensões		
Outros custos com o pessoal	<b>205.722,83</b>	89.580,18
Correções relativas a períodos anteriores	<b>17.526,58</b>	106.997,79
	<b>3.088.688,97</b>	3.433.240,77
Gastos com Pessoal capitalizados	<b>(312.037,30)</b>	(387.530,47)
	<b>2.776.651,67</b>	<b>3.045.710,30</b>

## 25.1 Quadro de pessoal

Unidade: euros		
Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2011	31.12.2010
Órgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	132	131

Unidade: euros		
Número médio de colaboradores a 31 de dezembro	31.12.2011	31.12.2010
Órgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	132	130

Nos gastos com o pessoal é de referir a diminuição face ao ano anterior, em virtude de se ter procedido em conformidade com as medidas de contenção de despesas, nomeadamente com a redução das remunerações totais líquidas mensais. A Empresa procedeu, assim, à aplicação das medidas previstas na lei 12-A/2010 de 30 de junho no que respeita às remunerações dos órgãos sociais, e aplicou a Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, mediante a redução das remunerações líquidas mensais superiores a 1.500 euros.

Para além do já mencionado, a Águas do Oeste não procedeu às admissões de pessoal, previstas no OPT2011, no total de 7 colaboradores. As 2 admissões que aparecem no quadro como diferença entre 2011 e 2010, resultam somente de substituições referentes a saídas do final de 2010, cujos processos de recrutamento se prolongaram para 2011.

A Empresa, procedeu ainda de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2012, tendo corrigido em conformidade a provisão de subsídio de férias, e respetivos encargos, a pagar em 2012.

Face ao ano anterior é de referir a variação negativa em Outras Despesas com o Pessoal, sendo a variação justificada pelo facto de se ter alterado a política contabilística de contabilização do seguro de saúde e de vida, passando agora a ser registado nesta rubrica, contrariamente ao ano passado, onde estava contabilizado como um FSE.

Em termos de atividade comparável a Empresa obteve uma redução de gastos com o pessoal, de 2011 face a 2010 de 8,83%, e face a 2009 de 15,28%.

## 26. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

Unidade: euros		
	31.12.2011	31.12.2010
Depreciação de propriedade de investimento	-	-
Amortizações de Ativos intangíveis	9.637.252,35	6.766.330,32
Acréscimos de custos do investimento contratual	2.227.458,18	2.661.532,50
Reversões de amortizações de Ativos intangíveis	-	-
	11.864.710,53	9.427.862,82

## 27. Outros Gastos Operacionais

Unidade: euros		
	31.12.2011	31.12.2010
Impostos	267.369,78	311.053,23
Perdas em Ativos Intangíveis	-	78.489,11
Donativos	10.975,00	13.100,58
Diferenças de câmbio em operações não financeiras	-	-
Outros gastos operacionais	60.023,73	8.182,70
	338.368,51	410.825,62

## 28. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Rendimentos suplementares	32.578,24	151.672,78
Subsídios à exploração	-	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	451.100,73	73.861,59
Correções relativas a exercícios anteriores	(1.500,00)	114.040,86
	<b>482.178,97</b>	<b>339.575,23</b>

Em outros rendimentos e ganhos operacionais, estão reconhecidos os rendimentos com indemnizações de seguro de multiriscos. Para além dos valores que recebeu, a Empresa reconheceu como proveito, os valores que virá a receber, que se estima de 393.572,93 euros, referente a indemnizações decorrentes de vários furtos ocorridos durante 2011 em algumas ETAR da Águas do Oeste.

## 29. Gastos Financeiros

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Juros suportados	5.203.142,20	3.895.880,81
Comissões bancárias	50.403,91	60.958,88
Desconto de dívidas	-	-
Outros gastos financeiros	808.235,87	653.089,37
	<b>6.061.781,98</b>	<b>4.609.929,06</b>
Gastos financeiros capitalizados	(973.588,40)	(1.040.322,81)
	<b>5.088.193,58</b>	<b>3.569.606,25</b>

Registaram-se maiores gastos financeiros face ao ano anterior sendo justificados por uma maior taxa efetiva de juro, associada a um maior nível de financiamento bancário de curto prazo e suprimentos, para compensar atrasos de pagamentos à Empresa, designadamente pelo Fundo de Coesão e por alguns clientes. Também face ao ano anterior os custos com comissões por utilização do crédito aumentou significativamente, face à atual conjuntura do País.

Apesar de a Empresa ter incorrido com maiores juros, ocorreu uma menor capitalização de juros, fundamentalmente pelo facto do volume de investimento face ao ano anterior ser inferior.

## 30. Rendimentos Financeiros

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Juros de actualização de dívida de clientes	-	-
Juros de actualização de dívida a fornecedores de Ativos Intagíveis	-	126.886,16
Juros de mora	1.374.012,21	780.837,03
Outros juros	426.062,48	85.584,88
	<b>1.800.074,69</b>	<b>993.308,07</b>

O aumento verificado, face ao ano anterior, em juros de mora faturados aos municípios deve-se à deterioração da situação da dívida destes para com a Empresa.

Em outros juros, o acréscimo de rendimentos é explicado pelo facto de a Empresa no início do ano ter alterado para o IGCP o montante aplicado referente ao Fundo de Reconstituição do Capital Social, beneficiando de uma taxa de juro mais elevada.

### 31. Transacções com entidades relacionadas

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2010
	Proveitos	Custos	Proveitos	Custos
AdP SGPS	9.735,79	(1.947.959,31)	-	(1.443.125,45)
AdP Serviços	-	(257.590,36)	-	(393.830,08)
Aquasis	-	(102.835,00)	-	(68.700,66)
Simria	160,00	-	-	-
Sanest	160,00	-	-	-
Simtejo	160,00	-	-	-
Epal	-	(11.217.864,40)	-	(7.387.567,16)
Águas da Região de Aveiro	(5.360,83)	-	5.360,85	-
Valorsul	116.252,55	-	102.960,70	-
Paulo José Salvador Ferreira	-	(3.761,24)	-	(3.672,98)
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2010</b>
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
AdP SGPS	-	(9.495.947,93)	-	(4.335.213,30)
AdP Serviços	2.625,00	(72.332,74)	-	(66.668,70)
Aquasis	-	(11.740,97)	-	(217,80)
Epal	-	(15.622.894,52)	-	(13.254.909,54)
Águas da Região de Aveiro	-	-	1.619,60	-
Valorsul	223.445,29	-	291.817,78	-
Paulo José Salvador Ferreira	-	-	-	(2.592,58)

### 32. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

#### a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 317.083.555,33 euros dos quais 241.307.107,69 euros já se encontram realizados.

#### b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte:

Designação	Entidade	Preços do contrato	Valores já facturados por conta da adjudicação	Responsabilidade não relevada no Balanço
Transporte 24 m3 de efluentes da ETAR de Casais da Areia para a ETAR da Charneca	Revalor	112,50 €/m <sup>3</sup>	2.362,50	337,50
Transporte 24 m3 de efluentes da ETAR de Casais dos Camamais para a ETAR da Charneca	Revalor	112,50 €/m <sup>3</sup>	2.362,50	337,50
Empreitada de Concepção/Construção/Remodelação ETAR Carregado/Alenquer, Emissário Carregado, ETAR S. João Ribeira, Ribeira de S. João, Pontes Monfalim. Remodelação/Ampliação da ETAR da Nazaré	Degremont/ Monteadriano	16.856.136,00	16.263.760,00	592.376,00
Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Oeste (*)	Manvia/Efacec	2.801.459,10	844.390,87	1.957.068,23
Empreitada de Execução de Emissários e Interceptores AdO - Candidaturas FC2000/PT/16/C/PE/001 e FC2004/PT/16/C/PE/006	Maurício LTO	2.518.777,44	1.820.165,00	698.612,44
Empreitada de Concepção/Construção da ETAR do Paço e Sistema de Saneamento do Paço II Fase	Ecotécnica	1.295.520,12	388.656,04	906.864,08
Empreitada de execução do Sistema de Saneamento de Azambuja	Maurício LTO	1.251.411,00	880.353,00	371.058,00
Implementação do Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	Cegelec	1.159.516,51	827.852,82	331.663,69
Empreitada de Execução do Sistema de Ampliação do Sistema de Saneamento do Real 2ª Fase e Casal do Camarão	Aquino Construções SA	593.824,41	523.001,00	70.823,41
Fiscalização da Empreitada de Execução de Interceptores, Emissários, Estações Elevatórias e Conduas Elevatórias candidaturas FC/2000/PT/16/C/PE/001 e FC/2004/PT/16/C/PE/006, Ampliação da Nazaré, Ampliação do Real, Santiago dos Velhos, Vale Óbidos, Margem Norte do Arnóia, Casal do Camarão e Virtudes/Aveiras.	Pengest	498.920,00	367.657,34	131.262,66
Recolha, transporte e compostagem das lamas na área de intervenção da AdO.	Cespa	364.185,00	6.996,15	357.188,85
Empreitada de Construção - EE Compactas	ABB	194.004,38	58.201,31	135.803,07
Recolha, transporte e valorização agrícola das lamas, na área de intervenção da AdO	Terra Fértil	194.002,00	22.519,56	171.482,44
Fornecimento e Instalação de Grupos Electrogéneos – Sistema de Abastecimento Multimunicipal do Oeste Sistema I	JARamos	127.500,00	63.750,00	63.750,00
Prestação de serviços para locação em regime de aluguer operacional de duas unidades Xerox ColorQube 930I	DigitOeste	28.784,80	0,00	28.784,80
Sistema de Informação Geográfica - Manutenção do Software de base e dos módulos aplicativos da solução G/Interaqua	Aquasis	24.300,00	8.100,00	16.200,00
Manutenção dos meios de primeira intervenção	SafetyÁgueda	21.000,00	10.620,46	10.379,54
Auditoria de renovação Qualidade e Ambiente e de concessão de segurança	SGS - Serviços Intern. de Certificação	20.646,76	10.548,92	10.097,84
Recolha, transporte de lamas desidratadas e areias, produzidas na área de intervenção da AdO, a destino final.	Triu	15.640,00	1.403,33	14.236,67
Recolha, transporte e deposição em aterro de resíduos não perigosos das lamas, na área de intervenção da AdO.	Triu	10.278,00	0,00	10.278,00
Serviços Prestados de Consultoria Técnica	Ilda Maria Zina Ribeiro	9.498,00	4.749,00	4.749,00
Fornecimento de quadro elétrico da EE da Várzea	A. Santos, Lda	4.410,00	0,00	4.410,00
Serviço de Operação e Exploração do Sistema Máximo	AdP Águas de Portugal-Serv. Ambientais	3.587,50	0,00	3.587,50
Fornecimento e execução de vedação e portões na EE Reguengo Grande	Egoredes	2.199,00	0,00	2.199,00
Aquisição de atuador para EE Reguengo Grande	Indústria	801,00	0,00	801,00
		<b>27.996.401,02</b>	<b>22.107.449,80</b>	<b>5.894.351,22</b>



## 33. Ativos e passivos contingentes

### 33.1 Garantias prestadas

Unidade: euros

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
03/162/05384	BPI	EDP	Relações Comerciais da Entidade Reguladora do Setor Eléctrico-Fornecimento de energia eléctrica às instalações do Carregal	3.959,30 €	11/jun/03
303 337	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Alcobaça	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Tornada	294.656,46 €	1/ago/03
303 610	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Alcobaça	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das expropriações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Tornada	109.776,63 €	13/ago/03
303 762	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Lagoa de Óbidos	8.338,67 €	22/ago/03
308 571	BES	I.E.P-Instituto das Estradas de Portugal	Garantir, nos termos do contrato de empreitada, o integral, pontual e regular cumprimento das obrigações emergentes do respetivo contrato, de lei ou regulamento aplicáveis à empreitada	25.500,00 €	13/jan/04
309 354	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Cadaval	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Lagoa de Óbidos	438.000,00 €	15/abr/04
309 355	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Bombarral	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Lagoa de Óbidos	380.000,00 €	15/abr/04
309 356	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Lagoa de Óbidos	200.000,00 €	15/abr/04
310 415	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Cadaval	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos	22.321,89 €	27/mai/04
310 416	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Bombarral	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos	28.187,37 €	27/mai/04
310 417	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos	3.065,19 €	27/mai/04
311 361	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de servidões administrativas no sistema de despoluição da bacia hidrográfica de Torres Vedras	233.662,00 €	12/jul/04

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
311 696	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de servidões administrativas no sistema de saneamento de Maxial/Aldeia Grande no concelho de Torres Vedras	119.022,80 €	23/jul/04
317 510	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução do trabalho de reposição do pavimento das estradas, em condições consideráveis aceitáveis, em virtude da Empreitada de Execução do Sistema de Saneamento de Runa	231.690,00 €	11/abr/05
317 511	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução do trabalho de reposição do pavimento das estradas, em condições consideráveis aceitáveis, em virtude da Empreitada de Execução do Sistema de Saneamento de Gosundeira	100.000,00 €	11/abr/05
319 639	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 114- Travessia da Vala entre o Km 21+000 e o Km 21+600 da Estrada Nacional 114	45.000,00 €	5/jul/05
319 640	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 8-4 Travessia da Vala entre o Km 0+050 e o Km 0+180 e entre o Km 1+300 e o km 1+800 da Estrada Nacional 8-4	47.250,00 €	5/jul/05
319 641	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 8- Travessia da Vala entre o Km 75+600 e o Km 75+700 da Estrada Nacional 8	15.000,00 €	5/jul/05
319 642	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos nos pontos quilométricos: Travessias EN 248 Km 11+830; Km 12+100; Km 14+000; Km 14+400; Km 14+495; Km 0+900 da Estrada Nacional 248 ;Vala EN 115: Km 54+600 a 55+100; EN 248: Km 11+800 a 15+100 e EN 248-2 Km 0+000 a 0+9	166.850,00 €	5/jul/05
319 815	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 114 ao Km 14+450	1.000,00 €	7/jul/05
319 814	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 114 ao Km 23+500	1.000,00 €	13/jul/05
319 698	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 115 ao Km 2+200	3.000,00 €	7/jul/05
320 151	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 374 ao Km 4+950 e o Km 6+442; Km 7+480 e o Km 9+800 e travessias perpendiculares aos Kms 7+381;7+480;8+340 e 9+800	154.880,00 €	25/jul/05
320 236	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Gosundeira	58.002,21 €	29/jul/05
320 237	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa	156.110,21 €	29/jul/05
320 239	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Cartaxo	Caucionar o fundo indispensável para pagamento de indemnizações referentes às servidões administrativas sobre os imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Alcoentre	86.190,17 €	29/jul/05
320 293	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Silveira	206.238,43 €	1/ago/05

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
320 294	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Mafra	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Silveira	133,93 €	1/ago/05
320 295	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Dois Portos	231.516,20 €	1/ago/05
320 296	BES	Juiz do Tribunal de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Dois Portos	12.303,31 €	1/ago/05
320 297	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Alenquer	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Cadafais	47.812,30 €	1/ago/05
321 182	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento do Concelho de Torres Vedras, Turcifal e Freiria	25.225,00 €	13/set/05
321 183	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa	35.595,92 €	13/set/05
321 990	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos nas travessias EN 248-2 do Km 3+900 ao Km 4+000-D	166.500,00 €	17/out/05
322 213	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos na EN 366 ao Km 4+100; Km8+700-E; EN 1-5 do Km1+500 ao Km 2+500 e EN 115 do Km 19+550 ao Km 19+750, abertura da vala e travessias da EN 1-5 ao Km 2+600 e EN 366 ao Km 4+650 e Km 8+200	280.000,00 €	26/out/05
322 214	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos nas travessias EN 248-2 do Km 4+000-D Abertura de Vala Longitudinal e Travessia	5.000,00 €	26/out/05
323 088	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 - Zona Centro-Lote A, na EN 114, Travessia por PH ao Km 17+250	1.650,00 €	5/dez/05
323 185	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 Lote B EN 8-2Km 2+000/Km 2+200 (Pralelismo) e Km 2+200 (Travessia)	30.000,00 €	9/dez/05
323 360	BES	Meitíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações sobre os Imóveis necessários à Construção das Infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento Maxial	62.724,36 €	16/dez/05
323 592	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Dois Portos.	70.000,00 €	27/dez/05
323 602	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 Lote B - Troço Delgada Gaeiras, Local IP6 Km 18+250 nó com a A8/IC 1 (Travessia sobre a Obra de Arte)	600,00 €	27/dez/05

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
323 997	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Delgada Gaeiras	45.000,00 €	18/jan/06
324 274	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Azambuja	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Alcoentre	1.169,00 €	1/fev/06
324 275	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Silveira	6.500,00 €	1/fev/06
324 276	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Gosundeira	6.000,00 €	1/fev/06
324 462	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Delgada Gaeiras	262.500,00 €	9/fev/06
324 492	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Silveira /Delgada	114.000,00 €	9/fev/06
327 784	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalim	65.469,68 €	3/jul/06
327 785	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Arruda dos Vinhos	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalim	16.233,03 €	3/jul/06
328 474	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	"Abastecimento de Água à Zona Centro - Lote B, licenciamento para instalação de condutas e vala sob viaduto, Local: A8 Km 70+100 Viaduto nº 101"	5.700,00 €	10/ago/06
329 784	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE - Direcção de Estradas de Leiria	"Execução dos trabalhos de Abastecimento de Água II - Zona Norte - Troços Figueiredo Casal do Rei da Rainha"	256.750,00 €	27/out/06
331 782	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução da Abertura de Vala na EN 374 do Km 5 + 200 ao Km 5 + 340 e Travessias ao Km 3 + 900 e ao Km 5 + 340	7.000,00 €	12/jan/07
332 157	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a execução dos trabalhos relativos á Empreitada de Abastecimento de Água II - Troço Casais Maria Delfina - Silheira, local EN 114-Km 50,800 ao Km 51,000 + (Paralelismo) e Km 51,00 Atravessamento	21.843,38 €	2/fev/07
332 749	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução dos trabalhos entre o km 67+235 - A8"	3.675,00 €	6/mar/07
332 750	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução dos trabalhos entre o km 23+700 e o km 24+300 EN 114 e km 76+800 A8	45.000,00 €	6/mar/07
334 661	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução de Trabalhos de Água II Parte IV e VI, na EN 8-6 Km 2 + 390/Km 2+657 e Km 5+213 / Km 5+273 (paralelismo); EN 8-6 Km 12+190 e EN 8 Km 118+243 (Travessia por Perfuração Horizontal)	32.400,00 €	5/jun/07
337 125	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE - Direcção de Leiria	Execução dos trabalhos relativos à empreitada no IP6 Km 1+426 Km 2+125	11.707,50 €	11/out/07
337 126	BES	Juiz do Tribunal de Caldas da Rainha	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	1.386,90 €	11/out/07
337 127	BES	Juiz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Torres Vedras	52.765,20 €	11/out/07

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
337 128	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Vale da Borra	5.004,00 €	11/out/07
337 129	BES	Juíz do Tribunal de Peniche	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Bufarda	730,50 €	11/out/07
337 130	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Cadafais	632,50 €	11/out/07
337 182	BES	Juíz do Tribunal de Bombarral	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I	1.222,25 €	11/out/07
337 183	BES	Juíz do Tribunal de Cladas da Rainha	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I	171,75 €	11/out/07
337 185	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Palhacana-Palaios	4.713,50 €	11/out/07
337 189	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Porto da Luz	4.115,38 €	11/out/07
337 195	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa	3.393,68 €	11/out/07
337 198	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento da Aldeia Gavinha	275,50 €	11/out/07
337 200	BES	Juíz do Tribunal da Nazaré	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	4.123,00 €	11/out/07
337 202	BES	Juíz do Tribunal de Alcobaça	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	13.451,00 €	11/out/07
337 205	BES	Juíz do Tribunal de Rio Maior	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	13.526,61 €	11/out/07
337 208	BES	Juíz do Tribunal de Santarém	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	7.428,09 €	11/out/07

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
337 209	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	4.007,40 €	11/out/07
337 210	BES	Juíz do Tribunal do Cadaval	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I	1.254,64 €	11/out/07
339 638	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE - Direcção de Leiria	Sistema de Abastecimento de Água I - Zona Centro - Lote B, Travessia por perfuração Horizontal - Local A8 Km 67+100	17.550,00 €	7/fev/08
339 983	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE - Direcção de Leiria	Execução de trabalhos de Água I - Zona Centro - Lote B, local: A8 Km 74+000	13.500,00 €	26/fev/08
340 165	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE - Direcção de Leiria	Construção do Sistema de Abastecimento de Água II (Zona Norte) - Troço Senhora da Luz - Alcobaca - EN 8 - 6 Km 11 + 890 Km 12 + 190 (Paralelismo) Alteração do traçado da Conduta Adutora	22.500,00 €	4/mar/08
340 889	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE - Direcção de Leiria	Sistema de Abastecimento de Água II, Parte IV e VI - Travessia da A8 Km 108+650	8.926,50 €	7/abr/08
341 836	BES	Juíz do Tribunal do Cadaval	Fundo Indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real	98.502,88 €	23/mai/08
341 834	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	Fundo Indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real	4.144,08 €	23/mai/08
341 833	BES	Juíz do Tribunal de Bombarral	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real	90.899,39 €	23/mai/08
341 832	BES	Juíz do Tribunal de Rio Maior	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Rio Maior	3.848,33 €	23/mai/08
341 831	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Vila Nova/Maçussa	28.025,97 €	23/mai/08
341 837	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Aveiras/Virtudes	6.036,75 €	23/mai/08
347 740	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Empreitada de EN 115-4 e EN 115-3	31.000,00 €	20/jan/09
347 888	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Trabalhos na ETAR de Pontes de Monfalim, En 248-2 ao Km 0+163 ao Km 0+240-D, Abertura de Vala Longitudinal e Travessias	5.000,00 €	5/fev/09
348 455	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Trabalhos da Empreitada de Construção da Ampliação do Sistema de Saneamento de Rio Maior; Conduta Elevatória de Vale de Óbidos - Travessia por Perfuração Mecânica do IC2 ao Km 69,6300"	5.000,00 €	16/fev/09
349 781	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Abertura de Vala na EN242 Km 5+755 ao Km 36+600 LD (Nazaré)	47.700,00 €	13/abr/09

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
349 782	BES	EDP-Distribuição Energia	Caução de depósito de garantia necessária para a receção provisória da Linha de Interligação a 74,4 KVA/69,19 KW - ETAR de Cadafais (PFE: 290 000 047 774)	3.829,00 €	13/abr/09
349 783	BES	EDP-Distribuição Energia	Caução de depósito de garantia necessária para a receção provisória da Linha de Interligação a 116,25 KVA/108,11 KW - ETAR do Turcifal (PFE: 290 000 047 773)	5.935,00 €	13/abr/09
349 784	BES	EDP-Distribuição Energia	Caução de depósito de garantia necessária para a receção provisória da Linha de Interligação a 46,5 KVA/43,24 KW - ETAR de Porto da Luz (PFE: 290 000 047 772)	2.425,00 €	13/abr/09
349 785	BES	EDP-Distribuição Energia	Caução de depósito de garantia necessária para a receção provisória da Linha de Interligação a 80 KVA/74,4 KW - ETAR de Alcoentre (PFE: 290 000 039 051)	3.829,00 €	13/abr/09
Depósito Caução	CGD	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR do Turcifal, sita no Lugar de Colaria, freguesia de Turcifal, Concelho de Torres Vedras	12.500,00 €	22/abr/09
350 034	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR do Turcifal, sita no Lugar de Colaria, freguesia de Turcifal, Concelho de Torres Vedras	12.500,00 €	23/abr/09
350 035	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR do Maxial, sita no Lugar de Maxial, freguesia de Maxial, Concelho de Torres Vedras	12.500,00 €	23/abr/09
350 033	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR das Gaeiras, sita no Lugar de Caxinas, freguesia de Gaeiras, Concelho de Óbidos	11.250,00 €	23/abr/09
351 614	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR de Vila Nova da Rainha, freguesia de Vila Nova da Rainha, Concelho de Azambuja	5.000,00 €	30/jun/09

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
351 615	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR de Vila Faccia/Ramalhal, situada no lugar de Ramalhal (Casal de Espadaneia), Freguesia de Ramalhal, Concelho de Torres Vedras	9.375,00 €	30/jun/09
351 616	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR de Porto Dinheiro, situada no lugar de Porto Dinheiro, freguesia de Ribamar, Concelho de Lourinhã	6.250,00 €	30/jun/09
351 617	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR de A-dos-Negros, freguesia de Ados-negros, Concelho de Óbidos	8.750,00 €	30/jun/09
352 077	BES	ARH-Administração da região Hidrográfica do Tejo, I.P.	Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, no que diz respeito à ETAR de Palaios/Palhacana, situada no lugar de Ribafria, Freguesia de Ribafria, Concelho de Alenquer	4.375,00 €	16/jul/09
353 573	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE - Delegação Regional de Lisboa	Trabalhos de Abertura de Vala Longitudinal na EN 3 do Km 2 + 590 ao Km 1 + 900-D	20.700,00 €	2/out/09
353 770	BES	EDP-Distribuição Energia	Linha de Interligação a 160 Kva - ETAR de Runa (PFE: 290 000 047 777)	857,64 €	1/out/09
353 771	BES	EDP-Distribuição Energia	Linha de Interligação a 160 Kva - ETAR da Gozundeira (PFE: 290 000 049 183)	740,88 €	1/out/09
353 772	BES	EDP-Distribuição Energia	Linha de Interligação a 160 Kva - ETAR do Maxial (PFE: 290 000 047 776)	555,96 €	1/out/09
354 046	BES	Juíz do Tribunal da Nazaré	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Nazaré	1.460,00 €	15/out/09
354 047	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Maceira	21.937,30 €	15/out/09



Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
354 052	BES	Juíz do Tribunal de Vila Franca de Xira	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Arruda dos Vinhos	15.100,00 €	15/out/09
354 051	BES	Juíz do Tribunal de Caldas da Rainha	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Margem Norte	1.890,00 €	15/out/09
354 050	BES	Juíz do Tribunal de Peniche	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Atouguia da Baleia	13.300,00 €	15/out/09
354 049	BES	Juíz do Tribunal de Vila Franca de Xira	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Santiago dos Velhos	9.500,00 €	15/out/09
354 048	BES	Juíz do Tribunal da Lourinhã	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Zambujeira	30.050,00 €	15/out/09
359 910	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Abertura de Vala Longitudinal e Travessias (sobre berma e/ou valeta) EN 3 do Km 8+510 ao KM 10+175 - D	50.850,00 €	5/jul/10
359 911	BES	EDP-Distribuição Energia	Ligação de Média Tensão do PS NZR 127 - Estrada Camarária - Nazaré (Requisição nº 290000057566)	403,00 €	5/jul/10
359 913	BES	EDP-Distribuição Energia	Ligação de Média Tensão do PS NZR 126 - Estrada Nacional - Nazaré (Requisição nº 290000059124)	757,50 €	5/jul/10
359 983	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Abertura de Vala Longitudinal (Berma) e Travessias por Perfuração, EN 115-2 do Km 0+000 ao Km 900D e EN 115 do Km 33+600 ao 33+900D	10.800,00 €	5/jul/10
360 499	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Torres Vedras, integrado no Sistema de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Sizandro	77.100,00 €	28/jul/10

## 33.2 Processos judiciais

A Águas do Oeste, S.A., com referência à data de 31 de dezembro de 2011, tem quatro litígios judiciais:

- **Processo n.º 516/09.3TBRMR (Tribunal Judicial de Rio Maior – 2º Juízo)**

Descrição do litígio: Os Autores Álvaro Santos e Carlos Santos intentaram uma ação de reivindicação, sob a forma de processo sumário, no âmbito da qual requerem a condenação da Águas do Oeste, S.A., na restituição da propriedade de uma parcela da qual são proprietários, na qual se instalou uma conduta de água, requerendo ainda que a Águas do Oeste, S.A. retire a referida conduta. Valor proposto da ação: 20.000,00 euros. Posição atual da ação: Concluída fase dos articulados.

- **Processo n.º 1832/09.0TBCLD (Tribunal Judicial de Caldas da Rainha – 1º Juízo)**

Descrição do litígio: Os Autores António Batista e Ermelinda Batista intentaram uma ação declarativa de condenação, sob a forma de processo sumário, no âmbito da qual alegam ter a Águas do Oeste, S.A., ocupado uma área de terreno superior à que haviam acordado,

pelo que requerem o pagamento de uma indemnização adicional pela ocupação da mesma. Valor proposto da ação: 15.523,00 euros. Posição atual da ação: Aguarda-se sentença final.

• **Processo n.º452/10.0BELSB (Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa – 2ª U.O.)**

Descrição do litígio: O Autor Fernando Lopes intentou uma ação de administrativa, sob a forma sumária, no âmbito da qual pretende que a Águas do Oeste, S.A. seja condenada pelo prejuízo que diz ter sofrido, na sequência de obras que esta realizou num terreno do qual é proprietário. Valor proposto da ação: 6.863,60 euros. Posição atual da ação: Aguarda-se sentença final.

• **Processo n.º472/10.5TBMR (Tribunal Judicial de Rio Maior – 2º Juízo)**

Descrição do litígio: A Autora Agrovia – Sociedade Agropecuária, S.A., intentou uma ação declarativa de condenação, sob a forma de processo ordinário, no âmbito da qual pretende que a Águas do Oeste, S.A., reconheça o seu direito de propriedade dos terrenos onde esta se instalou uma conduta de água, pretendendo ainda que esta proceda à remoção da mesma, colocando os terrenos na situação em que se encontravam, antes da instalação da referida conduta. Valor proposto da ação: 30.000,01 euros. Posição atual da ação: Está agendada para o dia 21 de maio de 2012, audiência de discussão e julgamento.

Não foram criadas provisões para os montantes constantes nos processos uma vez que se entende que não são devidos ou exigíveis quaisquer valores.

## 34. Informações exigidas por diplomas legais

### Art.º397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Sociedade Águas do Oeste, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

### Art.º324º do Código das Sociedades Comerciais

A Sociedade Águas do Oeste, S.A., não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

### Art.º 21º do Decreto-Lei n.º.411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2011, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

## 35. Rendimento garantido

O Contrato de Concessão prevê a remuneração anual dos capitais próprios afetos ao projeto, a uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos acrescida de 3 pontos percentuais, a título de prémio de risco. Em 2011 a taxa apurada foi de 13,24% e o montante acumulado de remuneração, à data de 31 de dezembro de 2011, ascendia a 17.936.707,38 euros.

Unidade: euros

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Capital social realizado	<b>29.733.969,60</b>	29.733.969,60
Reserva legal	<b>77.730,88</b>	77.730,88
Rendimento Acumulado N-1	<b>12.353.972,31</b>	9.098.092,11
Base de incidência	<b>42.165.672,79</b>	38.909.792,59
Taxa de juro	<b>10,24%</b>	5,42%
Spread 3pp	<b>3,00%</b>	3,00%
	<b>13,24%</b>	8,42%
<b>Remuneração Acionista do ano</b>	<b>5.582.735,07</b>	<b>3.255.880,20</b>

A evolução dos valores apurados pode ser analisada como se segue:

Unidade: euros

Remuneração em dívida por ano	Valor Anual	Valor Acumulado
2001	86.014,19	86.014,19
2002	188.086,95	274.101,14
2003	263.104,36	537.205,50
2004	297.992,89	835.198,39
2005	320.047,69	1.155.246,08
2006	921.491,29	2.076.737,37
2007	2.063.115,40	4.139.852,77
2008	2.420.511,12	6.560.363,89
2009	2.537.728,22	9.098.092,11
2010	3.255.880,20	12.353.972,31
<b>2011</b>	<b>5.582.735,07</b>	<b>17.936.707,38</b>

A sua liquidação deverá ocorrer, nos termos do Contrato de Concessão, sob a forma de dividendos, quando a tal houver lugar.

### 36. Eventos subsequentes

#### Dívidas das autarquias locais ao setor da água, saneamento e resíduos (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro, Orçamento de Estado para 2012)

O Orçamento de Estado para 2012, no nº 1 do artigo 58º estabelece que as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais do setor da água, do saneamento básico e dos resíduos devem apresentar até ao dia 15 de fevereiro, ao ministério da tutela setorial, as condições de regularização dos respetivos débitos.

Para esse efeito o Grupo AdP, através da holding, informou os Senhores Ministros da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Estado e das Finanças, das dívidas vencidas e totais dos Municípios às Empresas do Grupo Águas de Portugal, onde se encontram as devidas a esta Empresa, bem como de uma proposta com as condições por ora praticadas pelas Empresas do Grupo nos casos em que existem dívidas vencidas e sobre as quais já foram firmados acordos de pagamento que se encontram em integral cumprimento, e que incluem entre outros, os seguintes pressupostos:

- pagamento regular e dentro dos prazos fixados do serviço regular contratualizado;
- pagamento da dívida apurada a 31 de dezembro de 2011, num prazo máximo que equivale ao dobro dos meses em atraso;
- pagamento de juros financeiros calculados com base na média das taxas de juro bancário, para operações de curto prazo, praticadas pelas instituições bancárias comerciais com quem a Empresa tem em vigor contratos de financiamento;
- as prestações a definir no plano de pagamentos serão pagas através de transferência bancária;
- o atraso no pagamento das prestações definidas no plano de pagamentos, por um período superior a 60 dias, equivale ao incumprimento total do presente acordo e confere o direito ao recebimento das prestações vencidas e vincendas; e
- autorização para que possam ser cedidos os créditos previstos e reconhecidos nos acordos, no todo ou em parte, a terceiros.

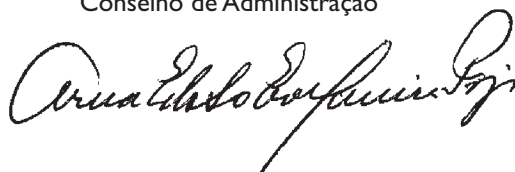
Na presente data, e tanto quanto é do nosso conhecimento, essa proposta de recuperação das dívidas está em discussão entre o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e a ANMP, de modo a que a proposta final permita comprometer decisivamente as Autarquias Locais a esses Planos de Recuperação de Dívidas.

A 31 de dezembro de 2011 a Empresa tem acordos assinados com os seguintes municípios com dívidas vencidas, que estão a ser integralmente cumpridos:

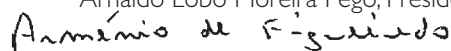
- Município da Lourinhã;
- Serviços Municipalizados de Nazaré;
- Serviços Municipalizados de Alcobaça;
- Câmara Municipal de Rio Maior.

As dívidas a 31 de dezembro encontram-se apresentadas na Nota 10.

Conselho de Administração



Arnaldo Lobo Moreira Pêgo, Presidente



Arménio de Figueiredo, Administrador-Delegado



José Manuel Leitão Sardinha, Vogal



Fernando José da Costa, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Vogal



Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Vogal

Técnico Oficial de Contas




Maria Leonor Pinto Nóbrega





A implementação do Projeto Rios na região Oeste, que conta com a coordenação regional da Águas do Oeste, envolve mais de 350 participantes, 15 equipas e um total de 7.500 metros de linhas de água monitorizadas. Este projeto, desenvolvido no âmbito da Educação Ambiental, coordenado pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), tem como público-alvo grupos escolares e população em geral e pretende a participação pública na conservação de espaços fluviais, dando a conhecer aos participantes os rios portugueses, com o objetivo de implementar uma rede nacional, visando a adoção de diferentes troços de rios, contribuindo para a melhoria e conservação das zonas ribeirinhas, aproximando assim as populações destes ecossistemas.

## Relatório e Parecer do Fiscal Único



**Ernst & Young**  
**Audit & Associados - SROC, S.A.**  
 Avenida da República, 90-6º  
 1600-206 Lisboa  
 Portugal  
 Tel: +351 217 912 000  
 Fax: +351 217 957 586  
 www.ey.com

**Relatório e Parecer do Fiscal Único**

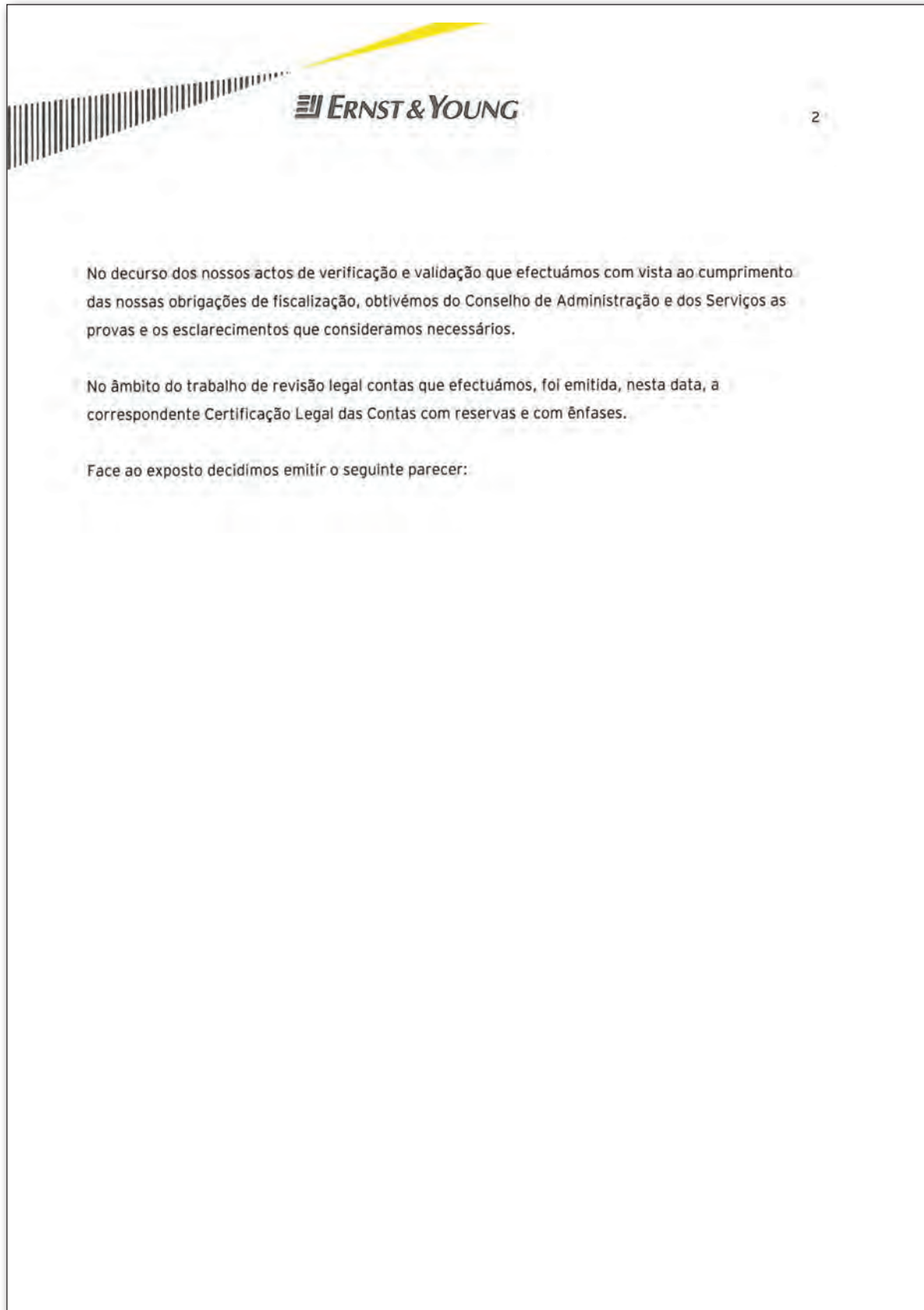
Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Oeste, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos e dos sistema de controlo interno;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na CMVM  
 Contribuinte 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited



No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas com reservas e com ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:





### Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Águas do Oeste, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2011 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos accionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2011 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2011, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardas as reservas incluídas na Certificação Legal das Contas.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2012

O Fiscal Único


Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'R. A. S.', is written over a faint, larger version of the same signature.

Ruí Abel Serra Martins (ROC nº 1119)



## Certificação Legal das Contas



**Ernst & Young**  
**Audit & Associados - SROC, S.A.**  
 Avenida da República, 90-6º  
 1600-206 Lisboa  
 Portugal  
 Tel: +351 217 912 000  
 Fax: +351 217 957 586  
 www.ey.com

**Certificação Legal das Contas**

**Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Oeste, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 304.036.686 Euros e um total de capital próprio de 23.556.943 Euros, incluindo um resultado líquido de 395.801 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

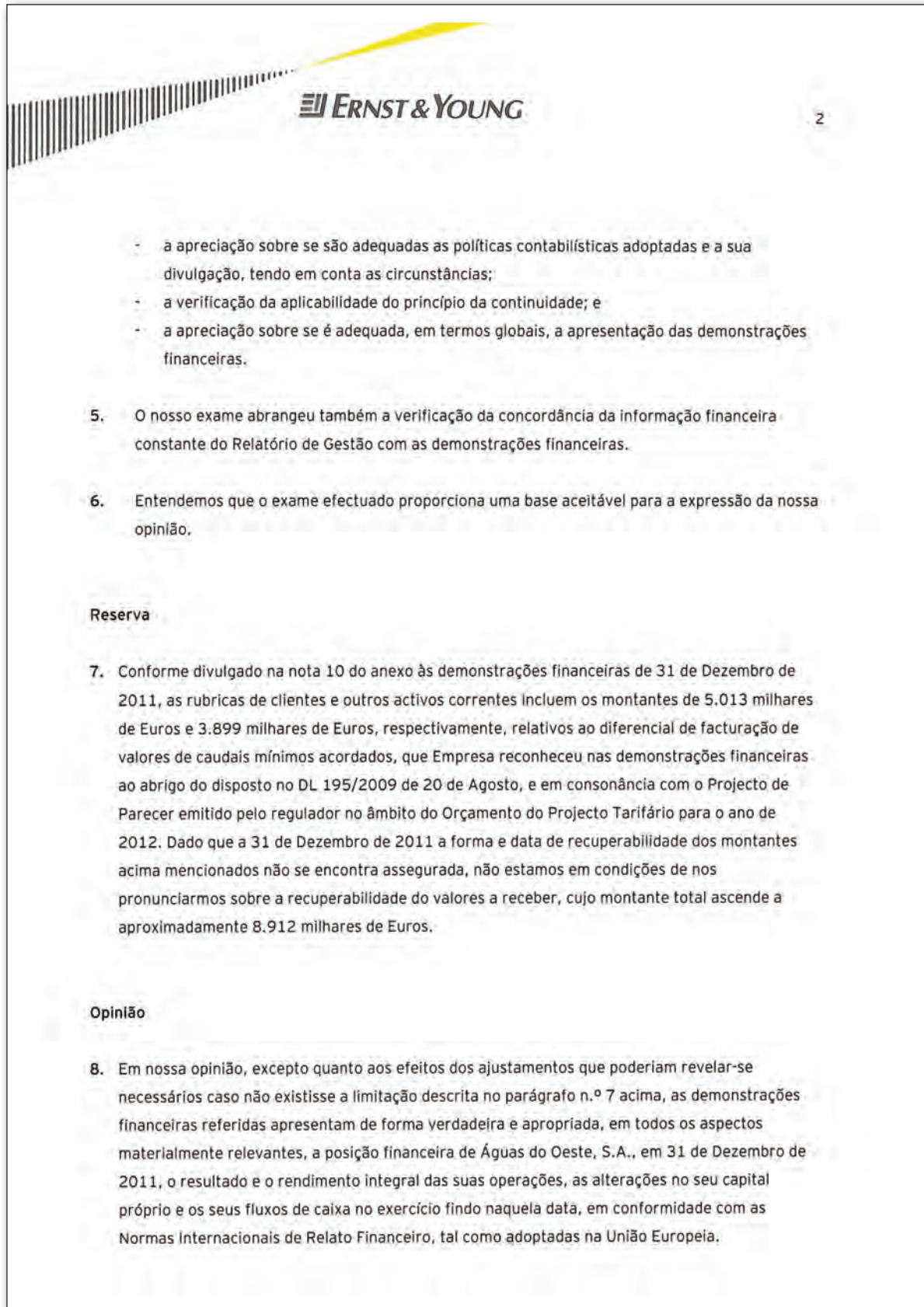
**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**Âmbito**

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 Euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição n.º 9011 no CMM  
 Contribuinte 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited



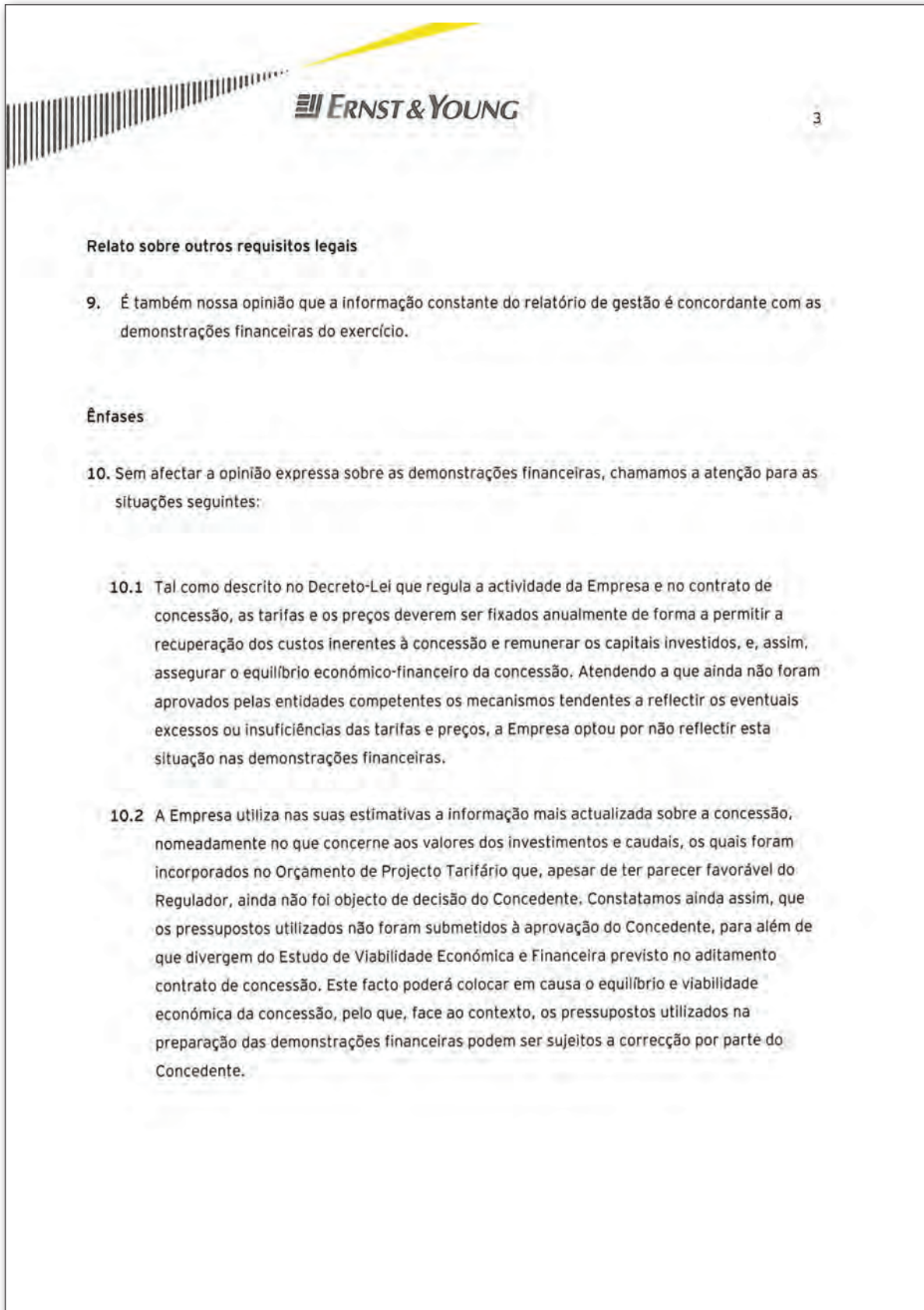
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Reserva**

7. Conforme divulgado na nota 10 do anexo às demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2011, as rubricas de clientes e outros activos correntes incluem os montantes de 5.013 milhares de Euros e 3.899 milhares de Euros, respectivamente, relativos ao diferencial de facturação de valores de caudais mínimos acordados, que Empresa reconheceu nas demonstrações financeiras ao abrigo do disposto no DL 195/2009 de 20 de Agosto, e em consonância com o Projecto de Parecer emitido pelo regulador no âmbito do Orçamento do Projecto Tarifário para o ano de 2012. Dado que a 31 de Dezembro de 2011 a forma e data de recuperabilidade dos montantes acima mencionados não se encontra assegurada, não estamos em condições de nos pronunciarmos sobre a recuperabilidade do valores a receber, cujo montante total ascende a aproximadamente 8.912 milhares de Euros.

**Opinião**

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Oeste, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.



#### Relato sobre outros requisitos legais

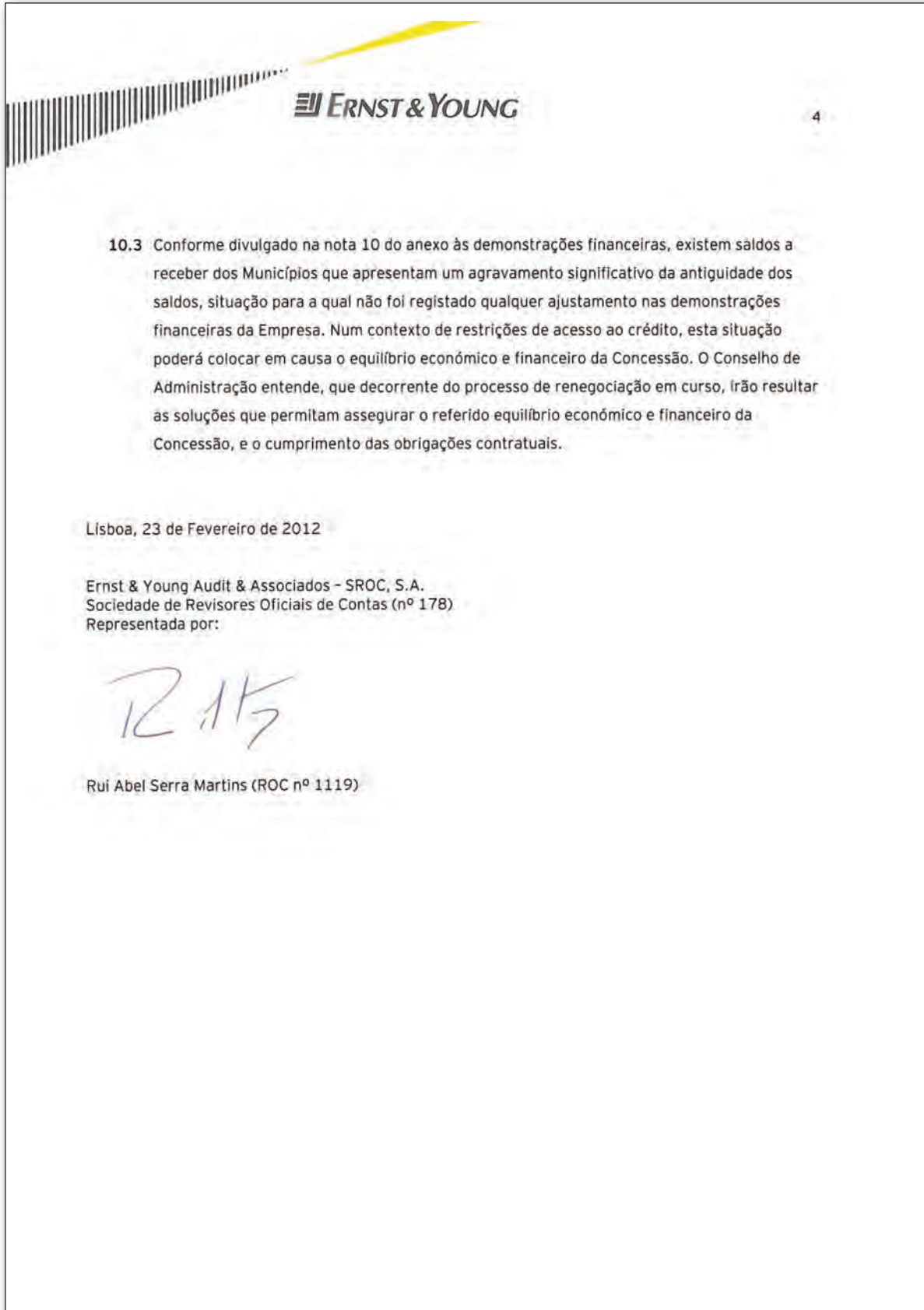
9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

#### Ênfases

10. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para as situações seguintes:

10.1 Tal como descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.

10.2 A Empresa utiliza nas suas estimativas a informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que concerne aos valores dos investimentos e caudais, os quais foram incorporados no Orçamento de Projecto Tarifário que, apesar de ter parecer favorável do Regulador, ainda não foi objecto de decisão do Concedente. Constatamos ainda assim, que os pressupostos utilizados não foram submetidos à aprovação do Concedente, para além de que divergem do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira previsto no aditamento contrato de concessão. Este facto poderá colocar em causa o equilíbrio e viabilidade económica da concessão, pelo que, face ao contexto, os pressupostos utilizados na preparação das demonstrações financeiras podem ser sujeitos a correcção por parte do Concedente.



**10.3** Conforme divulgado na nota 10 do anexo às demonstrações financeiras, existem saldos a receber dos Municípios que apresentam um agravamento significativo da antiguidade dos saldos, situação para a qual não foi registado qualquer ajustamento nas demonstrações financeiras da Empresa. Num contexto de restrições de acesso ao crédito, esta situação poderá colocar em causa o equilíbrio económico e financeiro da Concessão. O Conselho de Administração entende, que decorrente do processo de renegociação em curso, irão resultar as soluções que permitam assegurar o referido equilíbrio económico e financeiro da Concessão, e o cumprimento das obrigações contratuais.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rui Abel Serra Martins', is placed below the text 'Representada por:'.

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

**Contactos:**

Águas do Oeste, S.A.  
Convento de S. Miguel das Gaeiras  
2510 – 718 Óbidos  
Tel.: + 351 262955 200  
Fax: + 351 262955 201  
e-mail: [geral@aguasdooeste.com](mailto:geral@aguasdooeste.com)  
[www.aguasdooeste.pt](http://www.aguasdooeste.pt)

**Edição:**

Águas do Oeste, S.A.

**Design Gráfico:**

AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais S.A.  
Direção de Marketing e Comunicação

**Maquetização:**

Várzea da Rainha Impressores – Óbidos

A Águas do Oeste, S.A. é responsável pela captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios da região, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações do Oeste e à recuperação da qualidade ambiental, garantindo sempre a qualidade do abastecimento público de água, bem como a despoluição de todas as bacias hidrográficas da região e permitindo a valorização ambiental da região e o desenvolvimento do potencial económico e turístico do Oeste.

ETAR de S. Martinho do Porto - Alcobaça



Ver certificados n.ºs PT08/02358, PT08/02463 e PT11/03801